

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E SETE:** =====

===== *Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e sete, pelas dezoito horas, no Salão Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Secretariado pelos Senhores: **Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena** – Primeira Secretária e **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Votação das actas n.ºs 20, 21 e 22;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Freguesia de Loureiro, para o fornecimento de refeições aos alunos das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico – Autorização;* =====

===== **Ponto quatro:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Centro Social Dra. Leonilda Aurora Tavares de Matos, para fornecimento de refeições aos alunos do Jardim-de-infância do Tapado – Autorização;* =====

===== **Ponto cinco:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz, visando o alargamento dos Serviços de Apoio à Família – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz, para acompanhamento dos alunos no período de almoço – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Alteração do protocolo celebrado com o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis, visando o alargamento da implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo – Autorização;* =====

===== **Ponto oito:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Cerciaz – Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L. – Autorização;* =====

===== **Ponto nove:** *Protocolos de colaboração a celebrar com o Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos e o Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo – Apoio no âmbito do Programa PARES – Autorização;* =====

===== **Ponto dez:** *Plano Nacional de Leitura – Minuta do protocolo de colaboração a celebrar com o Ministério da Educação – Revogação da deliberação da 2.ª reunião da Sessão da Assembleia de 26 de Abril de 2007, realizada em 04 de Maio;* =====

===== **Ponto onze:** *Alteração ao Regulamento da Publicidade do Município – Aprovação;*

===== **Ponto doze:** *Desafecção do domínio público de parcelas de terreno sitas na Av. D. Maria I, desta cidade, e integração no domínio privado do Município; =====*

===== **Ponto treze:** *Alteração das condições da aquisição do prédio rústico denominado Quinta da Cachana, Oliveira de Azeméis – Aprovação da minuta de contrato-promessa e minuta da escritura pública; =====*

===== **Ponto catorze:** *Constituição de sociedade comercial para a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção de edifício multifuncional, estaleiros municipais, piscina coberta de Cucujães e arranjos exteriores envolventes, requalificação da biblioteca municipal e casa dos Sequeira Monterroso e realização de dois loteamentos, no concelho de Oliveira de Azeméis - Autorização; =====*

===== **Ponto quinze:** *Empréstimo de curto prazo para o ano económico de 2008 – Autorização; =====*

===== **Ponto dezasseis:** *Orçamento e Opções do Plano do Município para o ano de 2008 – Aprovação; =====*

===== **Ponto dezassete:** *Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1.º semestre de 2007 – Conhecimento e tomada de posição; =====*

===== **Ponto dezoito:** *Análise e discussão da situação de facto criada com a recusa de visto pelo Tribunal de Contas ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Caixa Geral de Depósitos no valor de € 16.000.000,00 (dezasseis milhões de euros); =====*

===== **Ponto dezanove:** *Comissão de Acompanhamento da Central de Biomassa – Designação de dois representantes da Assembleia Municipal; =====*

===== **Ponto vinte:** *Junta de Freguesia de Travanca - Proposta de atribuição de voto de louvor ao Sr. Manuel Simão de Freitas Correia; =====*

===== **Ponto vinte e um:** *Atribuição da Medalha de Ouro a Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva – Ratificação. =====*

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Isidro Marques Figueiredo, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, António Alberto Bastos, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago,*

*Diamantino Melo de Almeida, António Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Ilídio Barbosa Lopes, Manuel Figueiredo Pereira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Maria Helena Terra de Oliveira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Ana Maria Jesus da Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Bruno Armando Aragão Henriques, Narciso da Silva Pinho, Agostinho Carmo Tavares, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Alberto Vieira Dias.* =====

===== **Independentes:** *Rodrigo Moreira da Silva e Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira.* =====

===== **Do Partido Comunista Português (PCP):** *Óscar Fernando Soares de Oliveira.* =

===== *O Senhor Presidente da Mesa declarou:* =====

===== *Boa tarde. Espero que todos tenham tido um Santo e Feliz Natal. É com particular satisfação que estamos aqui no edifício da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, aliás já várias vezes tinha sido comentado por diversos Membros da Assembleia Municipal a precariedade das condições do nosso Salão Nobre. Portanto, vamos hoje testar a operacionalidade deste moderno edifício, sendo certo que já percebi que é preciso arranjar computadores, pelo menos um para cada bancada, para estarem devidamente instalados. Permitam-me também que faça uma saudação muito especial à presença do ex- Presidente da Câmara, o Comandante Ramiro Alegria, que está hoje ali sentado na última fila. É sempre um prazer enorme vê-lo aqui nestas Sessões da Assembleia Municipal. Estão também ex- Membros da Assembleia Municipal: o Dr. Carlos Correia, o Senhor Quental, o Senhor Albertino Bastos, portanto pessoas que já foram Autarcas e que manifestam e continuam a manifestar interesse em assistir e ver o funcionamento dos actuais Órgãos. Nós hoje temos uma agenda muito preenchida, portanto vou pedir a colaboração a todos os Membros da Assembleia Municipal para o cumprimento do Regimento. Há aqui uma nota também que a Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal me pediu para transmitir aos Membros da Assembleia Municipal, àqueles que ainda têm alguns dias para gozar a possibilidade de fumar em recintos fechados, que é expressamente proibido fumar no edifício da Biblioteca, mesmo antes do dia 1 de Janeiro. Quem quiser fumar tem que ir lá fora. Como sabem a partir do dia 1 de Janeiro as regras são diferentes, mas até lá faltam poucos dias e por antecipação para fumar tem que se lá ir fora. Neste edifício hoje já é proibido fumar. Vamos então dar início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”. Eu tenho uma moção que me chegou e foi entregue pelo Óscar Oliveira do PCP, que prescinde de usar da palavra porque fez a distribuição da moção e depois no final do “Período de Antes da Ordem do Dia” vamos discuti-la e votá-la. Tenho também uma proposta do PSD para atribuir um voto de louvor ao ex- Membro da Assembleia Municipal António Evangelista de Pinho, na qualidade de ex- Presidente da Associação de Solidariedade Social de Loureiro. Foi-me entregue também por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de*

*Riba-Ul um abaixo-assinado, que eu vou solicitar informações à Câmara Municipal para depois dar conhecimento quer aos responsáveis pelo abaixo-assinado, quer ao Senhor Presidente de Junta. Chegou-me também uma sugestão de um Órgão de Comunicação Social para atribuição de um voto de louvor. Eu já estive a ver no Regimento e não há possibilidade de que a Assembleia Municipal atribua um voto de louvor vindo de um Órgão de Comunicação Social ou de outra forma, mas atendendo ao conteúdo desta proposta eu não vejo nenhum problema que esse voto seja subscrito até por todas as Bancadas. Eu próprio não tenho nenhum problema em subscreve-lo e tem a ver com a atribuição de um voto de louvor, inclusive é a um Membro desta Assembleia Municipal, ao Senhor Eng.º Paulo Alegria. Portanto, eu não tenho nenhum problema. Não está cá é o proprietário do Jornal para deixar subscrever pelas diversas Bancadas este mesmo voto. É o expediente que temos em cima da Mesa vamos então iniciar o “Período de Antes da Ordem do Dia”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Há aqui mais um voto de louvor. Só mais uma informação, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não está presente, mas vai chegar a todo o momento, porque está a participar numa cerimónia pública que é a concessão do Douro Litoral à Brisa.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Nuno Pires, do PSD.* =====

===== *Hoje decidi falar-vos da inauguração de duas infra-estruturas importantes no desenvolvimento do concelho de Oliveira de Azeméis. Em primeiro lugar o Centro de Recursos da Escola Soares de Basto, uma infra-estrutura com investimento superior a € 600.000,00 (seiscentos mil euros), onde desde início o nosso Município se empenhou com grande esforço e dedicação neste espaço. Este espaço vem colmatar algumas que eram as necessidades básicas desta Escola, contando com um espaço de convívio e “buffet”, o auditório Bento Carqueja e a biblioteca Madalena Souto. Mais uma vez ficou demonstrado o esforço feito pelo nosso Município no desenvolvimento e investimento numa área fulcral como a educação. Por outro lado, é com enorme satisfação e agrado que se assistiu à inauguração deste legítimo espaço, e magnífico, que é a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, numa cerimónia presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Para mim será, sem dúvida, uma das obras de referência do nosso Município neste mandato, um investimento de cerca de € 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil euros) que coloca à disposição de todos os Oliveirenses mais de trinta e cinco mil livros e todas as tecnologias. Como pequena nota gostava de referir, a título particular, que fiquei surpreendido com a arquitectura moderna do edifício, sem dúvida um novo espaço de cultura e lazer à disposição dos Oliveirenses. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Eng.º Paulo Alegria, do PS, que interveio do seguinte modo:* =====

=====  
 Venho aqui muito rapidamente só para colocar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara, mas ponho-as precisamente à Câmara Municipal, que está aqui à mesma representada. Uma das situações era para ver se havia qualquer possibilidade de no próximo ano de 2008 se começar a refazer o piso das nossas ruas da cidade. Na realidade, neste momento, penso que Oliveira de Azeméis tem um dos pisos mais degradantes das cidades que eu conheço. Na realidade, a gente chega a Oliveira de Azeméis e não precisa de olhar para a placa a dizer que está em Oliveira de Azeméis, porque o nosso carro, a nossa viatura diz-nos que nós estamos em Oliveira de Azeméis. São socalcos, são buracos, são estradas rasgadas que depois não são outra vez concluídas e na realidade isso não é atractivo para a nossa terra. A segunda questão, é para saber em que ponto é que está algo que foi prometido aqui pelo Senhor Presidente da Câmara, na Assembleia Municipal de 26 de Abril deste ano. Por diversas vezes falei, anteriormente, no problema chamado Santo António, aquela rua de paralelepípedos famosa que nós temos em Oliveira de Azeméis. Falei já há vários anos, ainda como Público, após o falecimento de meu Pai, porque na realidade é um caos ir numa ambulância dos Bombeiros Voluntários, com alguém lá dentro e atravessar aquela situação. Tenho essas imagens ainda muito presentes, o meu Pai totalmente amarrado na maca da ambulância dos Bombeiros, a saltar de um lado para outro, foi preciso o Bombeiro e eu segurarmos o meu Pai para ele não cair mesmo assim abaixo da maca. Na realidade, era uma situação que o Senhor Presidente da Câmara comprometeu-se perante esta Assembleia e penso eu Senhor Presidente da Assembleia Municipal que quando algo aqui se diz neste local, as promessas devem ser concluídas porque estamos no local mais alto do nosso concelho de Oliveira de Azeméis. O Senhor Presidente da Câmara comprometeu-se com a Assembleia e com Oliveira de Azeméis que as obras eram iniciadas até ao final de 2007, que o projecto já estava feito, que estava tudo em andamento, mas na realidade só se nestes próximos três dias se começarem a levantar alguns paralelepípedos, ou qualquer coisa, para se cumprir aquilo que foi prometido. Era só, muito obrigado. =====

=====  
 Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====

=====  
 Nesta época natalícia, podemos verificar muito movimento e muita animação nas ruas da nossa cidade. Todo este movimento deve-se às condições criadas, com a pedonização das ruas e principalmente com as actividades da UAC. Estas iniciativas de Natal levadas a cabo pela UAC já não são novidade, pois já podemos ver muitas outras actividades com enorme sucesso, por exemplo: o Concurso de Montras, Desfiles de Moda e a Mostra Equestre. O projecto UAC tem o apoio do IAPMEI em cerca de 75%, pelo que gostaríamos de saber se essas verbas já foram transferidas para a Câmara Municipal ou não? Este projecto terminará em 2008, pelo menos nos moldes actuais, e como será no futuro? Já existem algumas definições? Senhor Presidente, gostaríamos que este projecto tivesse continuidade para bem do comércio tradicional, pois este tipo de iniciativas ajudam os nossos comerciantes. No entanto, acho que eles deveriam ser ainda mais envolvidos neste tipo de acções. A Câmara Municipal deve defender sempre o comércio tradicional e essa defesa tem sido bem notória com as acções do Executivo. Há bem pouco tempo atrás, numa Assembleia Municipal, ouvimos deste púlpito uma técnica em Arquitectura e Engenharia Civil dizer que construir um Shopping em Oliveira de Azeméis 6.000m<sup>2</sup> era um grande erro, pois num concelho vizinho tinha um Shopping com cerca de 30 ou 40.000m<sup>2</sup>. Para meu espanto, que não entendo nada desta área, o tal Shopping, já baptizado de "AZEMÉIS GRAN PLAZA", foi publicamente apresentado e afinal tem cerca de 29.000m<sup>2</sup>, quase cinco vezes mais. Provavelmente mais um erro de cálculo do Partido

*Socialista. Também se dizia que assim não se defendia o comércio tradicional, mas não parece que assim seja, pois o Senhor Presidente da Associação Comercial disse que a instalação de um Shopping em Oliveira de Azeméis irá ajudar a dinamizar o comércio tradicional, pois aumentará a competitividade e a atractividade do comércio local e de Oliveira de Azeméis. Também há pouco tempo, aquando da inauguração de um Shopping, aqui ao lado, o Senhor Secretário de Estado do Comércio defendeu a construção de Shopping's, e foi mais longe ao dizer que estes devem ser construído nos centros e não nas periferias das cidades, pois só assim poderão dinamizar o comércio local e proporcionar aos clientes melhores condições de compra. Estou convicto que este investimento trará para Oliveira de Azeméis mais dinamismo, mais competitividade, mas mais importante, permitirá a criação de centenas de postos de trabalho, o que é de louvar. Com a construção do Shopping, do Staples Office Center, do Feira Nova e do Leclerc, Oliveira de Azeméis, será sem dúvida um concelho extremamente atractivo, permitindo assim fixar os jovens estudantes que frequentam os nossos estabelecimentos de ensino superior e, principalmente, os nossos jovens. Aproveito a oportunidade para desejar a todos um Bom Ano 2008. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara Prof. Albino Martins, que disse: ===*

*===== Muito boa tarde. As perguntas feitas, as questões colocadas merecem uma resposta muito breve. Não há muitas questões aqui sobre aquilo que referiu o Nuno Pires. Estamos todos de acordo, esta obra é grandiosa e penso que está ao serviço dos Oliveirenses uma obra que nós, Oliveirenses, merecemos. Em relação à questão do Eng.º Paulo Alegria, é verdade também, concordamos que o piso das ruas da cidade está muito degradado e por isso mesmo é que está tudo programado, para avançarmos no início do próximo ano com uma colocação de tapete generalizada nas ruas da cidade. Esta situação deve-se ao facto de no momento em que foi colocado o gás, a cabovisão e outras estruturas na cidade, estávamos numa altura em que tinha sido colocado há pouco tempo ainda tapete novo em muitas das ruas da cidade e, portanto, toda a colocação do gás, sobretudo, mas também de outras estruturas veio estragar completamente todos esses pisos e aquilo que podemos constatar, os buracos que encontramos, são quase todos eles provocados pelos cortes feitos nesse piso, tapete, que sabemos que nunca ficam como eram. Os remendos feitos a médio prazo foram-se degradando e hoje estamos nesta situação. Logicamente que esta recuperação vai começar exactamente por aquilo que o Senhor Presidente prometeu, que é Santo António. Toda aquela parte está muito degradada, é a primeira a ser intervencionada, mas esta intervenção vai ser generalizada, está feito o levantamento para que rapidamente o tapete seja alargado a todas as ruas da cidade. Quanto ao resto, pouco poderei adiantar em relação ao Eng.º Filipe Carvalho, o que ele referiu em relação à UAC a Câmara Municipal pouco poderá dizer, porque a UAC recebe directamente as verbas e gere-as directamente, apenas como parceiro a Câmara comparticipa. Portanto, se já recebeu, se não recebeu, não temos conta disso. Sabemos é que o programa vai continuar e vai cumprir-se dentro dos dois anos para o qual está previsto. Achamos que é efectivamente um bom programa, que ajuda a dinamizar o centro da nossa cidade e achamos que a nossa comparticipação foi fundamental e este programa é efectivamente para ir até ao fim. =====*

*===== Retomando o uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Arqt.º Jorge Rosa, do PSD, que disse: =====*

=====  
*Antes de mais Boas Festas a todos e que os próximos dias sejam o princípio de um Bom Ano 2008. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis tornou público recentemente documentos estratégicos e estruturantes para a cidade e para o concelho de Oliveira de Azeméis, respectivamente. Refiro-me ao Plano de Urbanização da Cidade e ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico. Como estruturantes que são, considero estes documentos agora apresentados, e que não conheço ainda em profundidade, como propostas para discussão. O resultado final será seguramente tão mais adequado aos maiores interesses do Município quanto maior for a participação da comunidade a que os mesmos se destinam. Esta é a oportunidade e o momento para que aqueles que por hábito põem as trancas à porta após a casa estar arrombada e apenas dão os seus contributos, ou melhor fazem as suas críticas, quando os processos estão definitivamente concluídos e em prática em vez de participarem activamente na discussão e apresentação de propostas. Relativamente ao Plano de Urbanização, destaco, sem entrar em detalhes, um conjunto de propostas ao nível das regras de execução urbanística que representam uma clara ruptura com a prática actual. Considero um acto de coragem política deste Executivo que espero venha a ser aplicado em pleno. Será no entanto necessária uma forte acção de sensibilização dos diversos intervenientes nos processos de edificação: técnicos, promotores e o próprio Município. Pela importância que este documento representa para o Município, propunha ao Senhor Presidente, aqui na pessoa do Senhor Vice-presidente e restante Executivo, se não for já esse o seu propósito da Câmara Municipal, que promovesse uma apresentação deste documento - Plano de Urbanização, porque não numa Assembleia Municipal Temática ? Deixo a sugestão ao Senhor Presidente da Mesa, a todos os elementos desta Assembleia, antes mesmo da sua submissão à discussão pública, para que possa ser claro o nosso entendimento e solidariedade com as propostas apresentadas. Relativamente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico, deixo apenas um comentário: Satisfaz-me, enquanto Oliveirense, verificar que a conquista feita pelo Município de um Pólo da Universidade de Aveiro nas suas fronteiras, ao serviço dos seus jovens e do seu tecido empresarial, começa também a dar frutos, através de um trabalho de parceria na área do Planeamento. Este plano surge, efectivamente, em resultado de um trabalho desenvolvido pela Universidade de Aveiro para a Câmara Municipal e surge como uma linha orientadora dos esforços a fazer pelos diferentes agentes económicos do concelho, de forma a garantir que o Município industrialmente pujante que Oliveira de Azeméis é hoje, construa as bases sólidas para assim permanecer ao longo dos próximos anos. Ainda a respeito da pujança e carácter empreendedor deste Município, uma palavra para o excepcional trabalho histórico a respeito do desenvolvimento da indústria de Moldes, o projecto Mem Molde, que relata e reforça o orgulho Oliveirense por constituir um concelho com grandes pergaminhos e pioneiro desta indústria de ponta na produção de moldes, que é uma referência não só a nível nacional como também internacional. Ao assistir à apresentação deste projecto no confortável espaço aqui ao lado, no Centro de Recursos da Escola Soares Basto, reflecti sobre a grande importância que aquela instituição, em si, representou como motor para este desenvolvimento. O trabalho dos seus mestres, professores, as suas oficinas mecânicas, foram motivação para esta história de êxito que estará, seguramente, longe de ter um fim. A todos aqueles e aquelas que deram e dão o seu contributo para que esta realidade persista, uma palavra de profundo reconhecimento e coragem para continuar a fazer de Oliveira de Azeméis um símbolo e baluarte da indústria em Portugal.* =====

=====  
*O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Jesus, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca.* =====

=====  
 ===== *Boa tarde a todos, um cumprimento especial a todos sem excepção. Antes de mais queria dirigir-me à Câmara Municipal para dar os parabéns por esta magnífica obra onde estamos, a Biblioteca Municipal, mas permitam-me que diga que efectivamente é um bom equipamento, é uma grandiosa obra, mas eu entendo que não era uma prioridade, não era uma obra prioritária a nível do concelho. Uma outra questão que me trás aqui tem a ver com a REFER, e eu queria perguntar à Câmara Municipal de que forma decorreram até agora, e de que forma estão a decorrer, e como é que irão decorrer, as contínuas negociações com a REFER, relativamente aos trabalhos de supressão das passagens de nível, atendendo a que soube, através do empreiteiro que faz esses trabalhos, que existe um troço que vai ser pavimentado a tapete e não pude ficar agradado, porque foram construídos acessos laterais, com quilómetros, na freguesia de Travanca e para nenhum deles está destinado á REFER pavimentar. Atendendo ao ponto n.º 2 do art.º 4.º do Regulamento das Passagens de Nível, que diz que as passagens desniveladas e caminhos de ligação construídos por iniciativa da entidade gestora da infra-estrutura ferroviária integram-se na rede rodoviária municipal, regional ou nacional, cabendo respectivamente à Administração Local, Regional ou Central a responsabilidade de beneficiação ou manutenção e sinalização das mesmas. Atendendo a isto, só posso concluir que essa pavimentação que vai ser feita foi exigida pela Câmara Municipal. Assim pergunto: se essa foi exigida pela Câmara Municipal e se vão ou não ser exigidas as pavimentações nos caminhos paralelos que foram construídos em Travanca? - Um outro assunto que me trás aqui também, e neste caso em nome da Comissão de Obras da nova Igreja de Travanca, eu quero agradecer à Câmara por ter pago já € 5.000,00 (cinco mil euros) dos € 100.000,00 (cem mil euros) prometidos, mas queria questionar qual é o plano de pagamentos para a restante verba. Agora só para finalizar a minha intervenção, queria deixar aqui uma consideração rápida, e se calhar até sugeria também que a Assembleia Municipal se pronunciasse. Tem a ver com aquilo, creio que já é público, que é um acordo a nível nacional entre os dois maiores Partidos da senda política, que se prende com a nova Lei da Constituição dos Órgãos Autárquicos, salvo erro, mas que na parte que nos toca, e principalmente aos Presidentes das Juntas de Freguesia, parece que o acordo prevê que os Presidentes das Junta de Freguesia deixem de ter voto em algumas matérias, principalmente aquelas mais importantes, nas Assembleias Municipais. Quero dizer aqui que eu oponho-me frontalmente a veementemente a isso, e quero dizer aqui que foi aprovada na Junta de Freguesia de Travanca e na Assembleia de Freguesia de Travanca a proposta de moção que foi-nos endereçada pela ANAFRE, portanto nós iremos enviar essa proposta. Nós gostaríamos que a Assembleia Municipal se pronunciasse sobre isso, eu entendo que nós Presidente de Junta devemos tomar uma posição acerca dessa matéria. Obrigado.* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Marcial Santiago, do PSD.* =====

=====  
 ===== *Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Câmara em exercício, nos últimos meses surgiram na comunicação social notícias, algumas conflituosas e contraditórias, relativas ao Centro de Saúde e ao Hospital de Oliveira de Azeméis. A saúde é um bem que nos preocupa a todos e, por isso, esta minha intervenção tem como objectivo solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que nos esclareça sobre as dúvidas que tais notícias nos suscitaram. Concretamente peço que nos esclareça se as obras do Centro de Saúde estão paradas por falta de pagamento da Câmara Municipal ou se, por outro lado, os argumentos utilizados pela Oposição carecem de credibilidade. Em Junho de 2006, a Senhora Deputada Dra. Helena Terra, na qualidade de Deputada da Assembleia da República e Coordenadora dos Deputados do Distrito de Aveiro do*

*Partido Socialista, após uma visita às obras afirmou que o Centro de Saúde estaria concluída em Novembro do mesmo ano. Estamos em finais de 2007 e a obra continua por concluir. Tanto quanto sabemos a obra do Centro de Saúde compete ao Ministério da Saúde e não ao Município. A Câmara Municipal comprometeu-se a disponibilizar o terreno para a sua construção, o que cumpriu; suportou os custos do projecto e ainda se comprometeu a participar em 30% do custo da obra. Sem este apoio do Município certamente não teríamos um novo Centro de Saúde, o que é de registar. Afinal quem é que deve a quem? Senhor Presidente, para quando a conclusão da obra e a sua entrada em funcionamento? Senhor Presidente da Câmara, em 21 de Setembro última V. Exa. afirmou que as obras de requalificação do Serviço de Urgência do Hospital S. Miguel estariam concluídas dentro de três meses. Decorrido o prazo inicialmente previsto para a conclusão de tais obras, o seu atraso representa incómodos para aqueles que ocorrem às Urgências e prejuízos para o Município, pois representa um acréscimo de custos no aluguer dos contentores. Senhor Presidente, há algum motivo extraordinário que justifique o atraso nas obras? Quando poderemos contar com a entrada em funcionamento de tais serviços? Muito obrigado e Bom Ano Novo para todos. ==*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Vice-presidente da Câmara Prof. Albino Martins, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Pela mesma ordem das intervenções, eu começo por referir o Senhor Nuno Jesus, para dizer naturalmente, como não era de esperar outra coisa, que esse não foi o nosso entendimento, não é o nosso entendimento que esta obra não seja prioritária. A cultura para nós é muito importante, como são importantes todos os aspectos de que mais carece o nosso povo, e a cultura ficou enriquecida em Oliveira de Azeméis com este espaço e, portanto, sempre que é necessário pugnar pela cultura, como se pugna pelas necessidades básicas, a cultura também é uma necessidade básica. Mas falando rapidamente dos outros aspectos abordados, o Senhor Presidente acaba de chegar e poderá completar melhor, eu apenas vou referir dois ou três aspectos e depois o Senhor Presidente completa. Em relação à questão da REFER, é uma delas que o Senhor Presidente terá mais dados para fornecer do que eu. Vou deixar este ponto para diante, assim como o plano de pagamentos de subsídios e também a nova Lei das Autarquias Locais, que penso que não deverei ser eu a responder, nem aqui a parte da Câmara Municipal, mas será a própria Assembleia a tomar posição. Penso que a outra questão, ia passá-la ao Dr. António Rosa que ouviu a pergunta e enquanto ele responde eu ponho o Senhor Presidente ao corrente, para ele dar resposta à anterior. A outra questão tem a ver com o Centro de Saúde e Hospital e eu peço ao Dr. António Rosa para dar explicação. =====*

*===== Entrou o Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vereador António Rosa, para dar mais esclarecimentos. =====*

*===== Muito boa tarde a todos. Em relação à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta, Nuno Jesus, no que toca à participação da Câmara Municipal para a construção da nova Igreja Matriz da freguesia de Travanca, aquilo que eu lhe posso responder, naturalmente usou da palavra penso que enquanto Presidente de Junta e que naturalmente aproveitou a oportunidade para usar de outra característica que também lhe assiste, embora não seja propriamente o local próprio. Obviamente que aquilo que lhe posso dizer é que a*

*Comissão Fabrique ira terá um Presidente concerteza e portanto à semelhança de todas as outras instituições, pede uma audiência à Câmara Municipal, como sempre faz e com a porta aberta, e será naturalmente feito um plano de pagamentos à semelhança de todas as outras circunstâncias a respeito desta matéria. Portanto, não esperaria que eu lhe desse aqui uma resposta relativamente a esta situação em concreto. Quanto à questão colocada pelo Senhor Marcial Santiago a respeito das obras no Centro de Saúde, a Câmara Municipal não tem muito mais a dizer do que aquilo que já disse. Infelizmente houve um conjunto de informações ruidosas, digamos assim, porque por objectivos que naturalmente desconhecemos e que se basearam de acordo com aquilo de que temos informação, ter-se-ão baseado seguramente, só poderão ter-se baseado, em informações erradas, colhidas eventualmente em conversa de café e que naturalmente foram utilizadas publicamente. Portanto, à Câmara Municipal compete dizer apenas o seguinte: o Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis, como não poderia deixar de ser, é uma obra da responsabilidade da ARS Centro. A Câmara Municipal, como é do conhecimento de todos, participou com um conjunto de participações, quer no terreno, quer no projecto, como disse o Senhor Marcial e muito bem, e também com uma participação financeira. Essa participação financeira obviamente que a Câmara Municipal deve-a a partir do momento em que a obra esteja concluída ou à medida que vai sendo concluída. Isso é o que eu gostava de deixar aqui bem claro, porque às vezes as informações erradas passam muito mais facilmente do que as correcções e, portanto, eu gostava de firmar bem aqui que aquilo que até ao momento em que a obra foi interrompida, aquilo que a Câmara tem como justificativo para pagar da sua parte ronda os quatrocentos mil euros, eu não tenho o número exacto, mas ronda cerca de quatrocentos mil euros e desses a Câmara Municipal liquidou já, durante o ano 2007, duzentos mil euros e tem um plano acordado com a ARS para a liquidação do restante montante ao longo do ano 2008. Portanto, não será seguramente por esta via que a obra, aliás mal seria se assim fosse, assim outras obras a Câmara Municipal não as terminaria a pretexto dessa razão. Portanto, a Câmara Municipal está a cumprir com a sua parte, absolutamente não será essa a razão da interrupção desta obra. É esta a informação que posso deixar e que fique bem claro que a Câmara Municipal naquilo a que se comprometeu cumpriu ou pelo menos acordou o cumprimento com quem de direito. Penso que era isto que tinha a responder. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. =====*

*===== Faltou-me dizer qualquer coisa ao Arqt.º Jorge Rosa, que referiu inicialmente a questão do Plano de Urbanização e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico. Sobre a proposta, naturalmente está nas nossas orientações organizar uma Assembleia Temática na hora da discussão do PU. Quanto ao Plano Estratégico é evidente que também concordamos que tem sido muito importante, e será cada vez mais importante a presença da Universidade de Aveiro em Oliveira de Azeméis como alavanca impulsadora do nosso desenvolvimento e o Plano Estratégico é já algum fruto desse empurrão. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*===== Boa tarde. Em primeiro lugar, eu queria dizer que cheguei mais tarde, porque estive na apresentação e na assinatura da concessão das estradas da Beira Litoral, onde foi feita a assinatura da concessão da A32 de Oliveira de Azeméis a Gaia. Os Presidentes dos cinco Municípios do Entre o Douro e Vouga almoçaram com o Senhor Secretário de Estado das Obras*

*Públicas, precisamente para resolver o problema de outra estrada, que é a Estrada Regional 327. As coisas correram bem, é natural que brevemente hajam notícias relativamente a essa estrada. Queria acrescentar aqui duas questões, o Senhor Marcial Santiago levantou o problema sobre o Hospital e o Centro de Saúde e eu queria-vos dizer que ainda ontem tive uma reunião com um dos sócios da empresa que estava a construir o Centro de Saúde, que é a mesma empresa que estava a construir o Centro Escolar de Azagães, que é a CONDOP. Falamos sobre isto e aqui há uma questão que é importante. Nós não somos donos da obra, não temos qualquer responsabilidade na continuidade da obra e o que nós temos de justificativos da obra, mais precisamente, o Dr. António Rosa não pode absorver no intelecto todos os números mas eu tenho isso em cima da minha secretária, são quatrocentos e dezasseis mil euros que temos de justificativos, dos quais pagamos duzentos mil euros e falta-nos pagar duzentos e dezasseis mil euros. De resto não devemos mais um cêntimo à Administração Regional de Saúde, porque só devemos a partir do momento em que nos mandam os justificativos e que a obra esteja a andar. Por acaso é pena até nós nesta altura, como parece a mim que há colegas nossos, ou colegas meus, que vão procurar ver se o Estado lhes pagam os terrenos, porque afinal também paga terrenos noutras Câmaras, que é o caso da Câmara de Lisboa. Nós também podíamos efectivamente ir receber o dinheiro do terreno que doamos à Administração Regional de Saúde do Centro e às Escolas, e daqui a um bocado também lhes digo quanto é que a gente gastou nisso, e isso seria uma forma da gente pagar alguma coisa que deve. Portanto, a situação é esta: Eles não vão continuar com a obra e nós não vamos cumprir o contrato-programa. Concerteza não iremos cumprir, porque o contrato-programa define verbas em termos de percentagem e foi mal assinado aquele contrato-programa, que não fui eu, porque os senhores da saúde depois da obra começar começaram a ver que o projecto não tinha uma sala de formação, começaram a ver que não tinha mais isto e que não tinha mais aquilo e eu já sei que há para lá uma montanha de trabalhos a mais, que depois da vez de entrarmos com 30% vamos entrar com 50% como foi no Centro de Recursos. O Centro de Recursos teve em termos de trabalhos a mais, quase 50% e que nós depois negociamos com a DREN e pagamos esses trabalhos a mais e em compensação a DREN mobilou tudo, tanto o bar como a biblioteca, e também vai pagar a mobília, todo o equipamento do Centro Escolar de Azagães, mas isso foi negociado assim. Estes contratos-programa são um bocado perigosos feitos desta forma. Este da DREN tinha balizas, o valor da obra era quinhentos mil euros e a DREN pagava trezentos e cinquenta mil euros e a Câmara de Oliveira de Azeméis cento e cinquenta mil euros, mas o centro de Saúde não está assim. Está em termos percentuais e agora se eles lá quiserem fazer o que calha a Câmara Municipal percentualmente tem que entrar com o dinheiro, mas não vai entrar, não vai entrar de certeza absoluta. Mas isso é outra questão. A obra se esteve parada e se está parada, o empreiteiro garantiu-me que não iam fazer a obra, que não iam continuar, agora a Administração Regional de Saúde do Centro, ou do Norte eventualmente, que trate o problema com o empreiteiro. O empreiteiro vai retomar a nossa obra e isso é que me interessa, vai retomar o Centro Escolar de Azagães. Relativamente à REFER, a REFER tem tido vários tipos de comportamento relativamente aos pisos das variantes criadas. Uns Presidentes de Junta têm negociado com a REFER e têm conseguido pavimentação a tapete e outros têm ficado em terra batida. Portanto, depende, não tem sido critério da Câmara Municipal negociar as pavimentações. Nós o que negociamos com eles, e aceitamos, são em termos de planeamento, alternativa de passagem em termos de planeamento. É o Sector de Planeamento que se dedica a isto. Claro que nós queríamos, porque se não isso vai sobrar para a Câmara Municipal, nós queríamos tudo pavimentado a tapete. Relativamente ao Hospital, as obras da Urgência estão a andar bem, eu estive lá na semana passada, vamos ficar com uma Urgência digna, espaçosa e com algumas valências que não tinha anteriormente. Vai ficar uma boa obra e, pelo menos é a*

*expectativa da Administração do Hospital. Até meados de Janeiro a obra fica feita, entrará em funcionamento e ainda bem porque assim vai-nos libertar de pagarmos mais rendas dos contentores, porque os contentores somos nós que pagámos as rendas, num protocolo que fizemos com a Administração do Hospital. Relativamente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico, nós vamos ter concerteza uma reunião temática e um debate com a Assembleia Municipal, mas até aqui temos feito um trabalho conjuntamente com a Universidade e com empresários. Já fizemos uma apresentação pública; já fizemos reuniões com a Associação Comercial; já fizemos reuniões com a Associação Empresarial e estamos a trabalhar neste plano a ver o que é que se consegue, porque penso que hoje as Câmaras Municipais, no aspecto do desenvolvimento económico, não podem deixar de dar o seu contributo e receber também algumas achegas dos próprios empresários e comerciantes e de todo o lado. Penso que toda a sociedade Oliveirense, se quer um concelho mais desenvolvido, terá que nos dar achegas e terá também que ser parceira nesta temática. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Muito obrigado. Vamos então agora retomar as inscrições, não sem antes a Dra. Helena Terra que tinha pedido a palavra para a defesa da honra, na sequência da intervenção do Senhor Marcial Santiago. Portanto, tem direito a usar da palavra durante cinco minutos e o Senhor Marcial Santiago terá os mesmos cinco minutos para dar explicações se entender necessário. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS, para defesa da honra. =====*

*===== Muito boa tarde a todos, eu não vou precisar de cinco minutos, porque uma defesa da honra é só isso e mais nada, e a minha honra é muito grande mas eu não preciso de tanto tempo para a defender. Olhando nos olhos do Senhor Marcial Santiago, o que eu disse naquela visita foi aquilo, de grosso modo, que os Órgãos de Comunicação, nomeadamente os jornais locais escreveram e escreveram tal qual como eu disse, porque se não o tivessem feito eu teria usado dos mecanismos que a Lei me confere, nomeadamente o meu direito de resposta para repor a verdade. Eu não vou fazer a ironia de dizer que o Senhor Marcial Santiago mentiu deliberadamente, porque não é nesse conceito que eu o tenho; não vou cometer a maior ironia de dizer que o Senhor não sabe ler, porque eu sei que lê e ainda por cima muito bem. Eu só vou dizer que o Senhor fica a dever-me publicamente um pedido de desculpas, porque aquilo que acabou de dizer não é verdade e eu passo a citar e se quiser pode certificar que eu tenho os jornais em suporte digital e não consigo imprimir-los porque se não fazia distribuir de imediato. V. Ex.a pode ler no jornal, nomeadamente o “Correio de Azeméis”, que é um dos que tenho em suporte digital, mas nenhum dos outros disse uma coisa diferente disto, que na sequência da visita que acabou de referir e passo a citar “O Senhor Eng.º Pedro Padrão da VHM, que é a empresa que fiscaliza a obra, garantiu que a mesma estaria concluída em Novembro de 2006”. Só lhe peço a amabilidade de ler o que os Órgãos de Comunicação Social escreveram, e como lhe digo fica desde este momento a dever-me um pedido de desculpas, que naturalmente eu concederei, porque penso que só por lapso de leitura de V. Exa. é que pode ter dito o que acabou de dizer. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Marcial Santiago, do PSD, para dar explicações. =====*

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Terei todo o prazer em lhe pedir desculpas públicas Senhora Deputada se me justificar que esta notícia foi desmentida, e passo a ler “Diário de Aveiro”, 20 de Julho de 2006 “o novo Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis fica concluído no próximo mês de Novembro. A garantia foi dada pela Coordenadora dos Deputados de Aveiro do Partido Socialista - Helena Terra, depois de ter reunido com o empreiteiro e entidade fiscalizadora da obra”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra à Dra. Helena Terra, que disse: =====

===== Eu leio o “Correio de Azeméis”, eu leio “A Voz de Azeméis”, eu leio todos os jornais locais, mas quero fazer um anúncio. Confesso que não conhecia esse artigo e quero anunciar publicamente que no dia 03 de Janeiro participei criminalmente contra o “Diário de Aveiro”. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Eng.º Joaquim Jorge, do PS, que disse: =====

===== As minhas saudações a todos os presentes. Senhor Presidente da Câmara, V. Exa. acusou publicamente num jornal regional, numa entrevista que concedeu a um jornal regional, o Partido Socialista de Oliveira de Azeméis de falta de sentido de estado e instado a concretizar com algumas situações resumiu a falta de sentido de estado do Partido Socialista a uma única situação, a do Centro de Saúde. Curiosamente nesse mesmo jornal, o Presidente da Assembleia Municipal na sua qualidade de Comentador Político refere, e passo a citar: “Esta é uma situação cuja culpa não pode ser imputada a quem a transmitiu, mas sim a quem deu a informação errada”, e suponho que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal se estava a referir à Sub-região de Saúde de Aveiro. Diz ainda V. Exa. que o Partido Socialista tem políticas antagónicas, políticas contrárias aos interesses do concelho, não ama a sua terra, não tem cabelos brancos, etc.. Senhor Presidente, deixe-me ironizar um pouco esta situação dos cabelos brancos, lembrando-lhe que Oliveira de Azeméis tem na sua história um conjunto de figuras ilustres, de ilustres Oliveirenses, que muito contribuíram para o desenvolvimento desta terra e que não têm cabelos brancos, porque simplesmente eram carecas. Senhor Presidente, se quer falar em sentido de Estado então vamos a isso, vamos analisar algumas afirmações suas, proferidas nessa mesma entrevista, que não só revelam o estado do seu sentido de estado, mas aconselham a uma urgente coloração do cabelo. V. Exa. diz coisas incongruentes como, e passo a citar “Não tenho sido bem tratado pelo actual Governo, os Autarcas não são tratados da mesma forma e são preteridos em relação aos do PS. São mal recebidos e atendidos”. Na mesma entrevista diz “Tenho sido muito bem recebido pelos Ministros e Secretários de Estado”. Diz coisas tão incongruentes e tão extraordinárias como “Estarei sempre com muita lisura perante os nossos Governantes, tem sido essa a nossa postura”. Na mesma entrevista diz “Aquela farsa da questão dos quartéis da GNR”. Diz ainda coisas absolutamente inacreditáveis, e sem sair do mesmo jornal, e sem sair da mesma publicação, referindo-se ao Plano de Urbanização de Oliveira de Azeméis e passo a citar: “Ferramenta extraordinária porque obedece a regras de planeamento que vão ser aplicadas a todos os Municípios”. Senhor Presidente, então até aqui as regras de planeamento não eram aplicadas a todos os Municípios? Diz ainda, e passo a citar “A Câmara Municipal não tinha uma programação de intervenções e de investimentos municipais, o que fazia com que se construísse tudo de forma anárquica”. Bom, Senhor Presidente, isto não é falta de sentido de estado, isto é uma doença grave, isto é falta de

*todos os sentidos. O Partido Socialista não está contra o saneamento financeiro da Autarquia, pelo contrário, exige-o. Avisamos repetidamente e com sentido de estado, neste mesmo local, que o desequilíbrio financeiro da Autarquia é estrutural. O Tribunal de Contas confirmou mais uma vez que tínhamos razão. De certeza absoluta que a culpa desta situação não é do Partido Socialista de Oliveira de Azeméis, ou do prestigiado Tribunal de Contas, ou do Auditor Externo pago pelos cofres da Autarquia que, conforme poderemos ver mais à frente, no ponto dezassete, confirma exactamente isto. Perante tudo isto, e com total falta de sentido de estado, o que é que V. Exa. decide fazer? Recorrer desta decisão, sujeitando o concelho de Oliveira de Azeméis a mais um vexame e adiando a resolução do problema. Senhor Presidente, nós não estamos contra a Lactogal, nós criticamos com sentido de estado a sua instalação no centro da cidade de Oliveira de Azeméis. Senhor Filipe Carvalho, nós não estamos contra os centros comerciais. Nós questionamos a sua necessidade e criticamos todo o processo de alienação do património, que conduziu a que aparecesse um único concorrente, num prazo absolutamente recorde, para uma proposta desta complexidade. Nós criticamos a trapalhada que se passou com o privado, onde tivemos que passar de um pagamento faseado a um pagamento a pronto. E, Senhor Presidente da Câmara, quer um excelente exemplo de sentido de estado? V. Exa. tem afirmado publicamente que a dívida do Estado para com a Câmara de Oliveira de Azeméis é de milhões e diz que por uma questão de princípio não revela o montante. Diz ainda que a Câmara Municipal apresenta os documentos que tem e dá as informações que forem necessárias. Desafio-o a fazê-lo agora. Esclareça, como é sua obrigação, a esta Assembleia, sobre os montantes em dívida do Estado, a que é que se referem e qual a sua antiguidade, para que possamos tomar medidas urgentes tendentes à sua regularização. Desafio-o a fornecer esses números e que V. Exa. conjuntamente com os Deputados da Assembleia da República aqui presentes, desenvolvam todas as diligências no sentido de que o Estado liquide todos os débitos existentes, que tanta falta nos fazem. Todos nós fomos eleitos, em primeiro lugar, para defender os interesses de Oliveira de Azeméis e isso é que o Partido Socialista de Oliveira de Azeméis entende como verdadeiro sentido de estado. Vou entregar ao Senhor Presidente da Assembleia um requerimento com este propósito. Muito obrigado. =====*

*===== O Eng.º Joaquim Jorge, do Partido Socialista, entregou à Mesa o seguinte requerimento: “Venho por este meio requerer a V. Exa.; na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na al. f) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99 com as alterações da Lei n.º 5-A/2002 que, através da Mesa da Assembleia, seja solicitado ao Senhor Presidente da Câmara que, nos termos do disposto na al. t) do n.º 1 do art.º 68.º dos já citados diplomas, venha informar do seguinte: - Relação dos montantes em dívida da Administração Central ao Município de Oliveira de Azeméis, com indicação do organismo de origem do crédito e antiguidade dos saldos. Atendendo a que o Município atravessa uma crise financeira sem paralelo na nossa história recente, solicito que a informação seja prestada com carácter de urgência por forma a que esta Assembleia Municipal possa diligenciar no sentido de pressionar a Administração Central a solver os seus compromissos”. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Ana Neves, do PSD. =====*

*===== Muito boa tarde. Não é possível falar de liberdade se não houver segurança para a fruir. Nunca houve, e certamente não existirá jamais, uma sociedade completamente segura, porque a segurança resulta de esforços colectivos e individuais contraditórios, uns no sentido do cumprimento de normas, outros no sentido da sua transgressão. Assim, a segurança mais que*

*um estado físico, corresponde a uma representação psicossociologia dos cidadãos e das populações, traduzindo um sentimento construído e sustentado na vivência do quotidiano. Todos nós temos consciência de que a realidade legislativa hoje é mais agressiva do que há 10/12 anos atrás, o que significa que os agentes de segurança têm que ter condições físicas e formativas para poderem proteger melhor as pessoas. O que se tem vindo a assistir nos últimos anos, é uma perda gradual dos efectivos e dos agentes que patrulham os Municípios do nosso concelho. Isto vem ao encontro da necessidade dos Postos da GNR de Cucujães, Cesar e Oliveira de Azeméis. Actualmente, os níveis de criminalidade aumentam quer sobre as pessoas quer sobre o património, fechar postos da GNR é um convite "descarado" aos bandidos para que possam roubar à vontade. Recentemente o Sub-Secretário de Estado da Administração Interna visitou o Posto da GNR de Cucujães, anunciando a urgência da construção de um novo posto para Cucujães. Senhor Presidente da Câmara coloco-lhe a seguinte: já houve alguma evolução relativamente a esta questão, ou seja, já existe alguma previsão quanto à conclusão dos postos da GNR, ou pelo menos o de Cucujães? Tenho outro assunto que também é de extrema relevância para o nosso concelho e vou passar a abordar. Como Cucujanense, não posso deixar de lamentar o encerramento do Serviço de Finanças de Cucujães e já agora e porque o pensamento que subjaz a este lamento profundo é estrutural, estendo este lamento ao encerramento do Serviço de Finanças de Nogueira do Cravo. O Ministro das Finanças extinguiu os Serviços de Finanças, em Cucujães e Nogueira do Cravo, conforme portaria 1415/2007, alegando "simplificação de procedimentos relacionados com a liquidação e cobrança de impostos" e "novos métodos de trabalho assentes em novas aplicações informáticas". Em Maio/Junho do corrente ano, antes da tomada de decisão do actual Governo no que tange aos encerramentos dos serviços referidos, o Senhor Presidente da Junta de Cucujães, e o representante do PSD na Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo, em conferência de Imprensa, alertou os graves problemas que poderia advir para as populações que representam com o dito encerramento. No entanto, não houve o cuidado por parte do Partido que defende o Governo no nosso Concelho e que muito posteriormente conseguiu trazer ao nosso Concelho o Senhor Sub-Secretário de Estado da Administração Interna, não houve o cuidado de se juntar aos nossos esforços para defender a manutenção dos ditos serviços. Posteriormente, à decisão do Governo, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, mostrou a sua indignação com o aludido encerramento do Serviço de Finanças, tendo criticado a postura da Câmara Municipal em ter lavrado um voto de protesto e enviado para o Ministério das Finanças. Esta minha intervenção, pretende tão só, repor a verdade da situação e mais uma vez reiterar que a posição do PSD é aproximar os serviços públicos das populações por forma a permitir que todas as pessoas tenham uma melhor acessibilidade aos serviços e que os mesmos sejam mais eficientes. Com esta decisão, vai haver uma maior concentração de pessoas a dirigirem-se ao Serviço de Finanças de Oliveira de Azeméis, gerando assim sérios problemas no atendimento, dado que o tempo de espera vai ser muito mais prolongado, bem como acarreta mais encargos para os Municípios que antes se deslocavam com mais facilidade, e uma boa parte deles dirigiam-se aos referidos serviços a pé. Continuamos a defender a descentralização dos serviços públicos. Ao encontro desta ideia, um bom exemplo a reiterar é o que se verifica no Hospital S. Sebastião, em Santa Maria da Feira. Este Governo defendeu a concentração dos principais serviços hospitalares da nossa região, no Hospital supra referido. A Maternidade do nosso Hospital foi deslocada para Santa Maria da Feira, a Urgência, entre outros. Hoje, assiste-se a falta de vagas no Hospital de Santa Maria da Feira, assiste-se ainda a uma indisponibilidade para atender com mais cuidado e mais eficácia todos os utentes que necessitam de recorrer ao Hospital. Em face de tal problemática, os Representantes Regionais de Saúde começam a defender a necessidade de criação de uma alternativa ao Hospital de Santa*

*Maria da Feira. Minhas senhoras e meus senhores, isto é só para demonstrar que as pessoas devem ser coerentes. A política deve estar ao serviço das pessoas e deve ser exercida com seriedade e não apenas para defesa de interesses partidários. É firme convicção e entendimento do PSD que qualquer racionalização/ reestruturação de serviços públicos não pode significar o simples encerramento dos mesmos, mas traduzir-se na criação de alternativas que garantam maior qualidade no serviço prestado às populações. A pergunta põe-se e impõe-se: e depois do adeus? O que acontecerá aos Cucujanenses que querem e devem recorrer aos Serviços da Repartição de Finanças? Deverão deslocar-se a Oliveira de Azeméis de autocarro? De carro particular? E quem paga? O Estado Central não se pode demitir de servir as populações. O Estado Central não deve, nem pode, basear as suas opções políticas em argumentos meramente economicistas, dando uma forte machada na coesão social do nosso território. O Estado tem de cumprir com as suas obrigações constitucionais perante todos os cidadãos, mas, em especial, perante os mais desfavorecidos e necessitados. Aproveito a oportunidade para desejar um Bom Ano a todos. =====.*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS, que interveio da seguinte forma: =====*

*===== Muito boa tarde a todos, considerem-se cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Nem de propósito a minha intervenção vem de encontro àquilo que a Dra. Ana Neves acabou de aqui dizer e para mim o espanto, porque gostava de saber quem paga hoje em dia aos habitantes do Pinheiro da Bemposta para se deslocarem às Finanças, gostava de saber, Travanca, Madail, porque se vamos ter que pagar aos de Cucujães... Mas isto, e voltando àquilo que eu queria dizer relativamente às Finanças, devo dizer que em 26 de Abril, sobre este assunto e sobre uma intervenção do Senhor Marcial Santiago, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que, vou passar a citar “relativamente às Finanças, é uma realidade que tive conhecimento através do Director Distrital, que vai encerrar as Finanças de Nogueira do Cravo e Cucujães”. Isto foi em Abril, não foi o Senhor que disse, o Senhor perguntou e o Senhor Presidente da Câmara respondeu desta forma, que é o que está na acta e aqui não há “Diário de Aveiro”, nem “Correio de Azeméis”, é só a acta da Assembleia Municipal. Portanto, por aqui se constata que o Senhor Presidente, a uma dúvida levantada por si, informou a Assembleia sobre o encerramento destes dois serviços e durante seis meses não se fez ruído rigorosamente nenhum. O que a Autarquia fez neste tempo? Zero, não estou aqui a falar da Junta de Freguesia de Cucujães, nem da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis que eu saiba, publicamente, tomou zero medidas. Isto leva-me à teoria de que a Câmara Municipal até concorda se calhar com a medida, porque se tem conhecimento dela durante seis meses e nada faz até que ela é tornada publicamente, há aqui uma concordância tácita. O que o Senhor Presidente podia ter feito era, à priori e se na altura ainda não havia a Portaria publicada, foi publicada em Outubro salvo erro, aprovar aquela moção em Abril, não em Outubro, porque aí depois do facto consumado já não ia sensibilizar Ministro nenhum depois da decisão tomada. Aquilo que eu gostava de dizer era que estas decisões surgem na sequências das reformas que o País tem encetado e não podemos querer que se façam reformas para se deixar tudo na mesma. O País que temos hoje não é o mesmo de 1984, em que foram criadas as ditas Repartições. É um País em que mais de seis milhões de contribuintes se relacionam com a Administração Fiscal via Internet e que deram origem até ontem, dados do site das Finanças, catorze milhões de declarações foram submetidas por essa via. O que preocupa o PS é que o serviço que venha a ser prestado nesta nova Repartição seja consentâneo com aquilo que os cidadãos esperam do Estado: serviços eficazes e*

*céleres. Quanto ao argumento da dita política de proximidade, também não creio que seja o mais correcto, pois em momento algum me recordo de alguém defender a criação ou a deslocalização de uma Repartição de Finanças para o sul do concelho, por forma a ficar mais próximo das populações do sul, que todos até sabemos que se calhar têm menos acessibilidades a Oliveira de Azeméis do que Cucujães, Nogueira do Cravo, S. Roque e Cesar. Mas há outro ainda mais caricato, eu sou de S. Roque e tenho quatro Repartições de Finanças à minha volta: Nogueira do Cravo, S. João da Madeira, Cucujães e Oliveira de Azeméis. Tenho quatro, mas curiosamente a mais longe é Oliveira de Azeméis, mas é a essa que eu tenho de me dirigir, porque é essa a minha Repartição de Finanças. Portanto, se é a política de proximidade, eu se calhar talvez devesse ir a S. João da Madeira, ou a Nogueira do Cravo, e nunca a Oliveira de Azeméis. Portanto, há aqui uma série de incoerências e se eram esses argumentos, devíamos defender o contrário, a sua reorganização. No que toca mais directamente às freguesias afectadas, eu não balizo a Repartição de Finanças única e simplesmente para Cucujães, nem para Nogueira do Cravo, elas a servir serviriam um conjunto mais alargado de freguesias. O que está subjacente, e a preocupação acima de tudo se calhar destas Juntas de Freguesia, é a questão financeira, é a questão da renda que o Estado pagava € 3.500,00 (três mil e quinhentos euros) salvo erro em Nogueira do Cravo, e não sei se em Cucujães a mesma coisa, pelo arrendamento do edifício. Em Nogueira do Cravo ainda é mais caricato e problemático, porque esta renda, penso eu, estava a ser canalizada, e muito bem, para pagar a dívida colossal que o PSD deixou à Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo actualmente. Acho que há aqui questões também laterais, acho que uma das medidas que o Governo implementou este ano e acho que algumas Juntas de Freguesia aqui já o praticaram, foi assinar protocolos com a Administração Central, nomeadamente com o Ministério das Finanças, para serem as próprias Juntas de Freguesia, naqueles momentos mais críticos do ano e os cidadãos que têm menos possibilidades, poderem usufruir dos serviços das Juntas de Freguesia e através daí entregarem as suas declarações de IRS e acho que há já meia dúzia de Juntas de Freguesia que fizeram isso este ano. Isso sim, é que são os tais serviços de proximidade, as Juntas de Freguesia estão ali e todas as Juntas de Freguesia recebem uma verba pela prestação desse serviço se assim o entender. Relativamente às Finanças era isso que queria dizer. Outro assunto que gostava de ver aqui abordado e quando preparei isto não tinha conhecimento da assinatura da concessão Douro Litoral, que engloba a A32 e que foi hoje à tarde em S. João da Madeira e que tenho pena de não poder ter estado até ao fim como o Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas a Assembleia estava marcada para as quatro da tarde e eu fiz questão de aqui estar, também lá estive, perdi as intervenções. A questão que eu gostava de ver aqui e ouvi ainda o Senhor Presidente da Câmara de S. João da Madeira Dr. Castro Almeida dizer que falta um troço nesta concessão, que é o Troço Regional 327, e aquilo que eu lhe queria dizer Senhor Presidente, ele teve a oportunidade de explicar que é um traçado mais complexo e que não faria sentido atrasar a A32 para a resolução deste troço e, portanto se avançou da forma que avançou, mas aquilo que eu lhe gostava de perguntar e lhe fazer um apelo que é de não se repetir o que repetiu com a A32, que foi uma imagem muito negativa dos Autarcas de Oliveira de Azeméis, que se dividiram completamente, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, uns a defenderem um traçado, outros a defender outro. Acho que aqui devia haver um esforço de consensualizar a posição das Autarquias de Oliveira de Azeméis, isto vai passar supostamente por Cucujães, passará por S. Roque, passará por Santiago, passará por Nogueira do Cravo e eventualmente por Pindelo, e articular aqui o melhor traçado e, eventualmente, não sei se vai ser em perfil de auto-estrada ou em perfil de variante, acho honestamente que Oliveira de Azeméis seria melhor em perfil de variante, mas gostava que o Senhor Presidente dissesse também qual é a sua opinião, o que é*

*que a Câmara Municipal defende e se está disponível para articular e para que não se verifique a situação caricata que se verificou no passado. É só obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====*

*===== Em primeiro eu iria dar algumas respostas ao Eng.º Joaquim Jorge relativamente à minha entrevista e relativamente a algumas declarações que ele fez aí assim. Eu queria-lhe dizer que quando digo que ao PS lhe falta sentido de estado, às vezes é a conclusão que eu tiro, porque não serei sério comigo próprio se eu não lhe disser isto aqui na Assembleia Municipal. O PS aqui na Assembleia Municipal, por vezes toma posições que me dá essa ideia. Eu sou livre de tirar as conclusões que muito bem entender sobre as posições políticas que se tomam aqui na Assembleia Municipal e tenho tirado algumas conclusões, que o Partido Socialista não quer, parece que não quer, o melhor para Oliveira de Azeméis. Falar sobre se tenho sido bem tratado ou mal tratado, eu queria-lhe perguntar, não é comparável, por exemplo e o Senhor vai-me entender, o comportamento do Ministro da Saúde com o comportamento do Sub-Secretário de Estado da Administração Interna. Há comparação? Um é um “gentleman”, que fala connosco abertamente como se fossemos do mesmo Partido, estamos interessados os dois em resolver o problema; o outro telefona-me na véspera a dizer que vinha a Oliveira de Azeméis e quando, e o Senhor Eng.º também ouviu e a Senhora Deputada também viu eu a apresentar-lhe um dossier na reunião que teve connosco no meu gabinete, eu tinha uma reunião pedida desde Março deste ano. É uma falta de consideração, que eu não fazia isso a nenhum Presidente de Junta, uma falta de consideração vir e marcar uma reunião para o Presidente da Câmara estar presente, sem ter respeitado o meu pedido de reunião anteriormente, mas isso não foi só uma vez. Eu tenho um dossier sobre os quartéis e até tinha muito prazer em lhe mostrar e ver como aquele Ministério trata os Presidente de Câmara. Relativamente às Finanças, o Senhor Director tinha-me dito que isto mais tarde ou cedo fechava. Não houve uma chamada telefónica para o Presidente da Câmara a comunicar “o fecho vai ser no dia 15”, “o fecho vai ser no dia 14”, “o fecho vai ser no dia 10”. Fecharam e não deram cavaco a ninguém. Eu soube-o pelos Presidentes de Junta. Claro que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, muito aflito com o problema da receita, escreveu-me e fez-me um ofício, mas não é a Câmara que vai resolver o problema. Eu acho que não há comparação, admito perfeitamente, e tenho elementos do Governo que tratam com sentido de estado e tratam-nos como se fossemos do mesmo Partido e com interesse. Ainda hoje no almoço com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, é um homem que fala connosco e estava rodeado, só tinha um Presidente do Partido Socialista que era o de Arouca, e o do Ovar também estava, por maioria de Presidentes de Câmara do PSD e tratou dos assuntos muito cordialmente, com muita seriedade como é o timbre das pessoas e também é a sua obrigação como diz e muito bem. Mas, noutros lados não somos tratados assim e ainda hoje ouvi uma notícia que eu acho que é de bradar aos céus, quer dizer a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis para fazer um Hospital tem que arranjar um terreno; para fazer uma Escola EB 2,33 tem que arranjar um terreno; para fazer o Centro de Saúde que de arranjar um terreno, senão, não tem. Mas para Lisboa compra-se o terreno à Câmara Municipal. E Viseu agora também já quer, o Presidente Ruas, que lhe paguem o terreno que ele deu para o Centro de Saúde e nós também vamos pedir isso. Portanto, acho que não muitos critérios que não deviam ser assim, não deviam ser assim e, portanto, dão-nos razão para falar desta forma. Relativamente à dívida do Estado, claro que eu não vou publicamente e nunca disse a jornal nenhum quanto é que era. Ainda esta semana o meu trabalho principal tem sido*

*telefonar para os Ministérios e inclusive para a DREN e graças a Deus que recebi uma novidade da DREN, é que a DREN neste momento, já que querem saber números, a DREN do Centro de Recursos da Soares de Basto que já está em funcionamento e que já está a trabalhar há muito tempo, e que é uma obra que ficou com o custo para a Câmara aquele que eu há bocado vos falei. Não havia dinheiro, nunca havia dinheiro e eu tive que telefonar, telefonei anteontem, telefonei ontem e telefonei hoje e por acaso eu fui para S. João da Madeira, para a reunião com o Senhor Secretário de Estado e recebemos uma notícia do Adjunto da Senhora Directora de que nos vai pagar € 146.500,00 (cento e quarenta e seis mil e quinhentos euros). Já veio alguma coisa, mas da Biblioteca o IPLB ou a Direcção Geral das Bibliotecas está atrasadíssima com os pagamentos e a Biblioteca a mesma coisa, da construção também do Orçamento do Estado está atrasadíssimo com os pagamentos e eu posso-vos fazer chegar exactamente os pedidos de pagamento e as quantias. Não condicionou, porque esta obra não interessa ao serviço. Relativamente à A32, o troço que falta, neste momento a concessão era uma concessão de um pacote de vários troços de estrada da A32, que no fundo é uma auto-estrada que vai de Oliveira de Azeméis a Gaia. Uma novidade agradável que eu tive do Senhor Secretário de Estado, foi efectivamente que no próximo ano iremos já ter o estudo para o IC para Sul, que é fundamental. Nós pedimos para que ele fizesse tudo por tudo para não ter a necessidade de ter um pacote de obras para concessionar, para não fazer um pacote de obras, mas se por alguma razão ele pudesse adiantar a estrada regional que vai ligar Ovar à A32 e que atravessa o nosso concelho e também uma parte de Ovar. Ele vai ver se consegue fazer isto. Não pôde garantir mas deixou aberto para isso ser estudado e analisado. Há um estudo, um corredor já definido, falta ainda o estudo de impacto ambiental e também falta um estudo de trânsito, para eles definirem se o perfil dessa estrada regional vai ser um perfil de auto-estrada ou se vai ser de uma variante. Eles vão a ver, vão fazer um estudo nos próximos meses sobre o trânsito que se julga que lá vai passar, para definir depois a plataforma da estrada. Eu penso que eram as questões que eu tinha a responder. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Muito bem, vamos então iniciar o último período da parte do “Período de Antes da Ordem do Dia”. O PSD gastou dezanove minutos de trinta e dois a quem tem direito do ponto de vista regimental e o Partido Socialista gastou treze minutos dos vinte e dois que tem em termos regimentais. Portanto, há tempo ainda suficiente para os Membros que faltam ainda exporem os seus problemas. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Diamantino Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, para apresentar uma moção. =====*

*===== A todos boa tarde. Eu antes de mais, não é isso que me trás aqui, mas aproveito a oportunidade para felicitar todos aqueles que se empenharam por esta obra e muito especialmente o Senhor Presidente da Câmara, porque acompanhei não de perto, mas a alguma distância naturalmente, o empenho, a dedicação, o entusiasmo que teve em fazer esta obra. A ele se deve naturalmente esta obra que é maravilhosa para os Oliveirenses e para nós Membros da Assembleia, porque também aproveito para lhes dizer que estou na Assembleia Municipal desde 1976. Estive na primeira Assembleia Municipal, andamos divagando de casa para casa, nem sempre nas melhores condições. Hoje penso que temos boas condições e espero que até nem fique por aqui. Mas felicito aqui, mais uma vez, o Senhor Presidente da Câmara e todos os*

*elementos que contribuíram para que esta obra se realizasse e estivesse hoje aqui inaugurada, como foi há uma semana, penso. Também quero aproveitar e perguntar ao Senhor Presidente da Câmara que me esclareça melhor, naturalmente, a situação do Centro Escolar de Azagães. É uma obra que me toca efectivamente, e não só aos Carregosenses fundamentalmente, e por isso gostava de saber a posição dela. Aproveito ainda para fazer aqui uma referência à intervenção do Senhor Eng.º Paulo Alegria. Estou naturalmente de acordo com o Senhor Eng.º, acho que faz muito bem em chamar a atenção das vias, mas também lembro o Senhor Eng.º que as vias da cidade não são só as vias do Município, existem mais vias para além da cidade e entendo que essas vias, que naturalmente o Senhor Eng.º não conhece, precisam também de ser pavimentadas e melhoradas. Para finalizar trago aqui hoje comigo uma moção e é uma moção que o Senhor Presidente da Junta de Travanca, o Nuno Jesus, já aqui anunciou, não a moção propriamente dita, mas anunciou a situação em que nós Presidentes de Junta precisamos naturalmente de tomar uma posição e com certeza que somos individuais nelas e os outros Membros da Assembleia tomarão ou não se assim o entenderem, mas acredito mesmo que estejamos todos solidários na acção. Eu digo isto porquê? Está em construção, pelo menos em elaboração nos Gabinetes das Direcções Nacionais dos Partidos PS e PSD, uma alteração à Lei Eleitoral Autárquica. Tenho constatado, através da comunicação social, que efectivamente existem boas notícias sobre essa Lei Autárquica, mas também existem as más notícias, que foi aquela que o Nuno Jesus aí apontou e eu tenho aqui a moção que é para falar dela, que é retirarem aos Presidentes de Junta a capacidade de votar, ou o direito de votar, o Orçamento e o Plano de Actividades que a Câmara Municipal elabora. Naturalmente que eu, pela idade que até tenho e pelos trinta e um anos que tenho aqui nesta Assembleia Municipal, com a ausência apenas de cinco anos, não estou esperançado em dar continuidade à minha presença nesta Assembleia, mas entendo que os mais novos são capazes de verem os seus direitos coarctados se efectivamente esta Lei avançar da maneira que está prevista. Então, eu apresento aqui a moção, que é subscrita por todos os Presidentes de Junta do PSD. Não contactei com todos os do PS, mas acredito que efectivamente estejamos de acordo com esta moção e por isso vou entregar ao Senhor Presidente para a fazer votar. Aproveito para desejar a todos um Bom Ano e que tenham tido umas Boas Festas de Natal. =====*

*===== O Senhor Diamantino Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, apresentou a seguinte moção: “Está em curso o estudo da alteração à Lei Eleitoral Autárquica. Conforme a Comunicação Social tem divulgado, prevê-se que seja retirado aos Presidentes de Junta o direito de voto, enquanto Membros da Assembleia Municipal, nos Orçamentos e Opções do Plano, assim como nas suas Revisões. Assim sendo, os Presidentes de Junta vêm a sua posição subalternizada enquanto Membros da Assembleia Municipal e impedidos de participar nas decisões que mais influenciam a gestão das autarquias”. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedido o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS. =====*

*===== Eu acabei de ouvir, embora estivesse a responder a uma chamada telefónica urgente lá fora, mas acabei de ouvir de lá de fora um repto que foi feito ao Senhor Presidente da Câmara e aos Deputados da Nação aqui presentes, pelo Senhor Eng.º Joaquim Jorge e que tem a ver com a necessidade de fazer o apuramento de quais as Tutelas do Estado que têm dívidas ao Município de Oliveira de Azeméis, e desafiava ele para que sozinho, ou em conjunto, com os Deputados da Nação aqui presentes, eu estava presente do lado e fora mas presente o suficiente para poder ouvir isto, reclamar das respectivas Tutelas o pagamento em falta. Eu falo só por*

*mim, porque não tenho procuração do meu outro Colega Deputado aqui presente, na parte que me toca, quero comunicar o seguinte: logo que o Senhor Presidente da Câmara possa disponibilizar quais os montantes em dívida por todos e cada um dos Ministérios e desde quando, eu estou disponível para com ele, ou sozinha, ir no dia imediatamente seguinte pedir reuniões com carácter de urgência com cada uma das respectivas Tutelas para exigir os pagamentos em falta ao Município de Oliveira de Azeméis. É esse o meu dever enquanto Deputada eleita e é esse o meu dever enquanto Titular do Órgão de Soberania que fiscaliza a actividade do Governos. Portanto, quero desde já deixar isto claro, portanto esta é a parte a que me obrigo desde já a fazer. Senhor Presidente da Câmara, faça-me um favor, faça-me chegar a sua, que é o levantamento de todos os montantes em dívida. O meu Colega se me quiser acompanhar neste intento, com certeza que terei o maior prazer em ir acompanhada por ele. Se não o quiser está na sua inteira e livre discricionalidade. Fui confrontada também com uma outra questão, esta também que ouvi de lá de fora, porque fui rodopiando para poder ouvir o que daqui de cima dizia a Dra. Ana Neves, que chamou a atenção para várias questões, nomeadamente as questões que se têm levantado mormente na praça pública a propósito dos dois Quartéis da GNR no concelho, falo naturalmente do Quartel da GNR de Cucujães e do Quartel da GNR de Cesar. Evidente que a Dra. Ana Neves fazia esta sua intervenção interpelando o Senhor Presidente da Câmara para lhe dizer, nomeadamente, qual o ponto da situação desta questão. Eu calculo que isto não seja uma questão importante para o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que sobre isto, e aqui eu já estava de corpo e alma cá dentro naquela cadeira, não o ouvi responder rigorosamente nada. Eu na parte que me toca e a propósito destes dois assuntos, quero dizer o seguinte: acho que esta Assembleia tem o direito, e mais do que o direito, tem o poder dever de conhecer por inteiro, e repito por inteiro, o ponto da situação deste assunto. Eu daquilo que conheço podê-lo-ia relatar, mas já estou habituada a que muito poucos ouçam e tomem a devida nota daquilo que eu digo daqui de cima. Portanto, acho que todos os meus restantes Colegas têm o direito a saber isto de quem tem o dever de informar. E quem tem o dever de informar é a Tutela respectiva, nomeadamente, através do Senhor Sub-Secretário de Estado e Adjunto da Administração Interna. E, portanto, eu venho munida de um requerimento que quero apresentar à Mesa desta Assembleia e pelo qual o Senhor Presidente da Assembleia pede todos os esclarecimentos necessários à Tutela respectiva, quero dizer que estou disponível para assinar este requerimento com o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, uma vez que dá-se a coincidência, que é conhecida de todos, de ambos sermos Titulares do Órgão de Soberania que fiscaliza a actividade governativa deste Senhor. Para além disso, e se ele preferir ser de outra forma, estamos disponíveis, o Grupo Parlamentar do PS nesta Assembleia, para votar favoravelmente este requerimento e para que o mesmo seja dirigido ao Sub-Secretário de Estado da Administração Interna pelo Senhor Presidente da Mesa da assembleia, que é quem última instância representa a Assembleia de que todos fazemos parte. Portanto, para esse efeito e desde já entrego na Mesa. Relativamente ainda ao assunto chamado Quartel da GNR, eu quero referir o seguinte: foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, pelo menos se não foi dito foi o que eu li, e não vou falar do “Diário de Aveiro” porque não li nada no “Diário de Aveiro” a esse propósito, mas li nos jornais concelhios. O Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente a propósito de um jantar comemorativo no qual estive o Dr. Filipe Menezes que “vejam lá que até houve o deslante de uma Deputada da Nação, que convidou um Secretário de Estado para vir visitar o terreno para o Quartel da GNR”. Eu quero dizer que isto foi o que qualquer Oliveirense pode ler na imprensa. Se foi isto que o Senhor Presidente da Câmara disse é grave e é grave, eu não convidei o Senhor Secretário de Estado para vir visitar o terreno que a Câmara teria destinado para efeito, por duas ordens de motivos: primeiro, eu Deputada da Assembleia da República não convido Secretários de Estado. Posso interpelá-los*

*a. Segunda ordem de motivos: eu não convido ninguém para a casa dos outros, quando muito posso convidar para a minha casa. Portanto, o Senhor Sub-Secretário de Estado da Administração Interna veio a Cucujães a interpelação minha, como é seu dever, interpelação no seguimento de várias reuniões tidas entre mim e ele, como é meu dever visitar uma instituição que está sobre a sua Tutela directa que é um Quartel da GNR. Nessa circunstância, teve a amabilidade e outra coisa não seria esperado, de comunicar ao Presidente da Autarquia em causa que aqui viria para esse efeito e fê-lo por uma questão de gentileza calculo eu, porque nenhum outro dever tinha de fazer tal coisa, mas mesmo assim e nessa circunstância teve a gentileza suficiente para ir apresentar cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis e até para aceder a, nessa circunstância, reunir com ele no seu gabinete. Senhor Presidente da Câmara, quero-lhe dizer o seguinte: se o Senhor Secretário de Estado não lhe concedeu uma reunião que V. Exa. pediu, V. Exa. devia ter feito todo o barulho ao seu alcance, todas as reivindicações que a Lei lhe permite e que o seu cargo exige que faça para que ele o receba, em primeiro lugar. Em segundo lugar, quero-lhe dizer que a determinada altura que parece que o que nos divide é quem é o pai ou padrinho da coisa. Eu confesso-lhe que na parte que me toca não estou preocupada nem com o baptizado, nem com a filiação e com o boletim de nascimento. Confesso-lhe que a minha preocupação é que de facto a obra surja, a obra nasça e que a seguir a essa nasça também a do Quartel de Cesar. Este é o meu único objectivo. Saber quem põe a mão na cabeça e quem dá o último apelido à coisa, para mim é o menos importante, porque o único apelido que lá vou ver é Oliveira de Azeméis e as únicas cores que lá vou ver são as do vermelho e branco do nosso Município. Terceira coisa: estou perfeitamente de acordo com V. Exa. quando diz que não podemos permitir, nós Autarcas, portanto eu estou a repetir as suas palavras, que qualquer Tutela Governativa tenha connosco Autarcas um tratamento indiferenciado e, portanto, de acordo com aquilo que é o conhecimento que se pode adquirir da comunicação social em Portugal, parece que se vai comprar ao Município de Lisboa o terreno necessário para a construção do dito Hospital de Santos. Eu acho que a partir daí é direito de todo e qualquer Município deste País, pelo menos que na mesma Tutela, se exija tratamento igual, e para isso o Senhor pode contar comigo na linha da frente, se possível à sua frente, ainda que o Governo seja o patrocinado pelo meu Partido. Quero-lhe dizer uma outra coisa: é que curiosamente o tal tratamento indiferenciado nasce do tal Ministro a que V. Exa. apelidou, e muito bem, cada um tem a opinião que tem, de um verdadeiro “gentleman”, o Senhor Ministro Correia de Campos. Eu vou terminar Senhor Presidente, só queria dizer o seguinte, e isto a propósito de cordialidade no tratamento e nas relações entre os Municípios e o Governo, e na cordialidade do tratamento entre os Municípios e os Representantes de todos os outros Órgãos de Soberania do nosso País. No acto público de inauguração do espaço em que nos encontramos hoje esteve presente, a convite da Autarquia, naturalmente, a Senhora Ministra da Cultura. Porque V. Exa. chamou e trouxe a esta Assembleia a discussão da falta de chá de alguns Membros do Governo, eu quero-lhe dizer que registei que à Senhora Ministra da Cultura não foi dada sequer a palavra para se pronunciar na inauguração de um tão importante equipamento, que depende do ponto de vista tutelar da Tutela que ela dirige. Mas registei ainda uma outra coisa, que eu estava à espera de ouvir, eu estava à espera de ouvir o meu Presidente de Câmara reclamar da Senhora Ministra da Cultura e da Senhora Directora Geral do IPLB, que estavam presentes na tal Mesa de Honra, reclamar o pagamento que está em falta no que toca à participação a que o Governo se comprometeu, nomeadamente através do IPLB, para esta obra. Curiosamente não ouvi o meu Presidente de Câmara reclamar o dinheiro que está em falta, numa altura em que ele tanta falta faz, mas quero-lhe dizer que estou à vontade porque sou eu que o vou reclamar ainda que V. Exa. o não faça. Quero dizer ainda, e agora é mesmo para terminar, tem a ver com aquilo que referi, e só o*

*faço nesta circunstância, tendo um ofício escrito para dirigir a V. Exa., que já foi com o conhecimento ao Senhor Presidente da Assembleia da República, a propósito da discriminação no que toca ao tratamento institucional das pessoas que representa Órgãos de Soberania, que no último acto público de inauguração deste equipamento. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis presenteou todos os convidados titulares de um Órgão de Soberania, e eu refiro todos, mas no que toca aos Deputados da Nação foram só àqueles que são militantes e que foram eleitos em listas do PSD. Com todo o respeito que tenho pelo Senhor Escultor Paulo Neves, quero referir o seguinte: poderei comprar, em qualquer momento, aquilo que foi o presente que a Câmara deu a todos os meus Colegas Deputados que estiveram presentes, e tirei muita honra em o fazer e registo para os anais daquilo que será a minha história futura, ou aquilo que posso deixar quando muito de história falada àqueles que venham depois de mim e que tenham de comum a mesma árvore genealógica, esta distinção discriminativa do ponto de vista negativo a um Deputado da Nação, que é natural de Oliveira de Azeméis, e que foi o único que negativamente foi discriminado com a não atribuição dessa prenda. Portanto, Senhor Presidente, isto para lhe dizer que lições de chá, e o chá aprende-se a beber e é de pequeno, mas não pode ser bebido numa tigela porque senão não aprendemos. Chá é bom mas é numa chávena de porcelana. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====*

*===== Boa tarde. O assunto que me aqui trás hoje tem a ver com alguns assuntos que já aqui foram evocados e confesso que devo inverter o sentido de algumas palavras que pretendia aqui dirigir, até porque registo com muito agrado a intervenção da Senhora Deputada Helena Terra, na sua disponibilidade na defesa daquilo que disse ser os interesses de Oliveira de Azeméis. E isto porque me parece que a postura do PS muitas vezes não é a mesma quando se trata de um assunto nacional, de quando se trata de um assunto local de interesse para o concelho de Oliveira de Azeméis. E nesse aspecto não consigo perceber, nem consigo entender, e creio que nenhum Oliveirense consegue entender, como é que o PS pode defender o encerramento de um qualquer serviço, que esteja em qualquer uma das freguesias, numa política de proximidade como aqui foi dito, de serviço às populações e de entendermos que nem toda a gente tem Internet, nem toda a gente é abrangida pelo plano tecnológico, nem toda a gente tem a disponibilidade de locomoção para se poder deslocar ao centro da cidade de Oliveira de Azeméis. Também não me parece curial que se possa defender o encerramento de um qualquer serviço, situado no norte, ou a oeste, ou a leste, porque no sul não existe serviço idêntico. Da mesma forma, me parecia ilógico, incongruente e indefensável, que se pudesse defender o encerramento dos Quartéis da GNR de Cucujães e de Cesar, porque em Loureiro e no Pinheiro da Bemposta não existe nenhum Quartel da GNR. Da mesma forma como também não entenderia, que se pudesse defender o encerramento de um qualquer outro serviço que está disponível às populações, como por exemplo um Centro de Saúde, só porque no lado oposto do concelho esse serviço não existe. Portanto, neste aspecto meus caros amigos, sempre, mas sempre, que um serviço encerra, as populações ficam mais pobres, alguém fica mais prejudicado e neste caso são aqueles que são os beneficiários directos desses serviços que ficam prejudicados. E sobre este assunto, eu já entendi que o PS não gosta que se cite os jornais locais, nem o jornal “Diário de Aveiro”. Evidentemente, que eu vou-me escusar de citar aqui aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo disse quando estes serviços encerraram. Dispensamo-me disso, vocês conhecem tão bem quanto eu, e, portanto, na defesa dos interesses da população que ele como Presidente da Junta serve, e muito bem, veio a*

*público, veio a terreiro defender aqueles que legitimamente o elegeram e por quem ele tem, naturalmente, legitimidade para defender os seus interesses, portanto no que diz respeito ao fecho de qualquer serviço. Eu diria mesmo mais: se estes serviços fossem de administração da Câmara Municipal e se a Câmara Municipal os tivesse fechado em Nogueira do Cravo, em Cucujães, qual seria a postura do Partido Socialista nesta Assembleia, quando essa decisão tivesse sido tomada pelo respectivo Órgão Executivo Autárquico? Certamente que não era a mesma. Relativamente aos Quartéis da GNR, também já muito aqui foi falado e naturalmente nós entendemos que não faz qualquer sentido defender um quartel de uma determinada localidade, esquecendo do outro. Já aqui registei as palavras da Dra. Helena Terra que, agora sim, reforça e defende tanto um como outro, e assim espero que o seja, porque não faz qualquer tipo de sentido, estando os dois em absoluta necessidade de obras, que se defenda um em detrimento do outro e, por isso, tivemos muito naturalmente a reacção do Presidente da Junta de Cesar, que muito legitimamente veio defender os interesses da população que ele serve. Um outro aspecto, só para dizer que me congratulo com a disponibilidade da Senhora Deputada do PS aqui presente, de dizer que subscreve a defesa do tratamento igual no que diz respeito à questão do Centro de Saúde. Já aqui falamos sobre isso, já foi abordada a questão do Centro de Saúde. A questão do Centro de Saúde, penso que ainda não foi tudo dito, até por que voltamos às citações, em que numa primeira fase foi dito que o Centro de Saúde não estava concluído porque a Câmara Municipal não tinha pago a parte que lhe era devida, e posteriormente foi desmentida esta notícia dizendo que a informação tinha sido dada pelos serviços e que era baseada numa informação errada e, portanto, a questão dessa notícia ficou por si desmentida. Nem toda a gente pode ter lido a segunda notícia, mas numa primeira fase passou a ideia de que o Centro de Saúde não está concluído porque a Câmara não pagou a parte que lhe correspondia. Ora, já sabemos que assim não é, e saúdo já, como disse, a intenção do Senhor Presidente da Câmara de exigir o tratamento igual ao que é dado na questão da construção do Hospital de Todos os Santos em Lisboa, havendo não a intenção mas a decisão já de acordo com as informações ontem divulgadas, portanto de 27 de Dezembro, de que a decisão do Ministério da Saúde é de adquirir os terrenos para a construção do Hospital de Todos os Santos. E, portanto, já veio a terreiro o Presidente da Câmara Municipal de Viseu dizer que este foi um facto importante, porque abre um precedente e, portanto, exige um tratamento igual, diz ele que “é uma decisão que saúdo, por ser uma área tão vital para o cidadão e esta nova postura do Governo sugere-nos que exijamos igual procedimento em relação ao nosso Município”. Portanto, se isto é verdade para Viseu, se isto é verdade para Lisboa, também tem de ser verdade para Oliveira de Azeméis. Portanto, Senhor Presidente da Câmara, aqui lhe deixo esta nota e reforço as palavras que há bocado disse: exija, de facto, tratamento igual, um terreno naquela localização é certamente um terreno que é bastante dispendioso e, portanto, se é, é também uma fonte de receita que poderá reverter para acudir a outras situações mais urgentes. Estou mesmo a concluir, só para dizer que registo a intenção do Senhor Presidente da Câmara de exigir este mesmo tratamento e registo também por parte do PS a disponibilidade para o fazer. E, portanto, Senhor Presidente, poderemos pensar num documento conjunto, assinado quer pela Câmara Municipal, quer pela Bancada do PSD, quer pela Bancada do PS se assim for confirmada a intenção daquilo que aqui foi dito. Naturalmente é extensível, e julgo que concordarão connosco, porque é defesa dos legítimos interesses de Oliveira de Azeméis que está em causa, e penso que quer os Independentes, quer os Senhores Deputados Membros desta Assembleia do CDS/PP e da CDU, naturalmente também concordarão connosco nesta posição a tomar e que eu defendo e saúdo vivamente. Era só. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS, para uma interpelação à Mesa.* =====

===== *Senhor Presidente, só para corrigir aqui algumas situações, porque eu nunca vim aqui defender o encerramento do Serviço de Finanças, com a argumentação que o Prof. Isidro Figueiredo aqui colocou. Aquilo que eu quis demonstrar é que quem defende, ou quem usa a argumentação dos tais serviços de proximidade, deveria também argumentar e defender a criação de mais serviços para o tal sul do concelho e nunca o fizeram. Portanto, se têm essas teorias deveriam colocá-las em prática, porque eu também tenho a noção de que as populações perdem sempre qualquer coisa quando se encerra um serviço. Agora também quero recordar aqui, e a este propósito, as declarações do Prof. Albino Martins, quando a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis até se antecipou ao Governo no encerramento de Escolas Primárias com número inferior a dez alunos, e na altura disse claramente que era melhor para as populações que assim fosse. Portanto, nem sempre a questão do encerramento dos serviços traz esse tipo de considerações. Só para recordar, o PSD tem um problema, porque agora o actual Presidente do PSD defende, e disse-o em entrevista ao “Expresso”, que desmantelava grande parte do Estado em seis meses e, portanto, se algum dia fosse Primeiro-Ministro de Portugal grande parte destes serviços seriam privatizados e depois aí era a história da rentabilidade e do lucro, portanto grande parte dos serviços que nós temos espalhados por este País seriam encerrados. É só. ==*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Chamo a atenção para a necessidade de que todos temos, e o pedido que eu fiz no início, de cumprirmos objectivamente o Regimento da Assembleia Municipal, temos muitos pontos pela frente. Antes de dar a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações que entender necessárias, só dar nota do seguinte, até porque também fui visado, visado do ponto de vista positivo, porque as pessoas às vezes quando são visadas quer seja do ponto de vista positivo ou negativo ficam todas irritadas e nós temos que ter fair-play para essas matérias. Dar nota que relativamente ao requerimento que eu recebi do Eng.º Joaquim Jorge, eu julgo que é pertinente, eu próprio já exarei um despacho solicitando de forma circunstanciada à Câmara Municipal o valor em dívida, para depois podermos usar a metodologia aqui proposta. Portanto, julgo que nem precisava de dizer, a minha disponibilidade é total sabem disso, e registo também, porque outra coisa não seria de esperar, a disponibilidade da minha colega Helena Terra relativamente a essa matéria. Também dizer-vos que, se calhar já não vai ser este ano por impossibilidade, mas se calhar até na segunda-feira, solicitar informação escrita à Administração Interna relativamente às questões dos Quartéis. Eu julgo que é importante nós podermos não estarmos a tirar ilações baseadas em notícias dos jornais, no diz que disse e no vai que vai e no foi que foi, e pedindo objectivamente a quem de direito que se pronuncie, não esquecendo obviamente também todo o processo que levou, e que está até ao momento, mas sempre com o pensamento no futuro. Também julgo que posso concluir que o pensamento no futuro passa pela construção dos dois Quartéis, do Quartel da GNR de Cucujães e do Quartel da GNR de Cesar. Depois há aqui outras questões que têm a ver com as moções, mas antes disso vamos às explicações da Câmara Municipal e, Senhor Presidente, dava-lhe então a palavra para esclarecer e para responder às solicitações nesta última fase do Diamantino Melo, da Dra. Helena Terra e do Prof. Isidro Figueiredo.* =====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos.*=====

=====*Relativamente ao Diamantino, eu quero dizer que o empreiteiro vai arrancar novamente com o Centro Escolar de Azagães. Ele teve uma situação difícil, teve que meter um processo no IAPMEI para poder continuar a laborar com a sua empresa, o IAPMEI concedeu-lhe e muniu-o de algumas ferramentas que permitem a empresa continuar. Portanto, no próximo mês de Janeiro a obra vai arrancar. Tive uma reunião com o Dr. ontem e isto está assegurado, portanto, dentro do prazo que se pretende, que entre no próximo ano lectivo, ele tem possibilidades de acabar até Julho perfeitamente o edifício. Relativamente à Senhora Dra. Helena Terra, eu aceito perfeitamente que se faça a relação das dívidas e que possamos tomar uma acção conjunta, no sentido não digo de responsabilizar, mas pelos menos de pressionar e talvez consigamos alguma coisa. Na próxima semana já lhe vamos fornecer isso, por intermédio do Presidente da Mesa, e vamos depois combinar a ida a Lisboa e com certeza trataremos disso. Relativamente aos Quartéis de Cesar e Cucujães, este Ministério, não é de agora, é um Ministério especial e é difícil. Eles vieram cá e nunca mais nos contactaram, inclusive ficou-se de vir fazer um levantamento, o Técnico que acompanhou o Senhor Sub-Secretário vir cá. Nunca mais, nem sequer me telefonaram, eu voltei a escrever e a pedir uma audiência e nunca mais fizeram absolutamente nada. Portanto, estou a aguardar e por isso é que eu não respondi nada à Dra. Ana Neves, porque eu não tinha matéria para falar. Mas já agora pedia-lhe para falar e quando eu disse há bocado que não era normal, que o tratamento não é normal, não é normal, quer dizer no dia antes de vir cá a Oliveira de Azeméis telefona-me às sete e meia da noite, telefona-me para o telemóvel às sete e meia da noite, a comunicar que estava aqui assim às nove e meia ou dez horas. Portanto, isso não é normal, nós temos tido visitas de Governantes e nunca aconteceu assim. Relativamente à inauguração, eu dispensava discutir sobre isto, porque em termos de cerimónia, a Equipa de Protocolo da Presidência da República é que liderou toda essa cerimónia, mas eu tive o cuidado de convidar a Senhora Ministra, embora eu pudesse admitir que também a Presidência da República a tivesse convidado, mas eu convidei-a. Não sei se se recorda que eu na minha intervenção faço um agradecimento à presença da Senhora Ministra da Cultura. Relativamente à análise dos débitos, não era sítio onde eu fazia isso. Eu falei com eles, nós falamos e nós conversamos mesmo com a Directora Geral, falamos e mostramos a dívida, aquilo que nos falta receber, tanto da biblioteca, da construção, como dos fundos documentais, como da informática, como do mobiliário. Informamos, tivemos uma conversa. Ela veio visitar a biblioteca, creio que foi na segunda-feira, ou terça-feira, ela veio visitar para ver se estava tudo em condições, porque eu também entendia que a Direcção-Geral e a própria Ministra tinha que dar ordens à Câmara ou tinha que permitir que a Câmara abrisse a Biblioteca, porque ela estava em condições de abrir. Nós tivemos o cuidado de fazer isso e eu sei que houve bibliotecas que foram inauguradas em Portugal sem dar cavaco à Ministra da Cultura, não a esta, mas à anterior. Portanto, sobre isto, penso que também irá fazer parte da relação dos recebimentos que queremos ter e vai-nos fazer chegar. Relativamente aos Quartéis, continuo a dizer que neste momento só existe um Quartel que poderá estar em programa, que é o Quartel de Cucujães, ainda não incluíram o de Cesar. Eu queria lembrar aqui uma coisa, o de Cesar, o Comando Territorial de S. João da Madeira, que agora creio que já não existe, entendia que era o Quartel mais prioritário, que era o que tinha menos condições. Depois, alteraram para Cucujães. E eu faço, e tenho até inclusive ofícios e uma pasta com todos os documentos, em que eu falo ou escrevo sobre os terrenos e sobre inclusive o terreno que tivemos que comprar em Cesar, na zona industrial, propositadamente para isto, e gasta-se vinte mil*

*contos na compra de um terreno que está ali assim já há uma série de anos, quase há dez anos, sem ter nenhuma aplicação. Então, dizia para não comprar os terrenos. Depois defendem-se de que a GNR não coloca estes Quartéis na relação das prioridades e realmente no gabinete, já uns dois ou três anos, do Sub-Secretário com um Elemento da Secretaria estivemos a ver a listagem dos Quartéis que o Comando da Guarda Nacional Republicana manda como prioridades e figurava nenhum de Oliveira de Azeméis e depois eu escrevi aos nossos Comandantes “então, vocês querem Quartéis e não os colocam em prioridade”. Isto continua assim, estou convencido de que isto continua assim. Sobre a intervenção do Dr. Isidro, e em relação aos Quartéis, a situação é esta, vamos ver, acho que devemos voltar à carga e vamos voltar à carga e a Senhora Deputada também, os Senhores Deputados também nos vão ajudar nisto, porque isto é um escândalo, é estragar dinheiro quando nós temos tão pouco dinheiro e andamos ali assim com terrenos, que hoje vale muito mais do que vinte mil contos, porque isto foi há mais de dez anos. Eu penso que está tudo respondido relativamente a isto. O terreno do Centro de Saúde, nós também podemos levantar o mesmo problema. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Dra. Helena Terra, para uma interpelação à Mesa. =====*

*===== Em jeito de interpelação à Mesa mesmo, é só para dizer que continuo a registar sobre tratamento indiferenciado a Titulares de Órgãos de Soberania, o Senhor Presidente de Câmara, depois de chamada a atenção, continua-se a conformar com o tratamento que foi assumido. E quero relembrar que o protocolo num acto, numa Câmara Municipal, é da inteira responsabilidade da Câmara Municipal, que ainda por cima neste momento tem um guião que é a chamada Lei do Protocolo. E a minha memória é tão boa que me lembro que quem fez as cerimónias protocolares foi o Senhor Dr. Jorge Melo. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma: =====*

*===== Vamos então proceder à votação dos pontos, temos aqui vários, vamos lá ver se fazemos isto mais rápido. Há aqui uma moção que foi apresentada pelo Diamantino Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa e que vai ao encontro daquilo que o Nuno Jesus falou. Portanto, posso considerar esta moção que está aqui subscrita pelos Presidentes de Junta, porque diz respeito aos Presidentes de Junta, do PSD, posso acrescentar os Presidentes de Junta do PS? Ou o Nuno Jesus? Eu percebo que isto tem alguma simbologia Senhores Presidentes de Junta, posso acrescentar? Nogueira do Cravo não subscreve. Portanto, com os Presidentes de Junta esta moção vai ser votada daqui a pouco tempo. O requerimento do Eng.º Joaquim Jorge está tratado, julgo que não precisa de ser votado, vamos aguardar pela informação do Senhor Presidente de Câmara. A solicitação de informações relativamente à questão dos Quartéis, eu acho que era importante nós a partir de hoje falarmos sempre em Quartéis e não falar em Quartel A ou em Quartel B, para evitar uma série de coisas, mal-entendidos, que não ajudam nada e beneficiam o concelho, portanto vai também seguir para termos informação escrita relativamente a essa matéria. Há depois uma outra proposta, subscrita pelo Partido Comunista Português. Há aqui uma diferença, enquanto a proposta dos Presidentes de Junta do PSD e do PS, com excepção do Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, a proposta do PCP fala na Lei no seu todo e não relativamente à questão da participação do direito a voto dos Presidentes de Junta nas Assembleias Municipais. Portanto, é diferente, está inserido, mas aqui a apreciação é muito mais vasta, muito mais ampla, repare o próprio Diamantino Melo aqui anunciou pontos positivos da nova Lei, nomeadamente na*

*questão da estabilidade, da governabilidade das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais, portanto, ela tem pontos positivos. A moção do PCP é diferente e vai ter de ser votada em separado. Depois há aqui um voto de louvor e congratulação que é subscrito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões Dr. Luís Filipe Oliveira. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a proposta apresentada pelo Dr. Luís Filipe Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, a qual se passa a transcrever: “Não pode esta Assembleia Municipal ficar indiferente ao memorável feito desportivo de repercussão Internacional e de grande honra para o concelho de Oliveira de Azeméis que foi protagonizado pelas jovens Fátima Oliveira, Alexandra Catarina Pinho e Catarina Rodrigues da Academia Power Fit, de Carregosa que, integradas na nossa Selecção Nacional, conquistaram no Campeonato Mundial de Kickboxing uma medalha de prata, a maior distinção ganha até à actualidade por Portugal nesse campeonato mundial. Este trio vitorioso inclui duas jovens residentes em Fajões, a Catarina Rodrigues, casada com Daniel Oliveira, residente no lugar da Cruz e Alexandra Catarina Bastos Pinho, de 24 anos, filha de D.<sup>a</sup> Fernanda Almeida Bastos e do meu particular amigo António Silva Pinho, do lugar de Cabo de Aldeia, que como presidente da Junta de Freguesia de Fajões peço licença a esta Assembleia para vivamente felicitar. Considerando a projecção mundial que estas jovens deram ao nosso concelho pela sua postura cívica e pelo seu triunfo desportivo proponho que a mesa desta Assembleia Municipal ponha à votação e aprove um voto de louvor e de congratulação pelo feito destas três jovens, único na história do Kickboxing Português”. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou: =====*

*===== Eu acho que a sugestão subscrita pelo Dr. Luís Filipe Oliveira é subscrita por toda a Assembleia Municipal e vamos também proceder à votação. A moção do PCP? Com certeza meu caro Amigo, como o meu Amigo a distribuiu é só uma questão de optimização de tempo, não há aqui discriminação nenhuma meu cara Óscar Oliveira. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a moção apresentada pelo Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV, que se passa a transcrever: “Considerando o acordo recentemente anunciado por PS e PSD em relação à revisão da Lei Eleitoral das Autarquias Locais, que prevê o fim da eleição directa para a Câmara, atribuindo doravante à lista vencedora todos os mandatos no Executivo Municipal; Considerando a importância da representação plural nos Órgãos Autárquicos, em especial nos Executivos Camarários, como forma de fiscalização e funcionamento colegial efectivo que as Assembleias Municipais manifestamente não podem assumir; Considerando que o balanço de mais de 30 anos da vivência do Poder Local é globalmente positivo e que as presentes alterações não correspondem a qualquer bloqueio do actual sistema de governabilidade das Câmaras Municipais; Considerando ainda que tal alteração traduzir-se-ia numa deslegitimação da vontade directa das populações, já que a escolha em concreto de todos os vereadores passaria a resultar somente da opção unipessoal do futuro Presidente da Câmara; Considerando, portanto, que a existência de executivos monocores nos municípios representaria um claro retrocesso e empobrecimento da democracia. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis reunida em 28 de Dezembro de 2007, delibera: 1. Manifestar publicamente o seu desacordo perante tais alterações que, discutidas e aprovadas em gabinetes, longe das populações e dos seus legítimos representantes nas autarquias, podem implementar um sistema que favoreça uma gestão baseada na falta de transparência e no clientelismo. 2. Dar conhecimento desta sua posição a*

*todos os Órgãos de Soberania, bem como à Comunicação Social”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu uma proposta, subscrita pelo PSD, para atribuição de um voto de louvor ao Senhor António Evangelista de Pinho, o qual se passa a transcrever: “O PSD vem propor a atribuição de um voto de louvor ao Senhor António Evangelista de Pinho, que foi durante muitos anos Membro desta Assembleia Municipal, pelo trabalho desenvolvido à frente dos destinos da Associação de Solidariedade Social de Loureiro, desde a sua fundação, contribuindo para o desenvolvimento da acção social naquela freguesia e no nosso concelho, designadamente no apoio aos mais idosos e às crianças, com sucesso relevante que merece o nosso maior respeito e consideração, porque como sabemos são actividades que exigem muita dedicação e disponibilidade sem quaisquer contrapartidas ou compensações financeiras e que cessou funções agora no mês de Dezembro. Desejamos os maiores sucessos ao seu sucessor, também Membro desta Assembleia, António Rodrigues dos Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou:* =====

===== *Há uma outra proposta, que já está subscrita pelos diversos Grupos Parlamentares e também pelo Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, que era até então o único Presidente de Junta Independente presente, porque o Senhor Rodrigo ainda não tinha chegado, e que chegou à Mesa oriunda de um Órgão de Comunicação Social, mais concretamente “o + Alerta jornal”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a proposta de voto de louvor apresentada: “Considerando que: Esta Assembleia tem justamente distinguido algumas figuras e entidades que se têm destacado nas diversas áreas de intervenção; Que a figura em apreço será merecedor de tal distinção face ao currículo que apresenta quer ao nível da prática de ténis, quer na ornitologia e passo a referir: - Vencedor de mais de 150 torneios de ténis; Campeão Nacional de Ténis por duas vezes e quatro vezes Vice-campeão individual e por equipas; - Campeão Distrital de Ténis há catorze anos; - Seleccionado para representar Portugal no Dubai, no escalão de Veteranos, classificando-se em 3.º lugar a nível mundial. Relativamente à ornitologia: Depois de se ter dedicado, durante trinta e três anos, aos pombos correios, passou a criar e a competir com canários, destacando-se nas seguintes provas: - Campeão em 1998 a título individual e de equipas, não tendo mais parado de participar em campeonatos e exposições; - Há cerca de quinze dias, no maior Campeonato Nacional de todos os tempos em que participaram 6600 canários, venceu cinco medalhas de ouro, seis de prata e duas de bronze; - Vencedor em 2007 do Prémio “Pena de Ouro”; - Participa em torneios e exposições de vários países da Europa, levando o nome de Oliveira de Azeméis e de Portugal. Que a digníssima Assembleia Municipal a que V. Exa. preside atribua ao Senhor Eng.º Paulo Alegria, um voto de louvor”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma:* =====

===== *É nosso Colega da Assembleia Municipal, para além de um exímio jogador de ténis, para além de tratar muito bem as pombas, trata agora ainda melhor os canários.* =====

=====  
 Colocada à votação a proposta de atribuição de voto de louvor ao Eng.º Paulo Alegria, pelos êxitos alcançados quer na modalidade de ténis quer na ornitologia, foi a mesma aprovada por unanimidade. =====

=====  
 Colocada à votação a proposta de atribuição de voto de louvor ao Senhor António Evangelista de Pinho, pelo trabalho desenvolvido à frente dos destinos da Associação de Solidariedade Social de Loureiro, foi a mesma aprovada por unanimidade. =====

=====  
 Colocada à votação a proposta de atribuição de voto de louvor às Atletas Fátima Oliveira, Alexandra Pinho e Catarina Rodrigues, pela conquista da medalha de prata no Campeonato Mundial de Kickboxing, foi a mesma aprovada por unanimidade. =====

=====  
 Colocada à discussão a moção apresentada pelo Senhor Diamantino Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, e subscrita por todos os Presidentes de Junta de Freguesia, com a excepção do Senhor Agostinho Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, relativa à alteração à Lei Eleitoral Autárquica, em que se prevê que seja retirado aos Presidentes de Junta o direito de voto, enquanto Membros da Assembleia Municipal, nos Orçamentos e Opções de Plano, assim como nas suas revisões. =====

=====  
 Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Helder Simões e Arqt.º Jorge Rosa. =====

=====  
 O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====

=====  
 Muito boa tarde mais uma vez, apenas para dizer que esta moção do PCP vem na sequência daquilo que já vimos sendo habituados, mas eu concordo plenamente com a proposta de Lei tal como ela está, mais não quer esta Lei, na grande medida, do que transferir o método de eleição das Câmaras Municipais, do Executivo da Câmara Municipal, para as Assembleias Municipais. É exactamente a mesma coisa que se passa com as actuais quatro mil e duzentas Juntas de Freguesia. É assim que se passa nas Juntas de Freguesia e não faz sentido termos um método diferente de eleição para uma Assembleia de Freguesia, que depois elege a Junta de Freguesia e termos um método de eleição para a Assembleia Municipal e outro para a Câmara Municipal. Portanto, aquilo que se pretende é basicamente harmonizar em termos de método de eleição e eu por aí concordo plenamente. Há outra questão e há outra vantagem nesta matéria, é que o facto das listas actualmente para a Câmara Municipal e vamos colocar o caso concreto de Oliveira de Azeméis, sem qualquer tipo de extrapolação, se hoje em dia o Senhor Dr. António Rosa saísse da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis quem o substituiria era a Dra. Any Onofre e o Dr. António Rosa tem o Pelouro das Finanças e acontece que a Dra. Any Onofre não é certamente a sua especialidade. Portanto, a nova Lei o que vai permitir é que o campo de recrutamento dos futuros Vereadores será toda a Assembleia Municipal. Portanto, a facilidade com que o Presidente de Câmara sem ter que proceder a grandes mudanças no Executivo ir buscar o melhor Elemento que tem em termos de finanças para não criar conflitos e problemas internos na gestão das Câmaras Municipais é muito mais fácil do que acontece hoje em dia. Portanto, das duas uma: ou aquilo que funciona bem nas Juntas de Freguesia deve ser transposto para as Câmaras Municipais, ou então se funciona bem nas Câmaras Municipais que assim seja para as Juntas de Freguesia. Não faz sentido haver dois métodos diferentes. As minorias vão estar sempre representadas em todos os Órgãos do Executivo Municipal, estão e

*estarão em minoria, é uma questão que pode às vezes levantar aqui uma outra questão, mas muitos, e são muitos os Presidentes de Câmara que nas mais diversas circunstâncias por vezes se queixam da questão da falta de governabilidade dos Executivos Municipais. Isto é uma coisa para quatro anos e Lisboa neste momento vive com esse drama e se calhar os programas eleitorais não são executados da forma com que eles se submeteram ao eleitorado, porque há um conjunto de Vereadores que boicotam a actuação do Presidente de Câmara e também não faz sentido, por muito que isto nos custe às vezes aceitar, faremos o julgamento no final dos quatro anos. Quanto às questões dos Presidentes de Junta, deixarem de poder votar nos Orçamentos e nos Planos de Actividades e deixarem de poderem de votar nas moções de censura às Câmaras Municipais, também faz todo o sentido. A argumentação é de que “bem, vamos agora deixar de ter aqui um papel importante no Orçamento da Câmara Municipal, nós que somos subalternos da Câmara Municipal”. Bem os outros trezentos e oito Municípios também de certa forma são subalternos do Poder Central e nenhum deles vota no Orçamento de Estado, que eu saiba. Portanto, por alguma forma os Partidos encontram nas Listas para a Assembleia Municipal e escolhem os seus Membros para representar todo o concelho, não é para representar a sua freguesia, eu não estou aqui a representar S. Roque, estou aqui a representar todo o concelho. O que acontece hoje em dia, não é o que se passa em Oliveira de Azeméis, mas a Lei é geral e abstracta e, portanto, nós vimos no passado se calhar, por muito que isto custe dizer, a mim não me custa nada e eu não quero que se repitam casos limianos e aquilo que aconteceu no passado na Assembleia da República, em que um Presidente de Câmara foi à Assembleia da República usar não o seu direito de voto enquanto Representante de Viana do Castelo, mas enquanto Presidente de Câmara de Ponte de Lima. Eu não quero que isto se passe e aquilo que acontece hoje em dia nas Assembleias Municipais, por exemplo Lisboa, o PSD porque ganhou mais Juntas de Freguesia, embora tenha perdido as eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa, como tem mais Presidentes de Junta boicota e tem maioria na Assembleia Municipal. Não faz sentido, se o voto da maioria dos Lisboa foi no sentido de dar maioria ao Partido Socialista, não faz sentido na Assembleia Municipal por vicissitudes dos Presidentes de Junta transformar uma minoria numa maioria artificial. Isso é que não faz sentido. Portanto, por muito que custe aos Presidentes de Junta, eu até estou numa Junta de Freguesia e percebo, mas eu sou claramente a favor destas alterações, porque isso é que vai valorizar o papel dos Presidentes de Junta. O papel dos Presidentes de Junta nestas Assembleias Municipais deve ser não o de votar, mas o de vir aqui explicar e argumentar para que nós Membros da Assembleia Municipal de pleno direito, possamos ficar convencidos dos seus argumentos, não é usar a força do voto para nos condicionar os nossos argumentos, mas exactamente o contrário. Isso é que devem ser as posturas e portanto, eu claramente, estando numa Junta de Freguesia, não me custa rigorosamente nada aceitar que a Lei assim seja, mas agora permitam-me também uma coisa, a Assembleia Municipal vota da forma que entender e é legítimo, agora tenho muita dificuldade em entender se isto proliferar por todas as Assembleias Municipais e se todas as trezentos e oito Assembleias Municipais aprovarem esta moção, a seguir como é que o PS e o PSD vão aprovar uma Lei destas. Os Senhores Deputados da Assembleia da República estão aqui para o explicar. Se a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis votar a favor desta moção, como é que o Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, que é simultaneamente Representante da Assembleia República vai votar esta Lei? Portanto, obviamente vai-me dizer que o seu mandato é do Partido, obviamente, agora eu sou cem por cento favorável a isto e a demagogia fácil às vezes de dizer “vamos perder o direito de voto”, não não vão, vão poder estar na Assembleia Municipal e podem vir aqui convencer-nos da validade dos seus argumentos. É só. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Só dar também um esclarecimento e fazer aqui um acrescento àquilo que o Helder Simões disse relativamente à substituição, porque é mais um pormenor que foi agora acrescentado na última semana. No caso das substituições, no exemplo que ele deu, o Presidente de Câmara só pode substituir dos Membros da sua Lista, ou seja, até aqui o primeiro projecto era dos Membros Eleitos e nada invalidava que fosse buscar alguém de outro Partido, e agora há o pormenor de circunscrever à Eleição Partidária. Quanto à questão que o Helder Simões colocou, já agora aproveito só para dar nota que dentro do meu Grupo Parlamentar, em discussão interna, eu fui vencido. Eu defendia que os Presidentes de Junta deviam continuar, não se devia mexer. Reparem, estão aqui pessoas com responsabilidades políticas em vários Partidos, reparem a dificuldade que temos, e cada vez maior, de encontrarmos pessoas disponíveis para serem Autarcas e para serem Presidentes de Junta. Portanto, às vezes há pequenos pormenores, eu sei que estas coisas, se nós levarmos só à letra da Lei, mas há pequenos pormenores, e eu próprio internamente já fui vencido até chegar a este projecto, portanto objectivamente cumprirei com a disciplina de voto do meu Grupo Parlamentar, tenho de recorrer àquele mecanismo, ao expediente, que é apresentar uma declaração de voto, dando conta da minha posição pessoal, que fica para história e que tenho que reconhecer que é minoritária dentro do meu Grupo Parlamentar.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Arqt.º Jorge Rosa, do PSD.* =====

===== *Só para pedir um esclarecimento, a última parte da moção poder-me-ia ler o último parágrafo.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o último parágrafo da moção: “Assim sendo, os Presidentes de Junta vêem a sua posição subalternizada enquanto membros da Assembleia Municipal e impedidos de participar nas decisões que mais influenciam a gestão das autarquias”.* =====

===== *O Arqt.º Jorge Rosa continuou a sua intervenção:* =====

===== *Quando foi lido aqui pelo Senhor Diamantino Melo, com certeza que ele acrescentou que essa posição seria unânime a todos os Presidentes de Junta. Eu julgava que isso fazia parte da moção e a minha intervenção era no sentido de que os interessados, e isto falo por mim, não são só os Presidentes de Junta que fazem parte deste Órgão. Eu penso que deve ser a Assembleia a tomar uma posição nesse sentido, não é só o voto dos Presidentes de Junta hoje, é o de toda a Assembleia de certeza. E não consigo perceber como é que os Elementos que estão no topo da pirâmide do Poder continuam a desprezar, e vão continuar a desprezar, e desprezam, e somos desprezados, eu fui desprezado, os Presidentes de Junta que são a base de toda a pirâmide, como é que continuam a não respeitar e até propor este tipo de situações. Tenho dito.* =====

===== *Colocada à votação a moção apresentada pelo Senhor Diamantino Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, e subscrita por todos os Presidentes de Junta de Freguesia, com a excepção do Senhor Agostinho Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, relativa à alteração à Lei Eleitoral Autárquica em que se prevê que seja*

retirado aos Presidentes de Junta o direito de voto, enquanto Membros da Assembleia Municipal, nos Orçamentos e Opções de Plano, assim como nas suas revisões, foi deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com dez votos contra e três abstenções. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Dar seguimento depois para os Órgãos próprios, nomeadamente para a Assembleia da República, como sabem vai iniciar-se a discussão na especialidade. =====

===== Colocada à votação a moção apresentada pelo Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV, relativa à alteração à Lei Eleitoral Autárquica no seu todo, foi deliberado por maioria chumbar/ rejeitar a referida proposta, com cinco abstenções. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Vamos então agora, finalmente, entrar no “Período da Ordem do Dia” e agradecer aos Grupos Parlamentares o terem cumprido com os tempos disponíveis. Pedia a mesma colaboração agora no “Período da Ordem do Dia”. =====

===== Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** Votação das actas n.ºs 20, 21 e 22. =====

===== Foram presentes para aprovação as seguintes actas: n.º 20 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 21.09.2007; n.º 21 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 19.10.2007 e n.º 22 – Sessão Temática da Assembleia Municipal de 24.10.2007. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Helder Simões. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====

===== Senhor Presidente, só para dar nota de que sobre actas, e não concretamente sobre estas mas está relacionado com estas, pedi ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal em início de Setembro, 05 de Setembro salvo erro, que me facultasse ou permitisse a auscultação dos registos de suporte áudio da Assembleia Municipal. A simplificação ainda não chegou aos Serviços da Assembleia Municipal e no final do mês de Dezembro, quatro meses depois, acontece que ainda nem sequer me permitiram ou facultaram cópia. Isto é parecer atrás de parecer, primeiro é ao Jurista da Câmara, depois do parecer do Jurista da Câmara é a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Senhor Presidente, o País tem muito que

*fazer do que andar sempre a emitir pareceres iguais e, portanto, se é para sacudir a água do capote e deixar esperar o tempo correr, eu não me esquecer do assunto. Tenho aqui uma série de pareceres que a própria Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos já elaborou para a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, para a Câmara Municipal de Lagos, para a Assembleia de Freguesia de Mafamude, para a Assembleia Municipal do Entroncamento e vai ter de fazer mais um para a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis. Acho que o País tem mais que fazer do que andar, sistematicamente para a mesma coisa, a perder tempo. A Lei é clara, os pareceres para estas instituições foram claros. Tais suportes áudio são documentos de acesso administrativo livre. Eu não quero as cópias, não quero levar para casa nada, quero única e simplesmente que permita ir ouvir as cassetes, tirar algumas dúvidas que eu tenho, e que são só minhas e que quero esclarecê-las, arrumar este assunto, é um direito que eu tenho. Peço-lhe, se não há nada a temer, não espere pelo parecer, estão aqui vários, posso-lhe deixar ficar vários pareceres, não precisa, uma simples pesquisa na Internet, em dois minutos, temos aqui aquilo que o Senhor Presidente pediu a um mês atrás e que ainda não tem resposta, tem aí quatro similares, portanto está tranquilo se permitir o acesso não está a cometer nenhuma ilegalidade. É só. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Eu pedia aos Serviços da Assembleia Municipal, que me estão a ouvir, que facultassem o último processo relativamente a um pedido semelhante a este. Aquilo que o Presidente da Assembleia Municipal fez, e faz sempre, é relativamente a uma matéria ou a um requerimento, sempre que existem dúvidas jurídicas. O Presidente da Assembleia Municipal não tem de ser advogado, e sempre que existem dúvidas jurídicas pede aos Serviços um parecer. O parecer que o Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis recebeu relativamente à sua pretensão não satisfaz. E sabe porque não o satisfaz? Porque o parecer lhe recusava liminarmente. Percebeu ou não? E o Presidente da Assembleia Municipal não ficou satisfeito com o parecer que recebeu e solicitou à CADA um parecer relativamente a esta matéria, porque se o Presidente da Assembleia Municipal não tivesse dúvidas seguramente já lhe tinha respondido baseado no parecer que recebeu dos Serviços Jurídicos, mas como eu também sei que a Lei mudou e não quero cometer nenhum erro, e quero estar suportado em decisões, solicitei esse mesmo parecer. Eu espero que ele seja rápido, porque eu também sei que a Lei mudou e por isso pedi esse parecer à CADA e logo que ele venha o Senhor Helder Simões será seguramente munido, se assim indicar o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Dado este esclarecimento, julgo que é oportuno que a própria Assembleia Municipal saiba desse funcionamento, até porque também já discuti isto, esta matéria já foi amplamente discutida aqui há uns anos atrás, e também tinham toda a certeza relativamente à matéria, até vieram para os jornais, isto até foi manchete do JN, não sei se o Senhor Membro da Assembleia Municipal se lembra. Foi manchete do JN e depois a CADA não deu razão, mas pronto. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número um à votação, sendo aprovadas por unanimidade as actas n.ºs 20, 21 e 22. =====*

*===== **Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município. =====*

=====  
*Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

=====  
*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para iniciar a discussão do ponto.* =====

=====  
*Foi distribuído aos Senhores Membros da Assembleia Municipal o dossier com a informação sobre as actividades desenvolvidas entre a Assembleia Municipal de Setembro e esta, pelo que estamos ao dispor para qualquer esclarecimento.* =====

=====  
*De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para a discussão deste primeiro ponto, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Nuno Jesus, Dr. Vieira Dias e Dr. Carlos Afonso.* =====

=====  
*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Jesus, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca.* =====

=====  
*Senhor Presidente da Câmara, permita-me que volte a falar novamente no assunto da REFER e eu vou repetir a leitura que fiz aqui, o Senhor não estava e não ouviu, que é do ponto n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento das Passagens de Nível, e que diz o seguinte: “As passagens desniveladas e caminhos de ligação construídos por iniciativa da entidade gestora da infra-estrutura ferroviária, integram-se na rede rodoviária municipal, regional ou nacional, cabendo respectivamente à Administração Local, Regional ou Central, a responsabilidade da beneficiação, manutenção e sinalização das mesmas”. Eu não tenho dúvidas, e o Senhor Presidente confirmou-me isso, que participou, ou participa, nas negociações com a REFER relativamente a essas questões apenas no planeamento. Certo? Ou seja, está no fundo a cumprir aquilo que diz o Regulamento e o Senhor não vai querer que sejam as Juntas de Freguesia a infringir este Regulamento, porque a Junta de Freguesia de Travanca infringiu por diversas vezes este Regulamento ao, nas negociações, sempre ter pedido a pavimentação a tapete e a reposição ou a colocação de redes de água pluviais nos arruamentos. Os argumentos que nos foram dados sempre pela REFER sempre foi este Regulamento, que diz que as ruas não são das Juntas de Freguesia, são das Câmaras Municipais. Portanto, não me diga que as Juntas de Freguesias, umas negociaram a pavimentação e outras coisas, porque efectivamente nós também inicialmente exigimos, solicitamos e pedimos. Eu digo nós porque já vem do mandato anterior e sempre nos foi dito que não é possível. Agora, efectivamente quando não nos foi possível exigir a pavimentação, fomos partir para negociações e realmente em Travanca conseguimos, entre outras coisas, que pelo menos nos fizessem um alargamento onde a REFER não tinha obrigatoriedade de fazer, é verdade, em frente à Junta de Freguesia e também nos fizeram, é verdade não tinham que fazer, o prolongamento de uma dessas vias. Agora Senhor Presidente, eu quero que me diga o que é que eu hei-de fazer neste sentido, no âmbito de um protesto forte perante a REFER, porque o Regulamento diz que é a Câmara, o Senhor diz que nós devíamos negociar as pavimentações. Em que ponto ficamos? Neste caso não seria a Câmara a dar-nos mais força, ou a ir na frente com mais força, a exigir a pavimentação, e aqui esquecíamos o Regulamento? A exigir por parte da REFER a pavimentação dessas avenidas, ou dessas ruas? Era isso que eu lhe perguntava relativamente a este assunto. Relativamente à actividade da Câmara, Senhor Presidente, era uma pergunta que eu teria colocado, mas lá está pelo facto do Senhor não estar, eu protelei que é relativamente ao IC2 e à requalificação que*

*está em curso do IC2. Em Travanca a obra está demasiado mal feita, não foram respeitados os acessos particulares ao IC2. Eu queria perguntar ao Senhor Presidente o que é que a Câmara sabe acerca disto, de que forma tem acompanhado a obra. A Junta de Freguesia de Travanca já fez por diversas vias, quer escrita a papel, quer por via electrónica, às Estradas de Portugal esses problemas. Quero saber de que forma a Câmara tem acompanhado isso, o que é que tem conversado com as Estradas de Portugal. E relativamente ainda à IC2, é uma pretensão antiga da população de Travanca, que se refere com as pontes pedonais, o que é o Senhor Presidente já fez ou está a pensar fazer. Eu já lhe passei a informação de que já tive uma reunião no local com um Eng.º das Estradas de Portugal, para estudarmos a localização, porque há o problema da implantação, porque se antes se podiam fazer pontes pedonais com degraus agora não é possível, tem que ser em rampa e gostava de saber o que é que o Senhor Presidente fez ou está a pensar fazer relativamente a isso. Sinceramente, não estou a fazer uma crítica, estou a solicitar que trabalhemos em conjunto sempre nesta reivindicação que nós achamos que é legítima, porque se aquela era um via rápida, agora é muito mais rápida com aquele tipo de piso, é muito perigoso e infelizmente já temos casos de mortes por atropelamento naquele troço, estamos a falar dos lugares de Clavel e Caniço. Para finalizar, Senhor Presidente gostaria de lhe perguntar e atendendo a que o Senhor me prometeu, no início deste último trimestre, algumas obras e nomeadamente pequenas pavimentações até ao final do ano, peço-lhe que me diga o que é que falhou para que elas não tivessem sido efectuadas. Obrigado. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP, que interveio da seguinte forma: =====*

*===== Senhor Presidente da Câmara, venho fazer um certo número de perguntas, que agradecia que me pudesse responder. Li na informação de V. Exa. que foi adiada, ou digamos não contemplada, a ETAR do Alméu. Queria chamar a atenção que uma cidade não tem uma ETAR para tratar das suas águas residuais e queria que V. Exa. considerasse que este ponto é prioritário. Falamos muito nos Centros de Saúde, falamos muito na falta de Repartição de Finanças, mas a verdade é que para a saúde pública a ETAR é fundamental. Continuo a pensar que uma terra destas, que é cidade, não tem saneamento na Avenida António José de Almeida. V. Exa. não tem o dinheiro todo do mundo para resolver os problemas, mas há coisas que são pertinentes, que devem ultrapassar, e esse assunto de saneamento e de prevenção de doenças é prioritário. Volto a referir que a campanha dos “oleões”, que já várias vezes falei nesta Assembleia, está a ganhar volume no País e uma terra como a nossa, em que fomos dos primeiros a colectar o lixo seleccionado, deveria contactar os proprietários dos prédios para que nos próprios prédios houvesse os “oleões” que iam muito contribuir para a economia nacional e haviam de contribuir bastante para impedir a destruição das camadas freáticas do nosso solo. O túnel do caminho-de-ferro era pressuposto, segundo aquilo que eu ouvi há um ano ou ano e meio, que estaria já aberto em Maio deste ano. Infelizmente tal não se passa. E quero dizer que essa via a considero prioritária em relação às outras, porque permitirá que muitos camiões destinados ao sul da freguesia de Oliveira de Azeméis possam fazer por esse lado o seu percurso. Na Rua da Igreja Matriz, Senhor Presidente da Câmara, são vários os carros que batem na “baldada” junto à lavandaria cujo nome não me recordo. Seria bom que pudesse ser rectificadas essas falhas. Por outro lado, li com agrado um ponto que aqui está na Assembleia Municipal, em relação ao pequeno comércio, mas estou a assistir, por outro lado, a que parques de estacionamento paralelos aos da Câmara apareçam, mesmo na própria Avenida António José de Almeida. Não vou por assim interferir com aquilo que é dos outros, mas não seria talvez possível se os lugares de estacionamento fossem ampliados, que o pequeno comerciante tivesse*

*direito a pagar uma licença anual para uma viatura, do mesmo modo que alguns moradores? Fica aqui a sugestão. Aguardo a resposta de V. Exa. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal ausentou-se. =====*

*===== A Prof. Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Dr. Carlos Afonso Oliveira, do PS, que disse: =====*

*===== Boa noite. A primeira questão que queria colocar prende-se com a informação prestada pelo contencioso. No processo Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes “Manuel Francisco de Almeida, SA”/ Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, em que são reclamados € 347,320,08 (trezentos e quarenta e sete mil trezentos e vinte euros e oito cêntimos) de juros, consta a informação de que o processo foi arquivado. Porém, eu não entendo o que pretende dizer com arquivado. Em 29/12/2006, o Eng. Joaquim Jorge nesta Assembleia Municipal já havia levantado a questão deste processo, nomeadamente se esses juros eram devidos ou não. Em resposta o Sr. presidente respondeu que “queria dar a informação de que isto está em dívida, lá por estar em tribunal o pagamento dos juros numa tentativa de negociação, está em dívida”. Nestes pressupostos, gostaria de saber o que quer dizer “o processo foi arquivado”? Gostaria de saber se este arquivamento quer dizer que a empresa reclamante perdeu o processo e a Câmara Municipal não tem de lhe pagar esse montante, ou se a Câmara foi condenada a pagar essa quantia e já a pagou, ou se fizeram algum acordo para pagamento dessa quantia ou se houve algum perdão da dívida? Ou tem um qualquer outro significado. A informação relativa aos outros processos é explícita e perfeitamente inteligível. A relativa a este processo não é inteligível, e daí os seus esclarecimentos. A segunda questão prende-se com a situação financeira. Agora que estamos no final do ano, poderá questionar-se, qual será o valor da dívida? A dívida aumentou? Diminuiu? Estagnou? A convicção é que a dívida aumentou, ao contrário do que pretendem fazer crer com a propaganda do sentido de responsabilidade. No relatório constante da informação, refere V. Ex<sup>a</sup>. o seguinte: “No intuito de diminuir o nível de endividamento municipal, estão em curso desde o ano transacto, medidas de aumento dos proveitos de exploração, de redução e racionalização das despesas correntes, nomeadamente custos com pessoal, custos com fornecimento e serviços externos, bem como a diminuição dos custos das compras de mercadorias e materiais de consumo.” Penso, que o que se refere no relatório não corresponde ao que efectivamente se passa na realidade. Veja-se a informação relativa aos fornecedores. A dívida a fornecedores tem vindo a aumentar de uma forma assustadora desde Abril de 2002 (€ 5.636.582,12 – cinco mil seiscentos e trinta e seis euros quinhentos e oitenta e dois euros e doze cêntimos) para em Dezembro de 2006 se situar em € 27.235.023,53 (vinte e sete milhões duzentos e trinta e cinco mil e vinte e três euros e cinquenta e três cêntimos). Actualmente e face aos elementos que nos foram fornecidos a dívida a fornecedores é de € 29.919.295,96 (vinte e nove milhões novecentos e dezanove mil duzentos e noventa e cinco euros e noventa e seis cêntimos). Ou seja, no espaço de um ano ela aumentou a módica quantia de € 2.684.272,43 (dois milhões seiscentos e oitenta e quatro mil duzentos e setenta e dois euros e quarenta e três cêntimos), correspondendo a um aumento de apenas 9,86% e sendo cada Oliveirense devedor de € 423,19 (quatrocentos e vinte e três euros e dezanove cêntimos) só a fornecedores do Município. Mas se quisermos encurtar o tempo, vemos que de Setembro de 2007 até 30/11/2007 a dívida a fornecedores aumentou cerca de €900.000,00 (novecentos mil euros), mais exactamente € 894.694,21(oitocentos e noventa e quatro mil seiscentos e noventa e quatro euros e vinte e um cêntimos), ou seja 3,08%. Assim a alegada redução das despesas correntes e diminuição dos custos referidos no relatório são só*

para “Oliveirense ler”, porque na realidade a dívida a fornecedores aumentou significativamente, ao contrário do que diz no relatório. Ora este estado de coisas preocupa-nos e obrigam-nos a ficar alertas para chamarmos a atenção para a necessidade de se tomarem medidas preventivas e rectificativas dos comportamentos desviantes deste município. Daí defendermos energicamente a necessidade de serem tomadas medidas profundas de contenção das despesas. Sr. Presidente diga-nos, pois, para onde nos está a encaminhar? Se o ano passado V. Ex.<sup>a</sup>. se contentou com a diminuição do passivo em 1%, por este andar e seguindo o caminho dos indicadores que nos forneceu, a dívida aumentou seguramente em 2007. Poderá nesta altura dizer qual o valor da dívida à data de hoje? =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. ===

===== Eu vou dar informação às duas primeiras questões, do Nuno e do Senhor Dr. Vieira Dias, depois passava ao Dr. António Rosa que vai explicar e tirar as dúvidas que o Senhor Dr. Carlos Afonso nos colocou. Em primeiro lugar, relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca, efectivamente, e continuo a afirmar, eu penso que está aqui o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis que confirma aquilo que eu disse, que há Juntas que conseguiram negociar a pavimentação a tapete de uma via alternativa que permitisse o fecho de uma passagem de nível. É verdade o que eu estou a dizer e foi a Junta de Freguesia que negociou totalmente. Agora, que posso também intervir, porque dois tem mais força do que um só, com o Nuno no sentido de ver se resolvemos alguns problemas de Travanca, estou disponível e podemos mandar um ofício a pedir uma reunião com a REFER. Relativamente ao IC2, eles já responderam relativamente às passagens superiores e eles não estão muito receptivos, não estão muito receptivos. Também penso que é melhor uma reunião com o Eng.º e então discutirmos estes problemas, assim como não estão receptivos ao terreno debaixo da ponte. Portanto, marcamos uma reunião e nós os dois, com ele, vamos resolver estes pontos e esclarecermos bem estes pontos. Relativamente à paragem que a Câmara teve nos últimos dois, três meses, efectivamente houve uma grande avaria no sistema de produção de alcatrão na PETROGAL, que nos obrigava a ir buscar, e o concurso não permitia, a Amarante alcatrão, nós refreamos o alcatroamento de algumas ruas, se não essa estaria feita, mas penso que no início do ano vai arrancar outra vez a produção do alcatrão. Senhor Dr. Vieira Dias, nós suspendemos por uma razão muito simples, como sabem e eu creio que já falei aqui nesta Assembleia, está a decorrer um estudo aos Municípios, praticamente a todos os Municípios em Portugal, para se fazer um levantamento do saneamento que existe feito, da qualidade do saneamento e da falta das infra-estruturas que neste momento existem, porque há uma proposta em cima da mesa que é a criação de três empresas em Portugal, para a gestão e serem nossas parceiras na resolução deste problema até ao fim do QREN, da resolução do saneamento em baixa e da água em baixa, de forma a que no fim do QREN se tenha cumprido 95% de cobertura de água e 90% em saneamento. Esse estudo está a decorrer, foi um consórcio feito por vários gabinetes de projecto que foram espalhados por Portugal, a Oliveira de Azeméis calhou-lhe a PROCIVIL, é uma Técnica que se chama Eng.<sup>a</sup> Ana Maria Cascais, que está a fazer esse levantamento, para ver o que falta fazer, o que está feito qual é a situação, se tem há muito tempo, se teve candidatura, se não teve candidatura, para depois mais tarde, quando houver a negociação com o Município, as primeiras obras que foram financiadas pelos Quadros Comunitários é retirado esse capital, esse valor, portanto, o Município não vai receber duas vezes e é depois negociada uma renda que essas empresas irão pagar à Câmara Municipal. Também está previsto que essas empresas poderão, caso os Municípios queiram, incluir nos

*seus quadros pessoal da Câmara Municipal, até 70% dos que estão nessas áreas. Mas nós também temos um estudo e estamos quase a terminar, para não negociarmos somente com um parceiro, queremos também ter a possibilidade de abrir uma concessão a privados, não queremos ir só com a negociação. O que querem fazer com as empresas que no fundo acabam de pertencer às “Águas de Portugal”, com essas empresas querem fazer um método muito idêntico ao que se passa com a EDP. É uma rede, as redes são nossas, a rede baixa mesmo que eles a construam ficam a ser nossas, claro que se depois nós retomarmos, por exemplo se lhe damos uma concessão por vinte anos, ao fim de vinte anos podemos fazer um concurso e podemos privatizá-la, mas as obras que eles fizeram com Fundos Comunitários, esse dinheiro é retirado ao valor das infra-estruturas. Portanto, neste momento, tanto o saneamento como a água, embora nós continuamos a fazer o saneamento e a fazer a água por administração directa, mas estamos a aguardar, e isto com certeza que durante o próximo ano vai ser feito e negociado com as “Águas de Portugal” e a SIMRIA. Há uma parte que é a SIMRIA em termos de esgoto, porque falta-nos fazer uma ETAR na parte de Silvares e como pertence à alta será a SIMRIA a fazer, mas a baixa será essa empresa do norte. Relativamente ao troço 07, que é o que tem o túnel, portanto aquilo é concepção e execução, o projecto cabe ao empreiteiro, que já fez o projecto, está feito, inclusive teve de ir à REFER várias vezes, pelo menos duas vezes teve de sofrer correcções. Agora fizeram o estudo geológico, portanto está em condições, a partir de Janeiro, de começar a perfurar e a arrancar com aquela parte. A parte da Abelheira, já tem a primeira camada de tapete, portanto a outra parte também é fazer o tapete e fazer o túnel, e está o troço 07 feito. Quanto ao estacionamento paralelo, nós vamos estudar isso, porque há ali ainda uma área sobrance de terreno, ainda significativo, e é nossa intenção estudar e poder fazer um alargamento de estacionamento naquela zona. Creio que está tudo. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para prestar mais esclarecimentos. =====*

*===== Só a questão do Dr. Carlos Afonso, muito rapidamente, eu antes de lhe responder pedir-lhe só uma ajuda por favor, eu não sei em que página é que viu a informação relativamente à dívida do Município. É dívida a fornecedores? É que falou em dívida do Município e por isso é que me confundiu, de facto. Aquilo que eu lhe posso dizer que é a Câmara Municipal a 31 de Outubro, isto consta aliás do Acórdão do Tribunal de Contas, portanto a informação que eu não estou a inventar, estou a ler aliás o que aqui diz “a Autarquia reporta em 31 de Outubro um endividamento líquido de € 43.286.000,00 (quarenta e três milhões duzentos e oitenta e seis mil euros), e eu recorro que a 31 de Dezembro de 2006 a dívida era € 46.178.000,00 (quarenta e seis milhões cento e setenta e oito mil euros), portanto até esta data, e se não me falham as contas, haverá uma redução superior a dois milhões de euros. É a informação que eu lhe posso dar. Relativamente a esse processo, Manuel Francisco de Almeida, SA, efectivamente havia uma incompatibilidade, enfim uma dificuldade de acordo relativamente a um conjunto de notas de débito de juros de mora que tinham sido feitas ao longo de tempos por parte deste fornecedor à Câmara Municipal. Entretanto o fornecedor, ou o empreiteiro, interpôs este processo no Conselho Superior de Obras Públicas, entretanto a situação foi clarificada entre o mesmo e Câmara Municipal, portanto aquilo que foi e que é efectivamente responsabilidade do Município encontra-se naturalmente reflectido nos encargos do Município perante o fornecedor. Não estou em condições neste momento de lhe dizer o valor obviamente. =*

*===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS, para pedir mais esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, pode o meu Colega não ter sido concreto na questão, específico na questão da dívida a fornecedores, ou dívida global a fornecedores. A dívida a fornecedores é uma e a dívida global do Município é outra, e aquilo que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis aquando da celebração da relação do saneamento financeiro, submeteu ao Tribunal uma extrapolação da dívida a fornecedores do Município no final do ano de cerca de €26.300.000,00 (vinte e seis milhões e trezentos mil euros). Acontece que à data de 30.11.2007, nessa informação escrita, a dívida do Município é de € 29.919.000,00 (vinte e nove milhões novecentos e dezanove mil euros). Esta dívida tem vindo a aumentar. Aquilo que eu gostava de lhe perguntar é se hoje, porque hoje é que é o último dia do ano, estou convencido de que a Câmara Municipal dá tolerância de ponto no dia 31, portanto terá que haver um relatório de contas. Eu acredito que não saiba ao centímo o valor, mas agora sabe-nos dizer certamente se esta dívida vai ficar mais próxima dos trinta milhões ou dos tais vinte e seis milhões que indicou ao Tribunal. A questão claramente é esta: se a dívida a fornecedores, não é o endividamento líquido porque há aí muito empréstimos que não contam para o endividamento líquido, mas em relação à dívida concreta a fornecedores se vai ficar na casa dos trinta ou se vai ficar na casa dos vinte e seis como disse ao Tribunal. É tão somente, obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para dar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Aquilo que eu posso dizer, antes de mais o Helder claramente reconhece a modernização administrativa que tem sido desenvolvida na Câmara de Oliveira, enfim não chegamos a tanto ainda a conseguir ao dia 28 de Dezembro a prestar contas. Normalmente isto é no final de Abril do próximo ano. De qualquer forma, a dívida a fornecedores obviamente que terá naturalmente uma redução. Eu não estou neste momento em condições de lho dizer, até porque como o Senhor Presidente já há pouco disse, repare tudo isto naturalmente são actos externos que influenciam a actuação do Município. O Senhor Presidente acabou há pouco de informar a Assembleia de que nos últimos dias se tem desdobrado em contactos perante entidades terceiras que se comprometeram, ou que deram perspectivas de fazer transferências para o Município e naturalmente que o Município pode pagar a fornecedores se essas perspectivas se concretizarem, não pode se não se concretizarem. Portanto, qualquer resposta que lhe desse neste momento, estaria enfim condicionado por esta incerteza.* =====

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.*

===== **Ponto três:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Freguesia de Loureiro, para o fornecimento de refeições aos alunos das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: As atribuições das Autarquias Locais em matéria de educação e acção social escolar, consignadas na alínea d) n.º 1 do artigo 13.º e artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; O estabelecido no Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro, bem como o Programa de Generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico; Que o Programa de enriquecimento curricular para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, no contexto em que é*

*criado obriga a uma permanência prolongada dos alunos nos estabelecimentos de ensino; Que as instituições existentes junto dos estabelecimentos escolares concretizam e asseguram o princípio da subsidiariedade, criando condições de prosseguir com melhor eficácia a satisfação das necessidades da população estudantil, propõe-se: Ao abrigo da alínea d) nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a freguesia de Loureiro visando o fornecimento de refeições aos alunos das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico. Que seja remetida para autorização da Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do artigo 53º do diploma atrás referido.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Trata-se de um protocolo de colaboração a celebrar com a Junta de Freguesia de Loureiro, visando o fornecimento de refeições aos alunos das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, pelo que propomos a sua aprovação.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, sendo autorizada por unanimidade a celebração do protocolo de colaboração com a Freguesia de Loureiro, para o fornecimento de refeições aos alunos das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico.* =====

===== **Ponto quatro:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Centro Social Dra. Leonilda Aurora Tavares de Matos, para fornecimento de refeições aos alunos do Jardim-de-infância do Tapado – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O Município tem um acordo de cooperação com o Ministério da Educação visando a sustentação do serviço de apoio à família no ensino pré-escolar. - O Centro Social Dra. Leonilda Aurora Tavares de Matos possui instalações adequadas ao serviço de apoio às famílias, bem como pessoal especializado. - O Jardim-de-infância do Tapado, em Fajões não possui ainda refeitório, estando o projecto para a sua execução já elaborado e pronto para lançamento de concurso para adjudicação da construção. - As famílias não têm possibilidade de compatibilizar os seus horários com os de funcionamento normal dos Jardins-de-Infância, muito especialmente no que concerne à hora da refeição. - As instituições existentes junto dos estabelecimentos escolares concretizam e asseguram o princípio da subsidiariedade, criando condições para prosseguir com maior eficácia a satisfação das necessidades das populações. Propõe-se que: Seja aprovada a celebração do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que visa facultar o serviço de refeição a um grupo de alunos do Jardim-de-Infância do Tapado, devendo o mesmo ser remetido à Assembleia Municipal para efeitos da alínea m) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É a mesma explicação, só que com outra entidade.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, sendo autorizada por unanimidade a celebração do protocolo de colaboração com o Centro Social Dra. Leonilda Aurora Tavares de Matos, para fornecimento de refeições aos alunos do Jardim-de-infância do Tapado.* =====

===== **Ponto cinco:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz, visando o alargamento dos Serviços de Apoio à Família – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - em 3 de Fevereiro de 2005, foi celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Comissão de Melhoramentos de Palmaz, protocolo de colaboração, o qual foi aprovado em reunião do Executivo no dia 01 de Junho de 2004, visando a cedência de instalações para os serviços de apoio à família no 1º ciclo e no ensino pré-escolar; - as alterações entretanto ocorridas ao nível da rede escolar e as necessidades supervenientes, fazem emergir a necessidade de alteração do protocolo então estabelecido, visando o alargamento da cobertura dos serviços prestados. Propõe-se que: Seja aprovada a celebração da adenda ao referido protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que visa o apoio financeiro à segunda outorgante para prestação do serviço de prolongamento de horário aos alunos do pré-escolar, devendo o mesmo ser remetido à Assembleia Municipal para efeitos da alínea m) do número 2, do artigo 53º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para iniciar a discussão deste ponto e prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para dar as explicações.* =====

===== *É muito simples, os prolongamentos da componente de apoio à família do pré-escolar são exercidos, são geridos, ou pela Câmara Municipal, ou então é delegado nas Juntas de Freguesia e num ou outro caso em Associações. Neste caso é a delegação desta competência da gestão deste prolongamento em Palmaz na Comissão de Melhoramentos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, sendo autorizada por unanimidade a celebração da adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz, visando o alargamento dos Serviços de Apoio à Família.* =====

===== **Ponto seis:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz, para acompanhamento dos alunos no período de almoço – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - em 2 de Janeiro de 2007, foi celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Comissão de Melhoramentos de Palmaz um Protocolo de Colaboração, com vista a assegurar o fornecimento de refeições aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico da freguesia de Palmaz, nas instalações daquela Comissão, bem como o transporte dos alunos da escola de Nespereira, inscritos naquele serviço; - a EBI de Nespereira foi entretanto encerrada, sendo os alunos deslocados diariamente para a Escola EBI de Palmaz nos transportes escolares estabelecidos pelo Município; - já não é necessário deslocar os alunos à hora de almoço, propõe-se: Seja aprovada a alteração do protocolo referenciado, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. Deste modo o Município continua a garantir, através da Comissão de Melhoramentos de Palmaz, o acompanhamento de pessoal adequado ao serviço de refeição”. =*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====*

===== *Isto é uma alteração ao protocolo que existia do ano passado. Este consiste no acompanhamento por uma funcionária. O transporte era da Câmara e nós alteramos o protocolo com a garantia de que tenha uma funcionária a acompanhar. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, sendo autorizada por unanimidade a celebração da adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz, para acompanhamento dos alunos no período de almoço. =====*

===== **Ponto sete:** *Alteração do protocolo celebrado com o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis, visando o alargamento da implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo – Autorização. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O protocolo celebrado com o Centro de Línguas aprovado em reunião do Executivo Municipal do dia 01 de Agosto de 2006 e em Assembleia Municipal do dia 29 de Setembro de 2006, visando a leccionação de Inglês aos alunos do 3.º e 4.º ano, no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular; - A necessidade de alargar o leque de actividades a proporcionar aos alunos do 1.º ciclo em tempo de enriquecimento curricular; - O âmbito de acção do Centro de Línguas de acordo com as suas disposições estatutárias, propõe-se: - Seja aprovada a alteração do protocolo com o Centro de Línguas, no sentido de garantir uma oferta mais alargada aos alunos do 1.º ciclo no âmbito do Programa de Ensino de Inglês e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, revogando-se o protocolo em vigor à data; - O mesmo seja remetido à Assembleia Municipal para efeitos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *A proposta é clara, é precisamente as alterações ao protocolo anterior, essas que estão na ordem de trabalhos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, sendo autorizada por unanimidade a alteração do protocolo celebrado com o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis, visando o alargamento da implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo.* =====

===== **Ponto oito:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Cerciaz – Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L. – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 03 de Setembro de 2007, foi celebrado com a “Cerciaz – Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L.”, protocolo de colaboração, o qual define os termos e as condições da colaboração institucional com vista a, por um lado, permitir aplicar e rentabilizar as capacidades obtidas, pela formação profissional, na valência “jardinagem” e, por outro, a manutenção regular e sistemática de espaços verdes situados no Município de Oliveira de Azeméis, tendo sido objecto de adenda, para alteração da redacção do número 3, da cláusula terceira e da cláusula quarta; - Que é intenção dos outorgante alterar o teor da alínea d), do n.º 1 da cláusula terceira, propõe-se: Ao abrigo da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a aprovação da minuta da adenda ao protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Cerciaz – Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L., devendo o mesmo ser remetido à Assembleia Municipal para cumprimento do estabelecido na alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para iniciar a discussão deste ponto e prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *É uma alteração muito pequena, nós tínhamos feito um protocolo com a Cerciaz para o exercício de arranjos de jardinagem em algumas zonas e há a alteração de uma zona. Deixou de ser o loteamento e passou a ser o Quartel dos Bombeiros de Fajões, que eles assumem a jardinagem.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, sendo autorizada por unanimidade a adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Cerciaz – Centro de Recuperação de Crianças e Jovens Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, C.R.L.* =====

===== **Ponto nove:** *Protocolos de colaboração a celebrar com o Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos e o Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo – Apoio no âmbito do Programa PARES – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O instituído pela Portaria nº 426/2006, de 2 de Maio; - Os fundamentos constantes dos documentos anexos, propõe-se: A aprovação das minutas de Protocolo de Colaboração, a celebrar com o Centro Social Dr.ª Leonilda Aurora da Silva Matos e Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas, tendo como objectivo o apoio financeiro para execução de equipamentos sociais, de acordo com as candidaturas apresentadas ao Programa PARES, nos termos e ao abrigo do estabelecido na Portaria nº 426/2006, de 2 de Maio e do estabelecido na alínea a) do nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - que sejam as mesmas remetidas à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) do nº2 do artigo 53º do diploma atrás referido.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *São protocolos como os que têm vindo aqui, estes também para o Programa PARES, que tem o financiamento da Câmara Municipal de 20% do valor da participação.* =

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, sendo autorizada por unanimidade a celebração dos protocolos de colaboração com o Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos e o Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo – Apoio no âmbito do Programa PARES.* =====

===== ***Ponto dez:** Plano Nacional de Leitura – Minuta do protocolo de colaboração a celebrar com o Ministério da Educação – Revogação da deliberação da 2.ª reunião da Sessão da Assembleia de 26 de Abril de 2007, realizada em 04 de Maio.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o Plano Nacional Leitura concretiza-se num conjunto de medidas destinadas a promover o desenvolvimento de competências nos domínios da leitura e da escrita, bem como o alargamento e aprofundamento dos hábitos de leitura, designadamente entre a população do município; - Que por deliberação tomada em reunião de Câmara de 27 de Março de 2007 e na segunda reunião da sessão da Assembleia Municipal de 26 de Abril de 2007, realizada a 4 de Maio de 2007, foi aprovada a minuta do Protocolo de colaboração a celebrar com o Ministério de Educação – Plano Nacional de Leitura; - O teor da informação da responsável da Biblioteca Municipal, Dr.ª Marta Machado Mota, de 8 de Outubro de 2007, do meu despacho de 9 de Outubro de 2007 e da “Proposta de Protocolo”, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, agora enviada pela Comissão do Plano Nacional de Leitura, na qual foram, entre outras, introduzidas alterações às funções cometidas às Entidades envolvidas, fixando-se os valores a financiar pelas mesmas, propõe-se: - A revogação da deliberação de Câmara de 27 de Março de 2007, com efeitos reportados a essa data, bem como a aprovação da minuta do Protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com o Ministério da Educação – Plano Nacional de Leitura, ao abrigo designadamente do disposto no artigo 138º e 146º do C.P.A; se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos, isto é, revogação da deliberação tomada na segunda reunião da sessão da Assembleia Municipal de 26 de Abril de 2007 realizada a 4 de Maio, com efeitos*

reportados a essa data, aprovação do protocolo, em cumprimento do estabelecido na alínea m) do nº2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, para dar as explicações. =====

===== Boa noite. É muito simples, esta proposta vem à Assembleia no sentido de que no primeiro plano não trazia os valores respectivos de participação, quer da Comissão do Plano Nacional de Leitura, quer da Autarquia. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, sendo autorizada por unanimidade a celebração do referido protocolo de colaboração com o Ministério da Educação, revogando-se a deliberação da 2.ª reunião da Sessão da Assembleia de 26 de Abril de 2007, realizada em 04 de Maio. =====

===== **Ponto onze:** Alteração ao Regulamento da Publicidade do Município – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “A. Que o Regulamento da Publicidade do Município de Oliveira de Azeméis é de difícil aplicação ao designado comércio tradicional, devido à complexidade dos procedimentos e requisitos que obriga; B. Que a receita que as taxas do mesmo regulamento permite arrecadar é incompatível com os elevados custos para o Município que decorrem dos procedimentos de licenciamento da publicidade, fixação de taxas e fiscalização; C. Que quer as taxas, quer os procedimentos necessários aos licenciamentos são incompatíveis com a dimensão e meios do comércio tradicional; D. Que é aconselhável que o Município, sem prescindir das competências que lhe couber, em matéria de licenciamento, agilize os necessários procedimentos; E. Que cabe ao Município adoptar medidas de protecção do comércio tradicional, que permitam a sobrevivência deste sector de actividade económica, cuja prossecução importa assegurar, até porque dele dependem inúmeras famílias; F. Que pelas razões expostas se justifica a adopção de medidas de discriminação positiva do comércio tradicional; G. Que importa regular de modo mais eficiente a actividade publicitária propriamente dita e enquanto actividade autónoma; 1- Delibera-se propor à Assembleia Municipal a alteração do Regulamento da Publicidade tendo por base os objectivos supra, designadamente: A) A isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento Municipal da Publicidade às unidades comerciais em edificações, com excepção das empresas e/ou estabelecimentos que exerçam as seguintes actividades: Bancos; Companhias de Seguros e suas filiais ou dependências; Superfícies comerciais ou empresas que exerçam a actividade de comercialização de produtos com área de venda igual ou superiores 200m2; Publicidade sonora; Publicidade em empenas ou fachada de edifícios ou em tapumes. B) O alargamento da validade máxima das licenças de publicidade previstas na alínea anterior para 5 anos. C) A concessão, mediante concurso público, de espaços destinados à actividade publicitária, como seja o caso dos outdoors. 2 – Propõe-se a suspensão da aplicação das taxas

*para o ano de 2008 até à entrada em vigor do novo regulamento, para os estabelecimentos identificados no ponto I A)”. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar as explicações. =====*

*===== Boa noite a todos. Após a vigência de cerca de um ano e meio do actual Regulamento da Publicidade, e apesar de pequenas alterações que fizemos ao longo deste tempo, sentimos a necessidade de fazer alterações mais profundas, no sentido de protecção, em especial, do comércio tradicional. Nesse sentido, os fundamentos que levaram a esta alteração do Regulamento de Publicidade são os que constam da proposta, designadamente: que a receita que as taxas do mesmo regulamento permite arrecadar é incompatível com os elevados custos para o Município que decorrem dos procedimentos de licenciamento da publicidade, de fixação de taxas e de fiscalização do cumprimento ou não desse Regulamento; que quer as taxas, quer os procedimentos necessários aos licenciamentos são incompatíveis com a dimensão e meios do comércio tradicional; que é aconselhável que o Município, sem prescindir das competências que lhe couber em matéria de licenciamento, agilize os necessários procedimentos; que cabe ao Município adoptar medidas de protecção do comércio tradicional, que permitam a sobrevivência deste sector de actividade económica, cuja prossecução importa assegurar, até porque dele dependem inúmeras famílias; que pelas razões expostas se justifica a adopção de medidas de discriminação positiva do comércio tradicional; e que importa regular de modo mais eficiente a actividade publicitária propriamente dita e enquanto actividade autónoma, designadamente as que são a publicidade que é desenvolvida pelas empresas, que só de dedicam ao exercício da publicidade em si. Nesse sentido, as medidas que tomamos foram propor a aprovação aqui na Assembleia Municipal das seguintes alterações: 1- A isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento Municipal da Publicidade às unidades comerciais em edificações, com excepção dos Bancos; Companhias de Seguros e suas filiais ou dependências; Superfícies comerciais ou empresas que exerçam a actividade de comercialização de produtos com área de venda igual ou superior a 200m<sup>2</sup>; Publicidade sonora; Publicidade em empenas ou fachada de edifícios ou em tapumes. 2- O alargamento da validade máxima das licenças de publicidade previstas na alínea anterior para 5 anos. 3- A concessão, mediante concurso público, de espaços destinados à actividade publicitária, como seja o caso dos outdoors. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição da Dra. Ana de Jesus, Senhor José Francisco Oliveira e Dr. Vieira Dias. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Ana de Jesus, do PS. =====*

*===== Boa tarde e os meus cumprimentos a todos. Foi pena termos perdido tempo na leitura do documento, porque eu vou ter que o voltar a ler, porque vou ter de falar ponto por ponto, não era necessário o Dr. Ricardo estar a lê-lo, mas pronto. É assim, aquilo que poderia ser realmente uma resolução rápida, objectiva, vai ter que deixar de o ser, porque os documentos que efectivamente nos chegam e estes considerandos são na minha perspectiva complexos, confusos e não são do carácter técnico perfeito, na minha opinião e eu vou dizer porquê. Diz, no primeiro considerando, que realmente o Regulamento é de difícil aplicação, que*

*é muito burocrático, e eu recorro que já aquando da aprovação do Regulamento eu mesma vim cá falar sobre isso e eu disse que era exagerado o Município ter que juntar seis documentos para poder licenciar a sua publicidade e recorro tão só o que o Dr. Ricardo me explicou e me respondeu “em termos de simplificação por que é que deveria ser diferente do que consta?”. Chegou à conclusão Dr. Ricardo que afinal terá que ser diferente. Fico contente por ter percebido. Mas tenho que fazer uma pergunta sobre isto, que é: o que é que isto tem a ver com a deliberação que nós hoje vamos fazer? Porque o que nós vamos deliberar é tão só isto: é a suspensão das taxas para o ano 2008. Não há aqui nada que fale de simplificação. Há um artigo próprio do Regulamento, que é o artigo 10.º, que refere o procedimento do licenciamento e sobre isso a Câmara não propõe absolutamente nada. Portanto não percebo este considerando, porque se não fazemos nada para lhe dar dignidade, se chegamos à conclusão que é complexo, quer para os serviços, quer para os Municípios, mas não propomos nada para alterar o artigo em concreto, porque vamos suspender as taxas, mas as pessoas vão ter que continuar a licenciar e para licenciar vão ter que juntar os documentos todos e a Câmara vai ter que os analisar e vai ter que os fiscalizar. Não consigo perceber qual é o nexo deste considerando com aquilo que nós estamos a deliberar. Quanto à receita, não sei, nunca foi dado conhecimento a esta Assembleia dos custos deste processo, das receitas deste processo. Temos pena de não sabermos. Teríamos um outro raciocínio, vamos acreditar naquilo que a Câmara diz, que fica mais caro. Que as taxas são incompatíveis com as dimensões e os meios do comércio tradicional, mas isso nós já dissemos há muito tempo, pena que a Câmara tenha chegado a esta percepção tão tarde e que tenha sido necessário que os comerciantes falassem tanto nisto e que se percebesse que isto era demasiado oneroso para o comércio tradicional. Registo com satisfação, lamento que tenha só vindo agora. Quanto aos outros considerandos, que é necessário fazer medidas discriminatórias positivas, sobre isso estamos de acordo. Vamos à segunda página, onde se diz no ponto um “Delibera-se propor à Assembleia Municipal a alteração do Regulamento da Publicidade tendo por base os objectivos supra, designadamente...” e especifica aqui, diz logo na alínea a). Eu não sei o que é que vocês querem desta Assembleia Senhor Dr. Ricardo, sinceramente não sei, porque a Assembleia Municipal pronuncia-se sobre propostas de Regulamento e não está aqui nenhuma proposta de Regulamento. Se me viesse uma alteração ao artigo a, b, c e d, nós teríamos de nos pronunciar sobre isso. Autorização para alterar o Regulamento não precisa desta Assembleia, portanto isto é completamente despiciente. Estamos aqui a perder tempo com isto, porque é perfeitamente dispensável. Até porque depois fala sobre o alargamento da validade para cinco anos e eu recorro que nós já estivemos aqui numa Assembleia, suspendemos os artigos da validade das licenças, que estão suspensos, portanto não percebo por que é que estamos a falar na validade outra vez. A Câmara não suspendeu? Continuará a cobrar as renovações? Não consigo perceber por que é que estamos aqui a falar da validade se isto está suspenso. O que nós aguardamos é um novo Regulamento, onde nos especifiquem a validade das licenças e sobre isso já me pronunciei nessa altura, esperarei pela nova redacção, e nessa altura voltarei a me pronunciar. Seria recomendável ler os Acórdãos do Tribunal Constitucional, para não voltarmos a reincidir os mesmos erros. Por último, propomos a suspensão da aplicação das taxas para o ano de 2008 aos comércios, com excepção dos que estão especificados. Sobre isso a minha Bancada não tem nada a opor. A única coisa que eu não fico aqui a saber é o que é que acontece ao artigo do regulamento onde estão previstas as taxas. Revogado não pode ser, porque ele tem que se continuar a aplicar aos bancos, às companhias de seguro, à publicidade, portanto a minha pergunta era: não seria tecnicamente correcto suspendermos a eficácia da aplicação do artigo 50.º aos comércios que não estes? Porque se não eu não sei o que é que nós vamos fazer a esse artigo 52.º. Está suspenso, não está suspenso. Acho que seria muito mais simples fazermos uma outra redacção a esta proposta, para não ficarmos aqui com dúvidas, porque se não eu vou ter algumas dúvidas, até tecnicamente o que é*

*que vai acontecer. Por último, queria lembrar que nessa Assembleia em que falamos sobre publicidade, eu falei nos mapas de horários e nessa Assembleia ficou registada uma promessa do Dr. Ricardo que disse “eu na próxima Assembleia trarei cá uma alteração ao Regulamento e também a parte dos mapas de horários vão ser alterados”. Estávamos a falar de renovação e eu chamei a atenção para a não necessidade de andarmos sempre a renovar anualmente, obrigar as pessoas a anualmente a dirigir-se à Câmara Municipal e foi feita essa promessa de que essa alteração ia ser feita. Nada é dito aqui, portanto lembrava essa promessa e espero que o novo Regulamento venha a contemplar todos esses aspectos. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Francisco Oliveira, do PSD. =====*

*===== Muito boa tarde a todos. O PSD concorda e apoia a decisão tomada pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, de eliminar as taxas devidas pelos licenciamentos dos suportes publicitários do comércio tradicional. Foi por constatar, ao longo da vigência do actual Regulamento de Publicidade, que havia correcções que deviam ser feitas. Aceitamos que as correcções não devem ser feitas permanentemente, deve haver um período de vigência que traga alguma estabilidade e conhecimento às decisões que são tomadas, e só depois, quando se verificaram inadaptações e quando elas afectam um grupo de destinatários considerável, é que devem ser feitas as alterações devidas, e o mesmo se passou aqui neste processo. Também, em nome da bancada do PSD, aproveito para reconhecer o esforço, que a Câmara Municipal tem feito no que diz respeito ao comércio tradicional de Oliveira de Azeméis. Já vimos que a UAC, teve um efeito positivo, há muitos anos que não víamos tantos comerciantes envolvidos em iniciativas, como as que se realizaram nestes últimos meses e o envolvimento dos Oliveirenses nessas mesmas iniciativas. Mas isso tem sido possível graças a um esforço financeiro por parte da Câmara Municipal. Também já aprovamos em Assembleia, o Programa FINICIA, que serve para apoiar os comerciantes que queiram se instalar nas principais ruas da Cidade. Com esta medida, que vamos aprovar hoje, é mais um passo para a protecção do comércio tradicional. Queremos que o comércio tradicional de Oliveira de Azeméis tenha mais qualidade, que atraia os clientes de Oliveira de Azeméis e de outros concelhos e que os esforços financeiros dos comerciantes se dirijam para a renovação dos seus estabelecimentos comerciais. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis fez o que lhe competia, compete agora aos comerciantes fazer a sua quota-parte, pois estou certo que esta Câmara nunca vai deixar de apoiar, com o que for necessário para promoção do comércio tradicional. Promover o comércio tradicional, é promover o Concelho de Oliveira de Azeméis. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====*

*===== Apetece-me dizer que afinal nesse aspecto não há défice democrático nenhum. Portanto, devo dizer que estou contente por voltar atrás, ou por melhorar o Regulamento. Ficamos no entanto com algumas dúvidas. Vamos pensar em Oliveira de Azeméis, ou até em freguesias que é a mesma coisa, e há estabelecimentos de restauração ou até simplesmente cafés, que por vezes uns não têm sequer os 100m<sup>2</sup> ou os 50m<sup>2</sup>, enquanto outros ultrapassam os 200m<sup>2</sup>. E se calhar esse senhor dos 200m<sup>2</sup> paga muito mais e é capaz de ter que pagar mais alguma coisa por ter os 200m<sup>2</sup>. São casos pontuais. Antes de mais eu quero dizer que a primeira vinda aqui, foi para dizer que me sinto contente por terem repensado o assunto e por terem sentido o clamor de quem se sentia lesado. Portanto, Senhor Dr. Ricardo Tavares, há casos pontuais, não eu vou aqui estar a apontá-los, poderei fazê-lo em privado, porque não venho*

*fazer propaganda para aqui em cima, como não falo, por exemplo, nas profissões liberais, também não me interessa, embora eu também seja visado. Era só isso que queria dizer, muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma: =====*

*===== Não há mais pedidos de palavra, dava então a palavra à Câmara Municipal. Já agora permita-me Dr. Ricardo Tavares, a intervenção da Dra. Ana de Jesus, levantou-me aqui um conjunto de dúvidas também a mim, relativamente a esta matéria. Portanto, importava esclarecê-las e dissipá-las, para que não subsistam dúvidas relativamente às questões e ao objectivo daquilo que pretendemos com esta alteração. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar as explicações solicitadas. =====*

*===== Começando por responder às dúvidas da Dra. Ana de Jesus, eu queria dizer o seguinte: efectivamente, o que se propõe é a suspensão da aplicação das taxas para o ano 2008, até à entrada em vigor do novo Regulamento, mas até à entrada em vigor do novo Regulamento vão funcionar as regras que também estão em cima constantes da proposta. Estas regras também são para serem aplicadas até à entrada em vigor do novo Regulamento. Eu penso que esta proposta é clara, que não levanta mais dúvidas do que isso relativamente a esta matéria, mas eu queria realçar aqui duas questões, porque se efectivamente há dúvidas da Dra. Ana de Jesus relativamente ao Regulamento da Publicidade, eu quero dizer, não sei se tem ou não conhecimento, que os Vereadores do Partido Socialista apresentaram duas propostas à Câmara Municipal de alteração ao Regulamento da Publicidade. Uma no dia 20 de Novembro de 2007, apesar de toda a gente saber que já tinha sido aprovada a norma que suspendia a renovação das licenças de publicidade, o Partido Socialista propõe nesta proposta do dia 20 de Novembro, que “as licenças anuais consideram-se renovadas automaticamente no dia imediatamente a seguir ao do final do prazo de validade, desde que até aí não tenha sido efectuado pelo interessado pedido de anulação e as licenças terão validade máxima de um ano”. Pronto, nós aqui não defendíamos, continuamos a não defender a renovação anual como pretendia o Partido Socialista. Mas, o Partido Socialista no dia 10 de Dezembro, já altera esta norma e já não propõe a renovação, portanto isto aqui é que lança alguma confusão. Por outro lado, as propostas foram feitas relativamente a todo o comércio e conforme eu já disse a proposta de alteração ao Regulamento de Publicidade, aponta para uma discriminação positiva a favor do comércio tradicional, a nossa proposta, e não para todo o tipo de publicidade ou de empresas que se dedicam à publicidade. Eu também só queria realçar aqui uma coisa: surgiu em alguns Órgãos da Comunicação Social, principalmente num jornal, que a proposta da Câmara resultou da pressão da Oposição e dos Comerciantes. Esta proposta resultou de uma análise da Câmara e da apreciação da aplicabilidade de um Regulamento Municipal que foi aqui aprovado, sem quaisquer reparos, nem propostas contra, e de uma posição política forte de apoio ao comércio tradicional. As únicas propostas de alteração apresentadas pela Oposição, foram estas que acabei de dizer e que não têm nada a ver com a proposta de alteração apresentada aqui pela Câmara Municipal, apenas com os objectivos referidos e não tinha qualquer proposta de redução ou eliminação das taxas de publicidade, as propostas. Estão aqui, eu depois posso-lhe mostrar Senhor Eng.º, não sei se tem ou não conhecimento, mas eu depois posso-lhe mostrar. E muito menos sem qualquer discriminação positiva a favor do comércio tradicional. Simples alterações avulsas e contraditórias. Quanto aos comerciantes, da única vez que falamos e de*

*acordo com o que alegavam no abaixo-assinado que apresentaram, defendiam a ilegalidade das taxas de publicidade e em alguns casos a redução de taxas. Já ouvi falar em muito acórdãos e até hoje ainda não tive nenhum conhecimento de qualquer impugnação de alguma taxa que tivesse sido aplicada por ilegalidade, ou por inconstitucionalidade como se diz, e que as taxas não eram ilegais. E quero dizer mais: os comerciantes nunca requereram a eliminação das taxas e a Câmara Municipal propõe a eliminação das taxas de publicidade relativamente ao comércio tradicional. Portanto, eram só estes esclarecimentos e reparos que queria fazer, também relativamente à notícia que saiu sobre isso. =====*

*===== Aberto novo período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição da Dra. Ana de Jesus e Senhor Helder Simões. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Ana de Jesus, do PS. =====*

*===== Efectivamente isto chegou aqui, porque foi uma proposta do Partido Socialista, isso é verdade, mas aí o Helder irá responder quanto a essa parte. Agora, Dr. Ricardo desculpe mas eu não entendo nada, não entendo mesmo nada. Estas regras são para aplicar? Mas para aplicar o quê? Nós vamos aplicar a validade de cinco anos, quando nós estamos com o Regulamento suspenso quanto à validade do licenciamento? Mas então em que é que ficamos? Temos o artigo revogado ou estamos a alterar o artigo? Então, devia vir aqui a nova redacção do artigo. Mas que regras são estas? Mas há Regulamento ou não há Regulamento? Que o Senhor Vereador me diga assim “eu pretendo elaborar um Regulamento orientado por estes princípios, sobre isso eu me pronunciarei na altura. Agora, vem a esta Assembleia pedir para se pronunciar sobre o quê? Eu quero perceber o que é que eu vou votar, eu pensei que vinha aqui votar tão só a suspensão das taxas para o ano 2008 e sobre isso eu levantei a questão da validade do artigo, o que é que iria acontecer ao artigo. Sobre isso não ouvi nada, portanto continuo na dúvida e tenho dificuldade em votar. Agora vai-me dizer que as outras regras são para aplicar, mas para aplicar o quê? Se nós temos estas partes suspensas, em que é que ficamos? Temos Regulamento, não temos Regulamento? Está suspenso o artigo da validade, não está suspenso o artigo da validade? E sobre os licenciamentos, a durabilidade de cada uma das licenças, a validade da licença, sobre isso já lhe disse qual era a minha opinião pessoal. Eu entendo que ao Município é obrigatório licenciar a publicidade tão só uma vez, tão só uma vez, e sobre isso não me chocaria nada, porque também não é isso que choca aos Municípios, pagar uma vez o licenciamento. O que custa a cada um deles, é todos os anos carregarem o mesmo preço para a Câmara Municipal, daí a proposta se calhar do Partido Socialista, porque era simplesmente acabar com as renovações, licenciar tão só uma vez. A Câmara quis ir mais à frente e quis acabar com as taxas. Ótimo. Se fez uma relação custos/ proveitos e chegou à conclusão, essa relação nós não tínhamos, e chegou à conclusão que custa mais caro do que cobrar, ótimo, excelente para os comerciantes e estamos contentes por isso. Este licenciamento vai ter que haver sempre, se o cobramos ou não estamos aqui a deliberar, pelo menos durante 2008 não vamos, as renovações já não porque até agora já estavam suspensas. Portanto, o que eu queria perceber era o que nós vamos votar nesta Assembleia e que esclareça se já estamos a fazer uma alteração ao Regulamento, porque se estamos tem que vir aqui uma nova redacção, para eu saber o que é que eu estou a votar, porque estas regras não se podem aplicar assim sem mais. E gostava de perceber e que me explicasse se efectivamente o art.º 50.º, na sua perspectiva, continua em vigor para todos, se não continua, se está suspenso tacitamente, o que é que vai acontecer a ele. =====*

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS.* =====

===== *Mais uma vez boa tarde. Eu sinceramente não estava à espera que o Dr. Ricardo Tavares viesse para aqui com argumentos que eu me escuso a classificar. Quanto às propostas que o PS apresentou, é bom que se diga que a Câmara Municipal argumenta “o estudo”, mas a coincidência é tão grande que o PS apresentou uma proposta na Câmara e no mesmo dia o Dr. Ricardo Tavares foi a correr fazer a proposta que aqui está, que é depois de todas as propostas apresentadas pelo Partido Socialista. O que o Senhor Presidente de Câmara tinha dito em reunião de Câmara é que iriam rever todas as taxas em 2008 e o PS depois de entregar isto na Câmara, o Dr. Ricardo Tavares foi a correr fazer esta proposta para fazer ultrapassar o PS. Nós não temos problemas nenhuns que o PSD nos ultrapasse nesta matéria, a nossa defesa é que se os comerciantes ficam a ganhar, ótimo, tanto melhor. O Dr. Ricardo não disse tudo, é que foi o PS que apresentou o estudo que o Dr. Ricardo desconhecia, de que o concelho de Oliveira de Azeméis era o que a tinha as taxas de publicidade mais caras das redondezas. Aliás, o Dr. Ricardo Tavares pediu para ficar com esse documento e ao pedir para ficar com esse documento ficou com a tal proposta, que não foi proposta, que não foi submetida sequer a discussão, não era proposta, não lhe chamo proposta, porque não foi entregue na Câmara como tal, pode lá estar o nome mas não foi agendada. Não foi agendada Dr. Ricardo Tavares, isso não foi agendado para reunião, as propostas que foram agendadas estão aqui, eu tenho-as comigo e já vamos discutir as propostas que foram agendadas, para lhes dizer o que os Senhores votaram contra. As propostas que foram agendadas, essa proposta que aí tem tinha uma questão, obviamente mantinha a renovação das licenças, mantinha, mantinha a renovação das licenças automática, desburocratizando todo o processo, mas baixava o preço da licença. Essa primeira proposta que o Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares tem, que não é proposta, eu só tenho a proposta que foi entregue na reunião de Câmara e que os Senhores votaram contra.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma:* =====

===== *Senhor Deputado Helder Simões, peço-lhe um segundo de atenção, ainda por cima o Senhor que pede as cassetes para ouvir, é impossível depois perceber a acta. Peço aos Senhores, peço-lhe a ele e ao Senhor Vereador, como já pedi mais do que uma vez.* =====

===== *O Senhor Helder Simões continuou a sua intervenção:* =====

===== *Muito bem, aquilo que foi a reunião de Câmara foi o esboço, aliás o Dr. Ricardo Tavares pediu para ficar com aqueles documentos para analisar e para poder trabalhar, porque desconhecia que Oliveira de Azeméis certamente era o Município mais caro das redondezas. Isso foi um trabalho que fizemos. E as propostas que foram entreguem na reunião de Câmara, uma delas era para eliminar o pagamento de publicidade interior, que está no interior dos estabelecimentos e que a Câmara Municipal votou contra. Outra proposta que a Câmara Municipal votou contra lá está aqui, a Ana de Jesus falou, a renovação dos mapas de horário, revogar, a Câmara Municipal votou contra isto. Está aqui na proposta, proposta de alteração ao Regulamento, Capítulo VIII, renovação dos mapas de horário – revogação, fazia parte da proposta do PS e a Câmara Municipal votou contra. Votou contra uma proposta de redução dos preços no Cine-teatro Caracas, em 20%. Votou contra a cedência de palcos, barracas e estrados a uma proposta do PS de isentar as Associações, Juntas de Freguesia e comissões de festas do pagamento das referidas taxas, votou contra. Mas votou mais contra e votou contra uma série de*

*propostas de redução do tarifário de água, saneamento e resíduos sólidos, que tanto tem penalizado os comerciantes de Oliveira de Azeméis. A Câmara Municipal votou contra isto tudo. Aliás os Vereadores do Partido Socialista não inviabilizaram. A Câmara foi mais à frente do que o que pretendíamos, vai isentar os comerciantes e é só por isso que nós estamos disponíveis para votar isto favoravelmente, porque a questão e a formulação jurídica de todo este processo, a nós, deixa-nos muito a desejar. Mas há mais Senhor Dr. Ricardo Tavares, fala nas renovações, então eu não percebo que eu a título individual me desloquei à Câmara para renovar uma licença. Elas estão suspensas, está aqui a deliberação da Assembleia Municipal que suspende a renovação, e a informação foi de que teria que ir lá em 15 de Janeiro, porque essa licença era renovada a partir de 15 de Janeiro. Portanto, eu no dia 15 de Janeiro vou à Câmara Municipal e espero não ter que a renovar, porque a informação que os serviços dão é que tem que renovar a partir de 15 de Janeiro. Portanto isto dificilmente é perceptível e a trapalhada, desculpem o termo, tem sido tanta, que aquilo que nós queremos é que os comerciantes, a luta dos comerciantes a que nós nos associamos e acho que toda a gente se vai associar, vamos votar favoravelmente isto. É tão somente reduzir os custos de umas taxas que são uma das mais caras do Entre o Douro e Vouga. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar mais esclarecimentos. =====*

*===== Eu só queria fazer mais dois acrescentos, é que eu não sei se referi, mas os Senhores Vereadores do PS não votaram favoravelmente esta proposta. Queria dar conhecimento desta situação. Relativamente à renovação, portanto também vem contra a notícia que foi avançada na comunicação social relativamente a isto, e também queria referir que não sou eu que estou responsável, nem o Regulamento, nem os Mapas de Horário são tratados no Regulamento da Publicidade, existe um regulamento próprio relativo aos mapas de horário, que não são da minha competência. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, para prestar esclarecimentos acerca do Regulamento dos Mapas de Horário. =====*

*===== Relativamente aos Mapas de Horário, queria informar a Assembleia de que na próxima reunião de Câmara irá ser agendado o ponto de alteração ao Regulamento dos Mapas de Horário e posteriormente, na próxima Assembleia Municipal, vocês vão ter oportunidade de aprovar ou não. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS, para uma interpelação à Mesa. =====*

*===== Rapidíssimo Senhor Presidente, até porque assumi um compromisso de honra, que era isto que faria. Quero deixar claro, em nome da Bancada que represento, que o PS votará favoravelmente esta proposta, porque implica redução de custos para os comerciantes. Quero alertar que vamos votar, uma vez mais, uma proposta que se traduz numa ilegalidade, que pode ser invocável por qualquer pessoa e a Câmara Municipal tem que estar preparada para isso. Parece-nos a nós que depois de ponderados os dois valores, a ilegalidade que vamos cometer e o prejuízo dos comerciantes, nós optamos por minorar o prejuízo aos comerciantes. Agora, esta Assembleia tem que ficar consciente de que vai tomar uma deliberação que viola a Lei, dito de*

*olhos nos olhos “viola a Lei”, porque não se pode, não se pode, fazer isto sem um articulado próprio e sem a remissão para o articulado próprio, mas ponderados estes valores, nós optamos pelo valor maior. Eu só quero lembrar de que de todas as vezes, é a quarta vez que eu chamo a atenção para uma ilegalidade nesta Assembleia Municipal, lamentavelmente das três anteriores tive sempre razão. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Pode sempre juntar uma declaração de voto se o Grupo Parlamentar entender. Serve como declaração de voto? Consta da acta, certamente. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar mais esclarecimentos. =====*

*===== Senhor Presidente, se me permite, eu só gostava de esclarecer, ainda para mais a Senhora Deputada é Jurista, que se realmente se trata de uma ilegalidade eu não votaria favoravelmente esta proposta. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio da seguinte forma: =====*

*===== Eu fico satisfeito, é porque o objectivo principal, já está devidamente assumido por todos, é que os comerciantes tenham melhores condições para o exercício da sua actividade e acho que isso é aquilo que nos une e isso é muito maior do que aquilo que nos divide. Senhor Vereador Dr. Manuel Alberto, pede a palavra para defesa da honra, só para dar um esclarecimento. Evidentemente que o Senhor Vereador tem o direito de usar da palavra perante o art.º 26.º, n.º 5, e que quem ofendeu a sua honra, ou a honra dos Vereadores do Partido Socialista, foi o Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, que tem depois também cinco minutos para dar explicações, se assim o entender. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel Alberto Pereira, do Partido Socialista, para defesa da honra. =====*

*===== Obrigado Senhor Presidente. Saúdo toda a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente e lamento utilizar algum tempo desta Assembleia que vai ser longa, presume-se, para dizer o seguinte: já não é a primeira vez que isto acontece. Sistemáticamente os Vereadores do Partido Socialista, porque de facto não têm a possibilidade directa de dar respostas, são evocados. Incomoda o papel dos Vereadores, mas esse é o trabalho deles, incomoda de facto que tivessem feito o acompanhamento sistemático desta matéria e, portanto, o Senhor Dr. Ricardo não podia deixar de fazer este reparo, quando deveria esclarecer quem o tinha questionado, tinha que fazer um reparo relativamente a uma proposta que de facto foi, aliás nem sequer chegou a ser apresentada, eu próprio na altura quando o Senhor Presidente referiu aquilo que o Helder Simões referiu nesta Assembleia há pouco, foi remetido para o Senhor Dr. Ricardo juntamente com outros documentos. Foi retirada, obviamente que essa proposta não diminui as propostas seguintes relativamente a esta matéria. Agora, eu queria questionar só, enfim isto já só em tom de saída, se esta proposta que foi apresentada pelo Senhor Dr. Ricardo, sem estas incorrecções legais, enfim que eu presumo que serão em devido tempo corrigidas e feitas, se fosse apresentada pelo Partido Socialista, qual era a posição do Partido Social Democrata. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar explicações.* =====

===== *Responder concretamente a quê? Relativamente à posição do PSD ou da Câmara Municipal? A posição da Câmara Municipal se tivesse sido apresentada uma proposta nos moldes em que nós a apresentamos, claro que seria aprovada.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, sendo aprovada por unanimidade a alteração ao referido Regulamento.* =====

===== **Ponto doze:** *Desafecção do domínio público de parcelas de terreno sitas na Av. D. Maria I, desta cidade, e integração no domínio privado do Município.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Com vista à posterior alienação das parcelas identificadas e delimitadas na planta topográfica, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, nos termos do conferido pelas alíneas f) e g) do n.º 1 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, serve a presente proposta para colocar a votação a desafecção do domínio público para integração no domínio privado municipal das parcelas sobrantes cedidas ao domínio público no âmbito do processo de loteamento n.º 285L/85, que deu origem ao alvará de loteamento n.º 24/85, em concreto para abertura da Avenida D. Maria I, cujas mesmas não foram necessárias para o referido arruamento, e atendendo a que os proprietários renunciaram ao direito de reversão que lhe era conferido, pela legislação aplicável designadamente pelo art.º 45.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 04 de Junho, devendo o processo ser remetido à Assembleia Municipal para concretizar a desafecção do domínio público e integração no domínio privado municipal”.* ==

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *Trata-se de uma proposta de desafecção do domínio público para integração no domínio privado do Município, das parcelas sobrantes cedidas ao domínio público, no âmbito do processo de loteamento n.º 24/85, para a abertura da Avenida D. Maria I, dado que as mesmas não foram necessárias para o referido arruamento e os proprietários renunciaram ao direito de reversão que lhes era conferido. Propomos, por isso, a desafecção das referidas parcelas, com vista à posterior alienação.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, autorizando a desafecção do domínio público das referidas parcelas de terreno sitas na Av. D. Maria I, desta cidade e integração no domínio privado do Município.* =====

===== **Ponto treze:** *Alteração das condições da aquisição do prédio rústico denominado Quinta da Cachana, Oliveira de Azeméis – Aprovação da minuta de contrato-promessa e minuta da escritura pública.* =====

=====  
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em reunião de Câmara de 20 de Julho de 2004, foi aprovada a aquisição do prédio rústico sito em Cachana, da freguesia de Oliveira de Azeméis, inscrito na matriz sob o art.º 279, a Fernando Manuel de Andrade Gomes da Cruz, Maria Helena de Andrade Gomes da Cruz Miller e Maria Manuela de Andrade Cruz Ferreira, pelo valor de € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros), sendo € 300.000,00 (trezentos mil euros) pagos no acto da escritura a realizar até Outubro de 2004; e o restante em dez prestações mensais consecutivas no valor de € 120.000,00 (cento e vinte mil euros) com início em Novembro de 2004 e final em Agosto de 2005; - Que a Assembleia em Sessão Extraordinária de 30 de Julho de 2004, deliberou por maioria autorizar a identificada aquisição; - O lapso de tempo entretanto decorrido e que se mantém o interesse recíproco na realização do negócio, propõe-se: - Que a Câmara Municipal aprove alterar as condições da referida aquisição, nos termos da minuta de contrato-promessa, bem como aprovar a minuta de escritura pública, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para os mesmos efeitos, isto é, autorizar a alteração das condições da aquisição, aprovação da minuta de contrato-promessa e da minuta da escritura pública”.* =====

=====  
 ===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

=====  
 ===== *Trata-se de uma alteração de condições à aquisição da Quinta da Cachana, visto que foi possível chegar a um acordo entre o Município e os proprietários, principalmente no que diz respeito às condições de pagamento. Nesse sentido, propõe-se a aprovação da minuta do contrato-promessa e da minuta da escritura pública. A Câmara Municipal já aprovou a aquisição deste terreno, entretanto foi difícil a negociação, porque queriam o pagamento integral da quinta e não era possível à Câmara disponibilizar todo o dinheiro. Mas como nós tínhamos pedido a declaração de utilidade pública, eles vieram ao nosso encontro e negociaram connosco as novas condições de pagamento. Entendemos que já tínhamos dado também a palavra inicialmente, em termos de custos e todo o restante, só não concordamos nas condições de pagamento.* =====

=====  
 ===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os seguintes pedidos de inscrição: Dra. Helena Terra, Senhor Nuno Pires, Eng.º Joaquim Jorge e Dr. Isidro Figueiredo.* =====

=====  
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS, que interveio da seguinte forma:* =====

=====  
 ===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Eu penso que houve um lapso com certeza ao elaborar esta proposta que hoje nos é submetida a apreciação. Aliás, só pode ter havido um lapso, porque a não ser assim eu tenho dificuldade de perceber, porque isto está assinado pelo Senhor Presidente da Câmara, e portanto eu penso que só por lapso ele o deve ter feito, porque senão vejamos: o primeiro considerando, é que na reunião de 20 Julho de 2004, eu peço desculpa mas eu não vou fazer a leitura integral, porque parto do princípio que toda a gente leu, mas o Público não, foi aprovada a aquisição deste prédio pelo preço de € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros), a pagar no acto da escritura a realizar até Outubro € 300.000,00 (trezentos mil euros) e o restante dez prestações mensais consecutivas de € 120.000,00 (cento e vinte mil euros) cada uma, com início em Novembro de 2004 e final em Agosto de 2005; o segundo considerando, é que a Assembleia Municipal de 30 de Julho de 2004*

*deliberou por maioria autorizar a identificada aquisição; o terceiro considerando, é que o lapso de tempo entretanto decorrido é que se mantém o interesse recíproco na realização do negócio e a seguir é a proposta. E aqui chegamos ao lapso que eu penso que só pode ter sido um lapso, é que entretanto passou uma branca na última Assembleia Municipal, e antes disso na reunião de Câmara que a antecedeu, na Assembleia Municipal que aconteceu, de boa memória, na Vila lindíssima do Pinheiro da Bemposta, salvo erro em Junho, mas é simples, é buscar a acta e constata-se data, em que esta mesma Assembleia Municipal deliberou, com os nossos votos contra, toda a gente se recorda disso, não, com a nossa saída da sala, é bem lembrado, com o nosso abandono da sala, não foi o meu, foi o nosso abandono da sala, deliberou expropriar esta mesma parcela. Portanto, isso tinha que constar como considerando. Eu percebo o engulho de fazer constar este considerando nisto. É que esta deliberação de expropriar foi acompanhada, entre outras, de um parecer técnico do qual constava a avaliação feita a esta parcela e os termos que levaram a chegar até ela. E eu recordo-me que o parecer técnico, elaborado por digníssimos Técnicos desta Câmara, referia que o valor adequado para esta parcela, no total, eram € 500.000,00 (quinhentos mil euros), isto feitas as contas a setenta e quatro euros e uns trocos o metro quadrado. Este era o preço justo para esta parcela. E, portanto, foi isto que esteve na base que o Município, independentemente de todas as considerações que estavam para trás e de se saber se o Município tem ou não de continuar a ser uma pessoa de bem e honrar os seus compromissos, mas foi este o princípio que presidiu a que a Câmara deliberasse expropriar e ainda por cima com carácter de urgência. Ora bom, hoje fazemos de conta que não aconteceu rigorosamente nada disto. Entretanto o Município de Oliveira de Azeméis, que eu faço questão de lembrar, é somente o segundo maior de um dos maiores distritos deste País, andou a brincar aos negócios. Uma vez, fez de conta que fez um contrato-promessa; na vez seguinte, faz de conta que deliberou expropriar e pedir uma DUP com carácter de urgência; e, agora o que conta desta vez, e o que vai fazer de conta, é um contrato-promessa de compra e venda. E eu reparo, é curioso que as negociações foram tão difíceis que hoje se mantém o preço de € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros). Eu quero dizer o seguinte: ainda por cima é trazido aqui à discussão uma enorme vantagem, é que o particular queria que nós pagássemos tudo de uma vez e nós não estamos em condições de o pagar. Eu só quero lembrar que os princípios que nós apregoamos para que os outros lidem connosco, devem ser os mesmos que nós praticamos nas relações que temos com os outros. E se nós achamos que a Câmara de Lisboa, porque vende o terreno para o Hospital de Todos os Santos, nós agora também o devemos passar a vender, e bem, eu acho que devemos fazer isso, se nós dizemos que deve ser tudo tratado com igualdade, também devemos tratar com essa igualdade os particulares que negociam connosco. E eu não me esqueço que à PREDIAZ, a propósito do centro comercial, nós de uma segunda vez até viemos aqui dizer “não é para pagar de imediato”, e lembro-me que o Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares até salientou “não, coitado do particular, nós temos que o perceber, só de impostos o que é que ele vai pagar”. Portanto, eu quero perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, e só vou finalizar com duas perguntas que pretendo ver esclarecidas. Primeiro:, afinal de contas o Município faz bons ou maus negócios financeiros? Em segundo lugar: o preço justo para esta parcela são € 500.000,00 (quinhentos mil euros) ou € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros)? Em terceiro lugar: afinal de contas quando é que nós planeamos antes aquilo que vamos fazer a seguir, para não andar a fazer de contas que fazemos negócios com os privados? Meus caros senhores, eu quero referir e salientar uma vez mais, e termino em trinta segundos. O Município de Oliveira de Azeméis tem de ser e também tem que parecer uma pessoa de bem, e não é com estas tergiversações próprias de quem não sabe nem o que quer, nem para onde vai, que nós conseguimos nem ser, nem parecer aquilo que devemos. Muito obrigado. =====*

===== == Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Pires, do PSD. =====

===== Mais uma vez boa noite a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de confessar que estou com alguma curiosidade relativamente à posição do Partido Socialista e certamente que muitas pessoas nesta sala também. Passo a explicar: este processo iniciou-se em 2004, na altura a Câmara Municipal colocou à votação um pré-acordo estabelecido com os proprietários para a aquisição desta parcela de terreno. O Partido Socialista votou contra, aliás fez questão de referir que o Executivo tinha por hábito fazer negócios pouco claros. Mais tarde, em Julho de 2007, a Câmara Municipal traz novamente esta matéria à Assembleia Municipal. Nesta altura, propõe o Executivo que a Assembleia Municipal autorizasse a resolução de expropriação. Segundo o Vereador Dr. António Rosa que justificou esta proposta, devido a um conjunto de vicissitudes que decorreram, mais concretamente o facto dos proprietários não conseguirem fazer prova, pelo menos no papel, de serem os legítimos proprietários dos terrenos, inviabilizando assim a escritura. Sendo que após a resolução deste problema, os proprietários exigiram ao Município o pagamento integral numa única prestação do valor da aquisição, quebrando assim os requisitos assumidos no contrato anterior, que englobaria uma percentagem no acto da escritura e o restante em dez prestações, situação na qual o Município não concordou e daí o pedido de expropriação. Qual não é o meu espanto com a atitude do Partido Socialista naquele que considero ser o maior acto de show-off político dos últimos tempos, onde o Partido Socialista, aliás como é normal, fez cair “o Carmo e a Trindade”, votou contra, melhor não votou, retirou-se da sala e fugiu assim às suas responsabilidades. Este ponto foi aprovado com os votos do PSD, pois o Partido Social Democrata não foge às responsabilidades e mesmo que tenha de assumir algum tipo de posição que seja complexa e alvo de críticas, fomos eleitos para defender os interesses dos Oliveirenses e certamente que não será com atitudes radicais que o faremos. Na altura, foi também referido que o Município continuava a tentar manter o acordo ou a renegociar o mesmo. E termino com aquelas que foram as palavras da Dra. Helena Terra na Assembleia Municipal de 09 de Julho de 2007, passo a citar “Para nós, o Município é uma pessoa de bem, nós não queremos deixar a nossa marca nas consequências que isto vai deixar. Não é para hoje, é para o futuro”. Pois muito bem, o futuro é hoje o presente, e com isto estou certo que independentemente da posição do Partido Socialista, a Bancada Parlamentar do PSD votará favoravelmente este ponto, porque nós somos uma pessoa de bem e honramos os nossos compromissos. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, do PS. =====

===== Senhor Nuno Pires, não percebeu o nosso sentido de voto. É claro que não percebeu, porque não nos conhece. Nós vamos votar contra, que é exactamente a mesma posição que nós tivemos no primeiro dia em que a Câmara fez este negócio ruinoso para o Município. Em Julho de 2004, a Câmara disponibilizou-se, por negociação, a pagar € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros) por um terreno que agora verifica, decorridos dois anos ou três anos, aos valores actuais do mercado que vale cerca de € 510.000,00 (quinhentos e dez mil euros), ou seja um terço do valor que ofereceu pelo terreno. Isto é criminoso, está a entender? É criminoso para os interesses do Município. A nossa posição na altura, foi denunciar esta situação, foi estar contra esta negociação directa que violava claramente os interesses do Município. Na Assembleia Municipal, na tal Assembleia que por lapso desapareceu da vossa memória, nós levantamo-nos e recusamo-nos a votar o vosso

*processo de intenções, que consistia em denunciar o contrato que haviam tido com esses particulares, orientando agora a vossa decisão com um processo de expropriação, porque achamos precisamente que a Câmara é uma pessoa de bem e deve honrar os seus compromissos. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD, que disse: =====*

*===== Obrigado Senhor Presidente, só para lembrar algumas questões que se prendem com o assunto em discussão e gostava de aqui esclarecer um aspecto que eu acho determinante numa das intervenções que aqui foi feita e que tem a ver com o seguinte: na altura, na discussão deste ponto, na Sessão aqui já evocada, foi dito por mim que um bom negócio é um negócio que é bom para as duas partes e sempre é preferível um negócio que pressuponha o entendimento recíproco, entre as duas partes, do que irmos para um contencioso. E também nessa altura referi que acima dos interesses particulares, ou dos interesses privados, se sobrepunha o interesse público. Mantenho a mesma posição e o PSD mantém a mesma posição. Os meios para atingir os fins nem sempre são aqueles que nós desejaríamos. É certo que em 2004 as condições eram umas, é certo que em 2007, na altura em que discutimos este ponto, eram outras, porque não havia acordo e aqui já foi explicado pelo Senhor Presidente da Câmara por que é que não havia acordo, porque os proprietários exigiam o pagamento integral no acto da escritura e a Câmara não tinha condições para o fazer e negociou em função de uma decisão tomada por esta Assembleia, vindo os proprietários ao encontro da Câmara. Portanto, neste aspecto também se mantém um outro princípio que tem a ver com a questão da Câmara ser uma pessoa de bem e dos princípios que exige, ou pode exigir aos outros, lhe deva ser exigida a ela própria. Já agora que evocou, ou foi evocada aqui a questão da aquisição pelo Ministério da Saúde, do terreno do Centro de Saúde, eu ia muito mais longe: oxalá o Ministério da Saúde aceite comprar o terreno onde está instalado, ou a ser construído o Centro de Saúde. Eu tenho a certeza que a Câmara Municipal não se importará de modo nenhum que em vez de receber tudo de uma só vez, receba por fases, de acordo com a vontade e disponibilidade financeira que nessa altura houver. Já agora em relação às posições do Partido Socialista, é evidente que há aqui uma inversão que também não se entende. Primeiro, em 2004, o Senhor Arqt.º Gomes Fernandes, na altura líder da Bancada do Partido Socialista, defendeu como bem se lembram, eu tenho a acta aqui à minha frente que dispenso de ler na íntegra, mas defendeu, como sabem, a expropriação. E defendeu a expropriação baseado no exemplo pessoal do que tinha acontecido na Câmara Municipal do Porto, etc. Nessa altura, como era por acordo, votou o PS contra. Na Sessão de 09 Julho de 2007, como aqui foi dito, a Câmara propunha a expropriação e nessa altura o PS nem sequer votou contra, abandonou a sala em sinal de protesto, pressuponho, pela decisão que aí tinha sido tomada. E hoje, volta a votar contra, porque afinal de contas vamos adquirir de uma forma amigável este terreno que tem como finalidade, e sublinho, o interesse público e de resolver, ou ajudar a resolver, a questão das acessibilidades à cidade de Oliveira de Azeméis. E termino só com esta acheça, acho demasiado, acho excessivo utilizarem-se expressões para um negócio como as que aqui foram proferidas, que eu acho que são lamentáveis. Um negócio nunca pode ser, estando o interesse público em causa, ruinoso, nem criminoso. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Muito obrigado, Câmara Municipal para dar os esclarecimentos que entender necessários às questões que foram colocadas, sendo certo que se há matéria discutida nesta*

*Assembleia Municipal, que está claríssima como água relativamente às posições, é que vão voltar a inscrever-se, podem-se inscrever ao abrigo do Regimento, vão voltar a dizer a mesma coisa, pois está clarinho como água a posição. Dra. Helena Terra, não é por falar vinte vezes que as pessoas lhe vão dar razão, já percebeu que não vão. Ouça, está claro como água aquilo que a Senhora defende, mas eu vou-lhe dar a palavra do ponto de vista regimental. Senhor Presidente da Câmara para dar explicações. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====*

*===== Da minha parte eu penso que não há mais explicações a dar, foi claro, o documento é claro, as razões estão explícitas, já foi explicado, portanto não tenho a dar mais explicações. =====*

*===== Aberto novo período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição da Dra. Helena Terra. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS. =====*

*===== Eu estou de acordo com o Senhor Presidente da Assembleia naquilo que acabou de referir. Se há assunto onde as posições de ambas as Bancadas, e do Executivo junto daquela Bancada, estão claras é esta. E, por isso mesmo, por estarem tão claras é que eu me vejo obrigada a fazer esta intervenção. É porque se eu não conhecesse o Dr. Isidro Figueiredo ficava a duvidar da inteligência dele, mas como conheço não posso duvidar, eu não posso duvidar da inteligência dele. E, portanto, como ele é uma pessoa inteligente há uma coisa que não pode fazer, que é fazer o jogo das palavras quando isso alterar a verdade daquilo que foi discutido. E aquilo que foi discutido, é o seguinte: o PS esteve contra o negócio em 2004, pelos mesmos motivos, mesmíssimos motivos, que está contra o negócio hoje. É porque na altura nós adivinhávamos que este negócio era ruinoso para o Município, mas hoje nós não precisamos de adivinhar porque sabemos, e sabemos porque há um relatório pericial técnico que nos diz que o valor deste prédio são só € 500.000,00 (quinhentos mil euros) e a Câmara vai pagar por ele € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros). Hoje não precisamos de adivinhar nada. Em Julho de 2007, nós recusamo-nos votar a expropriação, que foi o que nós sempre defendemos, porque nesta altura a Câmara já tinha celebrado um negócio com o particular e como reafirmo que queremos que o Município seja uma pessoa de bem. Nós não podíamos permitir, nem sequer nos permitíamos votar uma coisa que levasse a que o Município desse o dito pelo não dito com o particular. É tão só isto que está em causa. Nunca dissemos nada diferente disto, e o Dr. Isidro Figueiredo, tal como todos os presentes perceberam, percebeu isto. Portanto, adulterar isto é um jogo de palavras que não diz bem da verdade que se deve ter na política. Eu só quero, quanto a dizer-se que há duas palavras que não se devem usar neste negócio, que é ruinoso e criminoso quando está em causa o interesse público. O interesse público deve ser o primeiro interesse a perseguir, mas nunca a qualquer preço, porque senão deixa de ser interesse público. Eu pergunto: qual é o outro nome que existe para um negócio em que nós só tínhamos que pagar € 500.000,00 (quinhentos mil euros) e vamos pagar € 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros), que ainda por cima se for do nosso bolso, do meu bolso Helena Terra eu tenho o direito de fazer os maus negócios que eu quiser fazer. Quando o dinheiro é dos meus concidadãos eu tenho o dever de fazer o melhor negócio possível. Meus caros amigos,*

*desculpem-me, eu podia encontrar tantos outros nomes, mas eram sinónimos destes: ruinoso e criminoso, porque vamos pagar três vezes mais o preço que tínhamos que pagar. Muito obrigado.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a alteração das condições da aquisição do prédio rústico denominado Quinta da Cachana, Oliveira de Azeméis, bem como as respectivas minutas de contrato-promessa e de escritura pública, com os seguintes votos: a favor - vinte e seis do PSD e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra - catorze do PS e um do PCP-PEV; e quatro abstenções - CDS/PP, PS, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes e Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== **Ponto catorze:** *Constituição de sociedade comercial para a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção de edifício multifuncional, estaleiros municipais, piscina coberta de Cucujães e arranjos exteriores envolventes, requalificação da biblioteca municipal e casa dos Sequeira Monterroso e realização de dois loteamentos, no concelho de Oliveira de Azeméis – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de prosseguir o esforço de modernização e de melhoria das infra-estruturas do Município; - Ser imprescindível para o cumprimento destes objectivos, que seja levada a cabo a construção e requalificação de uma série de equipamentos e infra-estruturas de interesse municipal; - As actuais dificuldades de natureza financeira e os novos instrumentos de contratação pública, torna-se necessário o recurso à constituição de parcerias público-privadas. - Que se pretende agora implementar um modelo assente na escolha de parceiros privados, conforme o previsto no artigo 12.º e 14.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro (regime jurídico do sector empresarial local), que possibilitem a realização destes equipamentos de interesse municipal e a promoção do desenvolvimento local; - Que este modelo deverá apresentar uma base institucional, que consiste na constituição de uma sociedade comercial, cujo objecto, nos termos dos números 2 e 3 do artigo 5.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, deverá ser inserido no âmbito das atribuições das autarquias locais; - O teor da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro das transferências e competências para as autarquias locais que consagra na esfera municipal atribuições nos domínios dos equipamentos rural e urbanos (nos termos da al. a) do número 1 do artigo 13.º e artigo 16.º), do património, cultura e ciência (nos termos da al. e) do número 1 do artigo 13.º e artigo 20.º), dos tempos livres e desporto (nos termos da al. f) do número 1 do artigo 13.º e artigo 21.º) e da promoção do desenvolvimento local (nos termos da al. n) do número 1 do artigo 13.º e do artigo 28.º); - Que para atingir esses desideratos, torna-se necessário constituir uma sociedade comercial, de capitais minoritariamente públicos, cujo conteúdo se dá aqui como transcrito ficando arquivado em pasta anexa ao livro de actas e faz parte integrante da presente proposta, tendo por objectivo desenvolver as seguintes atribuições: A concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção de um edifício multifuncional, estaleiros municipais, piscina coberta de Cucujães e arranjos exteriores envolventes, requalificação da biblioteca municipal e da casa Sequeira Monterroso e realização de dois loteamentos no concelho de Oliveira de Azeméis; - Que para além da necessária aprovação do programa de procedimento, torna-se, ainda, necessário aprovar os respectivos termos de referência a incluir nas peças concursais, cujos conteúdos ficam igualmente em anexo*

ao livro de actas e fazem parte integrante da presente proposta; bem como, nomear os membros do júri do concurso, composto por cinco elementos, sendo proposto, para o efeito, as seguintes pessoas: Júri de concurso: Presidente: Dr. António Manuel Alves Rosa; Membros efectivos: 1º Vogal efectivo - Arq.ª Maria Emília Amorim Pereira da Costa (Substitui o Presidente nas suas faltas /impedimentos); 2º Vogal efectivo - Dr. José Manuel Costa Figueiredo Faria; 3º Vogal efectivo - Dr.ª Maria Margarida Duarte Ribeiro Mota Ferreira Nascimento; 4º Vogal efectivo - David Emanuel Oliveira Malva; Membros suplentes: 1º Vogal suplente: Dr. Nuno José Pimenta Oliveira Gomes; 2º Vogal suplente: Arq.ª Ana Filomena Farinhas Silveira Carvalho; Ficarão ainda agregados como peritos e apoio ao Júri do concurso, para todas as operações e situações do mesmo, os elementos – Dr. Carlos Casado Neves e Dr. Marco António Lopes. - Que mais importa referir que, os imóveis nos quais serão implantadas as infra-estruturas, virão a ser integrados na parceria com a sua valorização concretizada com recurso ao direito de superfície, a ser constituído nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cuja descrição e conteúdos se encontram nos documentos procedimentais da parceria, designadamente, nos respectivos termos de referência, os quais ficam em anexo ao livro de actas e fazem parte integrante da presente proposta; Nestes termos, proponho que este executivo delibere aprovar: - Aprovação dos valores da avaliação constantes dos "Termos de referência"; - A participação do Município na sociedade comercial a constituir; - O procedimento concursal para a selecção das entidades privadas, o qual é constituído por um Programa de procedimento e respectivos Termos de referência; - A nomeação das pessoas indicadas, como membros do júri do concurso; - Autorização para oneração dos bens imóveis a integrar na parceria, identificados nos anexos aos termos de referência, pelos valores atribuídos por perito avaliador e constituição de direito de superfície sobre os mesmos, ou outros direitos, a favor da entidade a constituir; - A submissão da presente proposta à Assembleia Municipal para os efeitos previstos nas alíneas i) e m) do n.º 2 do artigo 53º e da al. a) do n.º 6 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro." ==

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para dar as explicações. =====

===== Muito bem, como eu penso que resulta claro da documentação distribuída aos Senhores Deputados, a Câmara Municipal pretende proceder à constituição de uma sociedade comercial, dispenso-me de descrever detalhadamente o âmbito desta sociedade comercial, uma vez que o Senhor Presidente da Assembleia o acabou de referir na intervenção que fez ao ponto. E pretende, portanto, constituir uma sociedade comercial para proceder à concessão, à construção e a exploração de um conjunto de equipamentos, que naturalmente o Executivo Municipal definiu e interpretou como prioritários para o Município e que entendeu por bem, dentro da sua gestão estratégica, da sua gestão financeira, utilizar mecanismo financeiros alternativos, não novos, uma vez que há várias experiências ao longo do País, quer em Câmaras Municipais, quer na própria Administração Central, relativamente a modelos de carácter semelhante. Aquilo a que esta Assembleia Municipal é chamada a pronunciar-se, em primeiro lugar, é autorizar a participação do Município nesta sociedade; aprovar aquilo que são os documentos essenciais e que definem as regras básicas para os potenciais candidatos a associados do Município nesta sociedade, sendo que a particularidade a realçar é que a participação no capital social da sociedade terá que ser sempre maioritária por parte dos

*parceiros privados, portanto, dizia eu, está aqui em causa também aprovar os documentos fundamentais deste concurso, nomeadamente o programa do procedimento e os termos de referência; a aprovação também dos Membros do Júri deste concurso e autorização para a oneração dos imóveis que irão fazer parte desta parceria. Portanto, a informação de facto é completa, é extensa, o anúncio do concurso faz parte das peças também e como disse os elementos essenciais são o programa do procedimento, que desenvolve naturalmente e define as principais orientações ao nível do procedimento a estabelecer para a escolha deste parceiro privado, ou destes parceiros privados, e depois os termos de referência onde o Município de um modo sintético e geral faz a definição das principais regras que devem estar subjacentes à futura ligação entre o Município e os parceiros privados no seio desta sociedade. Portanto, como nota introdutória, eu penso que é esta a informação que eu posso dar, naturalmente que estaremos disponíveis para clarificar aquilo que entendam colocar à consideração. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Óscar Oliveira, Dr. Fernando Pais Ferreira, Arqt.º Jorge Rosa, Eng.º Joaquim Jorge, Dr. Isidro Figueiredo, Dr. Vieira Dias, Helder Simões e Dra. Helena Terra. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV, que disse: =====*

*===== Boa noite a todos. Face à complexidade do dossier que foi colocado aos eleitos sobre a constituição deste negócio, eu solicitava ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu também ainda não tinha intervindo, uma tolerância, porque poderei ultrapassar os cinco minutos. Mais uma vez solicitava tolerância do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque vamos tratar de um negócio muito sério. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o que hoje aqui nos está proposto é a alienação de uma parte importante das competências do Município, ou seja, ao contrário do que dizia um título de um jornal local, atribuído ao Senhor Presidente da Câmara, o que é proposto é a privatização de uma parte da vida municipal. Votaremos contra, caso a maioria insista em impor hoje uma votação. Mas consideramos que tem que haver ainda espaço para o esclarecimento cabal desta Assembleia Municipal e por seu intermédio do povo de Oliveira de Azeméis, sobre um conjunto vasto de aspectos, que merecem o adiamento desta discussão por mais algum tempo. Senão vejamos: O que vem referido no “Anúncio”, é a abertura de um “Procedimento para a selecção de pessoas colectivas de direito privado para participar com o município de Oliveira de Azeméis na constituição de sociedade comercial de capitais minoritariamente públicos, para a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação de equipamento, conservação e manutenção de um edifício multifuncional, estaleiros municipais, complexo de piscinas cobertas, requalificação da Biblioteca Municipal e da Casa Sequeira Monterroso e realização de dois loteamentos no concelho”. Citei toda esta parte do anúncio, pois ela aparece repetida oito vezes ao longo dos documentos que nos foram distribuídos. Acontece que no ponto 3.2 do documento “Termos de referência” existe uma pequena diferença entre o objecto social da sociedade a constituir e aquele objectivo expressos em todos os documentos. Naquele ponto, e só aí, faz-se referência, não à Biblioteca e à Casa Monterroso, mas a “equipamentos culturais, de interesse histórico e patrimonial”, o que é diferente àquilo que atrás citei. A edifícios multifuncionais e não a um edifício único. E mais ainda, não são só dois loteamentos, mas loteamentos, indiscriminadamente. Em que é que ficamos? É que se a constituição desta sociedade, nos repugna pela alienação da responsabilidade dos autarcas eleitos pelo povo, base essencial da democracia representativa e participativa que somos, esta abertura para outros objectivos mais*

*tarde deixa-nos ainda mais desconfiados. Mais tarde ou no imediato, se a sociedade a constituir quiser fazer uso do ponto dois do objecto social que abre para actividades acessórias, subsidiárias, outros ramos de actividade conexos e prestação de serviços, até onde vamos? Quais são os limites? Assim, o que hoje estamos a decidir é, pela amostra, bastante mais do que parece. E se a Sociedade a constituir fará a manutenção e conservação dos edifícios, o que fazer aos actuais trabalhadores municipais com essas funções? Pela nossa parte isto é motivo suficiente para que a maioria reconsidere e retire a proposta. Por isso, no final da minha intervenção entregarei na Mesa da Assembleia uma proposta para adiamento deste ponto para a próxima Assembleia Municipal. Mas há mais, onde estão as garantias de participação directa do Município na administração da sociedade a constituir? Sempre me poderão dizer que hoje não é possível ter essas garantias em função da lei das sociedades anónimas. Mas se não temos garantias, como é que vamos entregar assim o património municipal? É que o que hoje está proposto é para esta maioria e para todas as que se seguirem. E zangas em sociedades anónimas estamos nós fartos de ver. Olhem, para o BCP. Nem é suficiente afirmar que teremos sempre assento na Assembleia-geral. À razão de duas ou três por ano, qual o seu valor? Adiante. Conforme o ponto 6.1 dos Termos de Referência podemos estar a construir para ceder a outras entidades, a designar pela Autarquia. Que entidades são estas? São entidades públicas? São as empresas municipais criadas ou a criar? São entidades privadas? Não sabemos. Não menos importante, e também estranho, é o envolvimento no imediato de duas operações de loteamento, (que como já atrás se afirmou podem não ser as únicas) à mistura com construções de interesse municipal. Entregam-se assim importantes mais-valias aos privados que venham a ficar com o negócio. Qual o objectivo desta operação? Se a Câmara vai ter que pagar rendas pelos edifícios a construir ou recuperar? Quais as cláusulas de reversão? Se a coisa correr mal, e por vezes corre, quais são as regras a seguir e as garantias para o município? Na proposta que nos foi entregue há, de facto, mais questões do que certezas. Quais os montantes das rendas que a Câmara Municipal está a assumir? Daqui a 20 anos o que é que isso representa para o Município? No imediato o que é que se poupa? Por quanto tempo é constituída a sociedade? Por um prazo não inferior a vinte e cinco anos. Ora os direitos de superfície são constituídos e entregues por vinte e cinco anos. Após isso o que é que acontece? Retorna tudo à posse da Autarquia? Os terrenos a adquirir pela Sociedade ficam para quem? O Município terá que pagar novamente os terrenos? São questões que colocamos. Na operação de loteamento há incongruência quanto aos limites dos terrenos. Na planta com escala 1/1000 há um terreno junto ao Lote 8 e à Casa Museu, que está na nossa planta, que não aparece nas outras plantas e que não tem qualquer identificação de uso. Qual é que está certa? Para que fim está destinado? Propõe-se que a Câmara Municipal assuma a responsabilidade de adquirir os terrenos para o edifício multifuncional e para os estaleiros municipais, caso a sociedade não o consiga. Com que meios? Em que condições? Para terminar: Senhor Presidente da Assembleia Municipal, estamos perante um desafio muito importante. Ao longo dos trinta e três anos de democracia, o Poder Local Democrático, e apesar do sucessivo incumprimento das Leis das Finanças Locais e da atribuição de mais e mais competências sem os respectivos meios, tem uma notável obra a apresentar. Para isso, pese embora erros de gestão que também aqui têm que ser imputados às sucessivas maiorias, tiveram que recorrer a um crescente endividamento. Coloca-se-nos o problema de como fazer mais obra, sem os meios financeiros necessários. Os responsáveis pela situação a que chegámos, atingiram agora o ponto que queriam, a privatização como solução para tudo. Para nós, CDU, e sob pena de amanhã ver os Autarcas substituídos por Administradores da Empresa Município de Oliveira de Azeméis, SA, afirmamos que este não é o caminho. O povo de Oliveira de Azeméis não votou em nós para agora entregarmos a gestão a outros. Por muito que nos custe, teremos que ser nós a fazê-la. Eu para*

*não estar a ocupar mais tempo, entregava o requerimento ao Senhor Presidente que depois pedia se fazia o favor de o ler e pô-lo à consideração dos Eleitos desta Assembleia. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV, entregou à Mesa um requerimento do seguinte teor: “Estando a Assembleia Municipal reunida para apreciar a “Constituição de uma sociedade comercial para a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção de edifício multifuncional, estaleiros municipais, piscinas coberta de Cucujães e arranjos exteriores envolventes, requalificação da Biblioteca Municipal da Casa Sequeira Monterroso e realização de dois loteamentos no concelho de Oliveira de Azeméis”; Considerandos existirem nos documentos em apreciação dúvidas e incongruências; Tendo em conta que a mais importante das quais está no conteúdo do Objecto Social da empresa a constituir que prevê “a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, requalificação, instalação, equipamento, conservação e manutenção de edifícios multifuncionais, estaleiros, piscinas cobertas de Cucujães, e arranjos exteriores envolventes, equipamentos culturais, de interesse histórico e patrimonial e loteamentos no concelho de Oliveira de Azeméis”; Considerando a importância das decisões a tomar que implicarão com a vida do Município, pelo menos nos próximos 25 anos; A Assembleia Municipal delibera: 1. Adiar a discussão destas matérias para a próxima Sessão; 2. Recomendar à Câmara Municipal que estude outras formas de prosseguir os mesmos objectivos sem alienar as responsabilidades municipais”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS.* =====

===== *Boa noite. De facto esta é uma matéria, e eu pedia alguma atenção, ou alguma atenção mais redobrada ao Dr. António Rosa, porque de facto esta é a matéria mais importante que aqui nos trás. Eu começaria por elencar, tenho aqui uma série de questões, começaria por dizer previamente o seguinte: nós, Partido Socialista, não estamos contra este instrumento legal, que está consagrado legalmente, quanto ao aproveitamento das parcerias público-privadas. Entendemos que esta será, de facto, uma situação que no futuro mais ou menos acontece, ao contrário de uma visão catastrófica que o Partido Comunista Português tem sobre esta matéria. Mas antes de mais, eu gostaria de dar alguns subsídios nesta matéria, porque acho que a exemplo do que o Dr. António Rosa referiu, estes critérios estão definidos de forma muito genérica. Nós lemos este anúncio, lemos os termos de referência e de facto sabemos muito pouco. Em primeiro lugar, uma sociedade comercial é feita com a confluência de duas vontades. Ora desde logo, aquilo que me parece é que nada está definido. Vejamos: a única coisa que está definida é que o capital é minoritariamente público e a percentagem a subscrever relativamente ao Município nós nem sequer temos a percentualidade dela. Nós nem sequer sabemos como é que o Município de Oliveira de Azeméis vai entrar. Pela leitura do documento até dá a entender, aquilo que me repugna e peço alguma atenção a V. Exa. sobre isto, é que estes termos serão fixados pela parte privada, ou seja, a parte privada é que no fundo vai estabelecer um caderno de encargos próprio para haver uma celebração de escritura pública de constituição de sociedade anónima. Desde logo, quanto à questão do capital, eu acharia que devia de estar aqui pelo menos a percentualidade do capital social perfeitamente expresso e a forma de subscrição. Em segundo lugar, e isto é uma questão muito importante que os Municípios têm vindo a alertar, é o facto exactamente da subscrição de capital. Eu não vou pôr em causa a realização de uma perícia, chamada perícia por um perito avaliador que está nos anexos, em que descreve de*

*forma tecnicamente, penso eu que repreensível, a avaliação efectuada quanto aos diversos direitos que vão ser transferidos. E desde logo há aqui uma coisa que eu entendo: o capital social, mínimo de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), é manifestamente insuficiente para fazer face a uma obra desta envergadura. O que alguns Municípios têm feito, e que eu entretanto já vi que já foi aprovado, é uma situação simples, que permite ao Município, não receber o dinheiro todo agora relativamente à transferência dos direitos de superfície e à transferência dos direitos de propriedade relativamente à parte que vai ser expropriada. Mas há Municípios a adoptar uma solução que eu acho que neste caso era uma solução melhor para toda a gente, que era constituir a sociedade mediante a entrada em espécie desses direitos. Isto significaria o quê? Significaria que em vez do Município de Oliveira de Azeméis proceder à venda do direito de superfície, o Município de Oliveira de Azeméis dizia “eu tenho este direito e é com este direito que eu vou entrar para a sociedade”, o que implicaria desde logo, porque o capital é minoritariamente público, que qualquer entidade privada que viesse teria que subscrever o capital e esse capital teria que ser maioritário, ou seja, se os bens valessem um milhão de euros, ou dois milhões de euros, quem quisesse fazer uma parceria com a Câmara teria que investir dois milhões e meio de euros em dinheiro. Poder-me-á dizer que isto afugentaria os privados na consecução deste objectivo, mas há uma coisa que é certa, é que dificilmente nós precisaríamos de recorrer a um subsídio, a um empréstimo financeiro, e isso minoraria, como o Senhor Dr. bem sabe, os rácios, todos os rácios financeiros ficariam bastante aliviados. Eu acharia, de facto, que nesta parte o anúncio e os termos de referência deviam ficar mais claros, mais concretos e mais precisos quanto a esta matéria. Quanto ao prazo mínimo da sociedade ser de vinte e cinco anos, eu este prazo até compreendo, porque este prazo é igual ao prazo da constituição de direito de superfície. Corrija-me se estiver errado, daqui a vinte e cinco anos o que é acontece? A sociedade liquida-se, a propriedade dos terrenos onde vão ser construídos os equipamentos retornam à Câmara Municipal, porque falece, extingue-se o direito de superfície, e nós vamos dividir com os privados as benfeitorias. Ora, eu acho que aqui a Câmara Municipal poderia, e deveria também constar deste caderno de encargos, algum critério relativamente à liquidação desta sociedade, porque o que aqui se fala é um critério de liquidação, dizer e estabelecer um critério de liquidação futura. Quanto ao critério de apreciação das candidaturas, eu aqui Senhor Dr. António Rosa, eu dirijo-me a si porque tomou a palavra, de facto, eu acho que aqui há uma situação de tal forma duvidosa em alguns aspectos, noutros não, mas em alguns aspectos há uma apreciação e um critério de tal forma duvidoso que eu atrevo-me a dizer que se houver mais do que um concorrente há litígio pela certa. E eu vou aqui recorrer à página dezoito, o que significa nesta parte é que os privados definem determinadas situações como modelos organizacionais e contratuais, valores propostos para a aquisição dos terrenos, etc.. E depois, inclusivamente é o particular que vem à Câmara Municipal dizer como é que quer os estatutos e nessa parte diz assim: “Pontuação a atribuir: zero – projecto de estatutos desadequado, dez – projecto de estatutos adequado”. O que é um projecto de estatuto adequado ou desadequado? Não sabemos. Acordo de accionistas e cooperação técnica financeira, neste caso eu acho que este aspecto é um aspecto relevante. Os critérios são os mesmos, acordo desadequado zero, acordo adequado, ficamos sem saber. Alguém está esclarecido quanto a esta questão? Eu não estou. Relativamente aos aspectos financeiros, aí já eu concordo que haja aqui, mas há critérios. Portanto, isso significa que uma atribuição destes pontos é um ponto de litigiosidade iminente. De outra forma, entendemos que as propostas para uma situação destas, as propostas que devem ser apresentadas, devem ser apresentadas quinze dias depois da publicação no Diário da República. Eu entendo que é um prazo manifestamente curto e isso também seria um aspecto a considerar. A outra situação, que é uma situação que também tem acontecido, que acontece muitas vezes na contratação pública e ao nível dos*

*contratos públicos, é uma situação que eu também queria fazer algum apelo a que de alguma forma pudesse ficar consagrado, que é o aspecto da fase negocial. Na contratação pública, o que é que existe? Existe uma fase de abertura de propostas e existe também uma fase depois da abertura de propostas. Esta fase, é uma fase em que, de facto, poderá haver aqui alguma optimização e alguma melhoria nas condições propostas. Esta é uma fase é uma fase perfeitamente legal e deveria no nosso entendimento ser expressa. Entretanto, apesar de tudo, há aqui também, e recorrendo sempre a outras Autarquias que já estudaram melhor esta questão, tem-se normalmente adoptado, até para proteger a própria Autarquia, tem normalmente na criação destas Entidades de Parceria Público-Privadas, uma chamada comissão de acompanhamento. Essa comissão de acompanhamento, era uma comissão que tinha uma função prévia no sentido de fazer o acompanhamento efectivo de toda a actividade. Eu vou citar algumas das funções que normalmente essa comissão de acompanhamento tinha: a comissão de acompanhamento era constituída por cinco pessoas, duas da Câmara Municipal, duas do privado e teria como funções, por exemplo, analisar os termos económico-financeiros do desenvolvimento do projecto; certificar e garantir o cumprimento do caderno de encargos; promover entendimento entre parcerias; monitorizar os modelos financeiros; estabelecer mecanismos de contrato permanente de qualidade e gestão financeira. Eu acho que independentemente, e o que regime legal diz, é que é a Assembleia Municipal que fiscalizará a actividade desenvolvida pela Câmara Municipal na sociedade a constituir. Eu acho que desde logo este Município devia estabelecer regras mínimas para o acordo accionista, nomeadamente ter alguém indicado pela Câmara, que respondesse face à Câmara no Conselho de Administração. O resto guardo para a segunda fase, se for necessário. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====*

*===== Mais uma vez boa noite. A realidade da Gestão das Autarquias é hoje cada vez mais exigente e rigorosa num quadro de restrições orçamentais e de condicionantes de carácter económico. Nesse sentido, urge que os municípios se empenhem na identificação de estratégias de financiamento alternativas compatíveis com a necessária concretização de projectos que, apesar de montantes de investimento elevado, são igualmente essenciais ao seu desenvolvimento. Li atentamente uma intervenção do Senhor Presidente, de há uns dias atrás, onde referia que esta estratégia justifica-se pela necessidade do município concretizar um conjunto de projectos, que dificilmente seriam elegíveis em candidaturas ao novo QREN, e por outro lado, manter a sua capacidade financeira necessária e indispensável para fazer face a esses mesmos fundos que se avizinham. É este o espírito que envolve a proposta de deliberação que a Câmara Municipal nos coloca à consideração. Numa primeira apreciação relativamente à importância estratégica dos investimentos seleccionados, destaco duas perspectivas distintas: Por um lado, a construção dos Paços do Concelho e dos Estaleiros Municipais. É tema de conversa, de há longos anos, a necessidade de dotar o município com instalações que lhe confirmem as condições de prestação de um serviço aos munícipes com a qualidade desejada. Não é, igualmente, tema novo, a necessidade do município suspender o pagamento de encargos a terceiros pela utilização de instalações para o desenvolvimento dos seus serviços, as quais nem sempre reunindo as melhores condições por se encontrarem pulverizadas no espaço com os prejuízos de produtividade daí decorrentes. Resulta, portanto, que no que toca a esta matéria haverá, seguramente, um amplo consenso relativamente à sua pertinência. Gostaria ainda de me referir, particularmente no que toca ao edifício dos Paços do Concelho, e usando da minha qualidade de, para além de Deputado desta Assembleia, a de Arquitecto, deixar um apelo à*

*Câmara Municipal para que o processo de concepção deste equipamento se revista do maior cuidado uma vez que, quer pelo espaço físico que ocupará, quer pelo simbolismo que encerra, seja efectivamente um pólo de centralidade qualificada deste núcleo urbano da nossa cidade. Já agora, aproveito também esta oportunidade para deixar um alerta para o maior cuidado a ter com a salvaguarda do valor histórico e patrimonial quer da Casa do Benemérito Bento Carqueja, quer do actual edifício dos Paços do Concelho. Por outra via, destaco a requalificação de dois edifícios de grande significado simbólico situados no núcleo histórico da nossa cidade. São eles a antiga Biblioteca Municipal (mais antigas finanças) e a Casa dos Sequeira Monterroso (antiga Mercantil). Espera-se que a sua requalificação e devolução ao serviço do público sejam um exemplo de intervenção nesta zona e que permitam funcionar como alavanca de dinamização dessa mesma área. No desejo de que assim venha a acontecer, cá estaremos (Assembleia Municipal) a aguardar serena e confiantemente pelo desenvolvimento deste processo de selecção de parceiros privados para a concretização destes projectos, na esperança de que possam também eles emprestar ao município o seu saber e conhecimento em favor do desenvolvimento do nosso concelho. Permita-me, Senhor Presidente, recordar-lhe (embora estou certo de que não necessitaria que o fizesse) que para além destes equipamentos que são, sem dúvida, equipamentos estratégicos para o desenvolvimento do município, permanecem por resolver outras áreas de extrema importância para o desenvolvimento sustentado de todo o Município - as infra-estruturas básicas. Sabendo do esforço financeiro que será necessário, e que o mesmo é incompatível com as possibilidades do Município recorrendo aos meios de financiamento tradicionais, esperamos que igual empenho e imaginação sejam empregues na concretização de modelos de financiamento que os tornem possíveis e acessíveis à totalidade dos Oliveirenses no mais curto espaço de tempo possível. Tenho dito. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal ausentou-se. =====*

*===== A Prof. Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Eng.º Joaquim Jorge, do PS, que disse: =====*

*===== Mais uma vez boa noite. Ouvidas as parcas explicações do Executivo, eu recorreria a uma afirmação pública de um ex- Presidente da Assembleia Municipal, para enquadrar a minha intervenção. Diz esse Senhor que tudo o que se conseguiu nos últimos trinta anos no concelho, teve sempre a chancela do PSD e que nunca viu posição tão frontal de alguém que critica o PSD, referindo-se naturalmente ao PS. Afirmações com as quais eu não poderia estar mais de acordo. Vamos então a mais uma posição frontal e a uma análise simples dos factos políticos que nos trouxeram aqui hoje e esta necessidade de constituição de uma sociedade público-privada. A resposta e a análise é simples: em trinta anos o PSD não teve capacidade para fazer estas obras e alguns dos concelhos vizinhos tiveram essa capacidade. Veja-se a justificação política do Senhor Presidente da Câmara, para justificar a necessidade dos Paços do Concelho “estamos mal instalados e pagamos rendas exageradas”, mas isso é precisamente o que o PS e os Oliveirenses andam a dizer há vários anos e V. Exa. nunca o reconheceu. Justificação dada na altura da venda da alienação do património dos estaleiros municipais “temos um terreno barato para os novos estaleiros, vamos utilizar a verba resultante da venda para investir”, e o que acontece na prática é que está quase pago, em rendas, metade do dinheiro recebido aos compradores naturalmente, os novos estaleiros não foram construídos e o investimento prometido traduziu-se em dívida. Estamos aqui hoje a confirmar uma gestão ruínosa, que deixou as obras mais importantes por fazer e que teve como consequência prática um atraso estrutural do concelho em relação aos concelhos vizinhos e a reconhecer, por outro*

lado, a incapacidade do PSD em resolver os problemas do concelho de Oliveira de Azeméis. Eu não posso deixar aqui de referir uma aparente falta de coerência entre o que afirmou o nosso Presidente da Assembleia Municipal na qualidade de comentador político, que diz basicamente que o futuro passa pelas parcerias público-privadas nas áreas da saúde, água e saneamento ou na educação, e a decisão do Executivo Camarário que não elege nenhuma destas áreas como sendo estratégicas. Consigo elencar várias outras áreas que ficam à espera do milagroso QREN, para o qual a Autarquia terá que ter a capacidade financeira para suportar a sua cota parte de responsabilidade nos projectos candidatados, como sejam: as zonas industriais, as acessibilidades e rede viária, a requalificação urbana, as zonas recreativas e de lazer, etc.. Não posso também deixar de referir uma afirmação feita outrora por um ex- Presidente da Câmara, que garantiu que com o PSD na Câmara não seriam feitos Paços do Concelho em Oliveira de Azeméis, enquanto estivesse um metro de saneamento por fazer. Lembrados alguns destes factos e feitas estas considerações introdutórias, que justificam a necessidade para a realização de projectos que já há muitos anos deviam estar ao serviço dos Oliveirenses, e do reconhecimento da Autarquia que se não for por esta via e com a situação de ruptura financeira em que hoje se encontram as finanças da Autarquia, nunca mais teremos estas obras construídas, vamos começar a colocar algumas questões. Definidas estas prioridades, eu não posso deixar de questionar o Executivo, se teve a preocupação de auscultar as forças vivas do nosso concelho, para a definição deste conjunto de investimentos. O privado, como publicamente já foi dito e bem, vem cá para lucrar e obviamente vem para lucrar o mais possível. De resto, o privado sabe que na prática as infra-estruturas a construir para o usufruto da Autarquia constitui negócio garantido, o resto do negócio vai fazê-lo através de loteamentos previstos e espero que não estejam aqui escondidos aproveitamentos das áreas sobranes nas piscinas de Cucujães e não só, para projectos imobiliários, o que seria absolutamente condenável. Esta parceria traduzir-se-á numa relação de longo prazo entre a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e entidades privadas, que limitará o acesso concorrencial de outras entidades, muitas delas os empreiteiros locais, à participação na construção da coisa pública, o que poderá acarretar para os agentes económicos regionais uma clara perda de oportunidades. Carecem, pois, de esclarecimento as seguintes questões: Estão claramente definidos os resultados a alcançar com a parceria, o nível da qualidade pretendida e está avaliado o impacto desta parceria na economia regional? O investidor privado, sendo responsável pela negociação do financiamento dos investimentos e tendo claramente, o Dr. Rosa muito bem sabe, um custo de financiamento de capital privado muito superior ao custo de um financiamento de capital público, isto implicará acréscimos de custos financeiros para a sociedade, está devidamente avaliado se os ganhos de eficiência obtidos são suficientes para compensarem os custos financeiros acrescidos para a entidade pública? Foi desenvolvido previamente pelo Executivo um modelo financeiro, que permita a obtenção de um custo público comparável, para o prazo previsto da duração da parceria, que justifique a necessidade e a durabilidade desta parceria? Foi feita a verificação prévia da sustentabilidade económica, financeira e social deste pacote de projectos? Está garantido o seu enquadramento orçamental e estão asseguradas as condições que evitem necessidades futuras de reequilíbrio financeiro? Foi feita uma orçamentação plurianual previsional, que permita avaliar no tempo de uma forma rigorosa e objectiva os custos e os benefícios desta solução, permitindo responder aos compromissos financeiros a assumir em todo o processo? Está devidamente assegurado que o capital social e os prováveis passivos de investimento ocorrentes não contribuirão para o endividamento da Autarquia? Agradeço resposta a todos estes esclarecimentos. Muito obrigado. =====

===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD.* =====

===== *Relativamente ao ponto em discussão, eu tinha algumas observações a fazer e que são as seguintes: Aquilo que estamos a discutir tem a ver com uma possibilidade que a Lei permite, a Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro, que alargou a possibilidade dos Municípios criarem parcerias público-privadas, numa óptica empresarial. Portanto, em primeiro lugar, começo por sublinhar que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não descobriu neste momento a pólvora, nem foge às suas responsabilidades, nem encontrou um instrumento que não seja um instrumento que a Lei prevê. E, portanto, este instrumento permite em última análise o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva e em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e/ou pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado e se isto é válido para Oliveira de Azeméis, e não é uma excepção, recordo, quem tiver boa memória e quem acompanha estas questões, que há outros Municípios que utilizaram e utilizam este instrumento. E para não ir muito longe, eu podia lembrar que vários são os Municípios, por exemplo do PS, que utilizaram este instrumento para construir os equipamentos que a sua gestão não conseguiu de outra forma. E, portanto, se aqui foi dito que a gestão de Oliveira de Azeméis por esta razão, também por esta razão, é ruínosa, significa também que estes Municípios que eu também elenquei têm obviamente uma gestão ruínosa, na óptica do Partido Socialista de Oliveira de Azeméis. E já agora, recordo que esta questão da gestão que passa pelas parcerias público-privadas é também apontada como um instrumento válido, por exemplo, pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e por um estudo que foi elaborado pela Faculdade de Engenharia do Porto. E já agora, para não me alongar muito, até porque o Senhor Presidente dará e deu as explicações que julgar convenientes, tantas foram as interpelações e porque já estamos com um adiantar da hora, cito o Mesquita Machado, Presidente da Câmara Municipal de Braga, que diz o seguinte: “Esta é uma fórmula que outros Municípios encontraram para fazer mais rapidamente obras que à partida não irão ser abrangidas pelo próximo Quadro de Referência Estratégica Nacional”. Portanto, aqui também temos uma referência de um Autarca, de referência neste País, e que utiliza o mesmo instrumento para utilizar e para construir os seus equipamentos que não tem possibilidade de o fazer de outra forma. Por isso, pensamos que se trata de uma medida acertada, que visa dotar Oliveira de Azeméis de equipamentos necessários que de outra forma, e atendendo às constricções orçamentais que são conhecidas de todas, demorariam ainda muito tempo a serem efectivados.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP.* =====

===== *Senhor Presidente, na última intervenção, numa das Sessões anteriores, falei que a Câmara Municipal onde estivesse que era um pólo de desenvolvimento. E discordo, como discorda a gente do meu Partido, que a Câmara Municipal, a construir-se, seja no sítio onde vai ser. Seria a mesma coisa que meter três gemas no mesmo ovo. Já hoje, na Rua Dr. Albino dos Reis, é caótico o trânsito, impedindo até muitas vezes que os autocarros destinados ao Hotel tenham o seu poiso. A área é insuficiente. Não é que a Câmara não deva ser feita, é justa, até já é atrasada, mas feita sim noutra sítio, e V. Exas. têm a quinhentos metros, a mil metros, a dois mil metros, dentro da freguesia de Oliveira de Azeméis, área suficiente para fazer uma coisa airosa, que dê na vista. Não somos do contra por dizer isto. Naturalmente que é necessário*

*também pensar que nessa rua, ou perto da Praça da República, que há um edifício do tempo dos monárquicos, que salvo erro é do século XVI, alguns do século XVII, alguns do XVIII, por exemplo a Casa do Pechão há uma salada que não gosto de ver desse tipo. Naturalmente que louvo pelo facto de Oliveira, que é o símbolo da paz E que nós temos desde os tempos de Olivaria, vem enriquecer os Paços do Concelho, mas colocá-las lá, Senhor Presidente, temos que ser mais audazes. Isso é um aspecto. Outro aspecto, é saber que a Câmara vai entrar com parte correspondente à Casa Sequeira Monterroso, que devia ter uma ocupação como zona de cultura, em vez daquilo que estava projectado, que era para Pousada da Juventude, que devia um sítio onde muita gente obrigatoriamente fosse. Nada tenho a dizer quanto à Biblioteca Municipal, mas tenho o dever e a consciência de dizer que aprovo e aplaudo que as piscinas de Cucujães sejam feitas. Só um pequeno senão, tê-las, ou construí-las, será fácil e a manutenção será possível? Mas faça-se, porque aquela terra tem direito. Não tenho objecção nenhuma a fazer em relação aos estaleiros. Correctíssimo, foi isto que estava determinado, querem sair de onde estão, saíram em parte de onde estão e naturalmente que têm que ir para um sítio. Estamos de acordo, até porque o terreno deve ser muito mais em linha de conta do que aquele que venderam. Depois, as urbanizações, o loteamento no concelho de Oliveira de Azeméis. Pois eu acho que devia ser feito, porque se não vamos cair, porque em Oliveira de Azeméis ou há construção na vertical, que está a ser abandonada do ponto de vista energético, que não interessa, eu posso dizer que parece um aldeamento à moda do que eu vi há pouco tempo em Alviães e que eu fiquei com os “olhos em bico”. Casas unifamiliares que faltam em Oliveira de Azeméis e é um bom passo, daí longo, nesse aspecto longo. Portanto, Senhor Presidente, para além disso quero fazer perguntas. A primeiro, quanto paga por dia o Município de Oliveira de Azeméis e quanto irá pagar durante estes vinte e cinco anos? Como tenho no passado falado sobre isso, quero dizer que uma das poucas vezes que estive com o Senhor Arqt.º Alegria, o Senhor Arqt.º Alegria, quando foi alugado o antigo colégio e também antigo liceu, disse-me:” isto é um negócio desastroso, o que estão a pagar de renda dava para a Câmara já naquela altura”. Estou-me a referir à altura em ele disse, para ter um Paços do Concelho só deles. A Câmara atrasou e o atraso de muitos anos conduziu muitas vezes a ajudar que o défice seja maior. Gostamos que se desenvolva o concelho, amamos o crescimento de Oliveira de Azeméis, temos que redefinir o que aí está. Concordamos na essência com muitas coisas, mas Senhor Presidente, pela última vez lhe peço, os Paços do Concelho naquela zona, desculpe, mas numa casca uma gema é o certo, duas é demais, três é terrivelmente demais. Muito obrigado. =*

*===== Findas as inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====*

*===== Eu iria iniciar e dizer que os projectos que estão elencados, são projectos que fazem parte do nosso plano, que fizemos e que sufragamos e, por isso mesmo, não fomos buscar outros, e também tínhamos aqui por detrás a questão económica. Fomos buscar projectos de obras que nos criasse economia das rendas e que tivéssemos edifícios próprios, tivéssemos até edifícios próprios, porque efectivamente hoje paga-se rendas muito elevadas e a Câmara está a pagar rendas muito elevadas. Falou-me em dois ou três, mas há também a Universidade, o Pólo da Universidade Aveiro Norte, que nos leva bastante dinheiro, mas essa vai ter dinheiro através do QREN, vai ser possível através do QREN. Estas obras não tinham possibilidade de financiamento do QREN e por isso mesmo julgamos que era o momento de apostar neste tipo de parcerias. E posso-vos dizer, não temos receio nenhum, temos uma equipa a trabalhar connosco, que com certeza hoje poderá dar algumas explicações relativamente a algumas*

*matérias técnicas do processo. Eu antes de vir para a Assembleia Municipal fui assistir à assinatura dos contratos com as empresas que vão fiscalizar e que vão executar uma série de troços de auto-estrada. e que foi feita uma público-privada com essas empresas e o Governo, o próprio Governo. É um método, as estradas hoje vão ser todas feitas desta forma, com parcerias público-privada. E eu estive a assistir às assinaturas dos acordos com o conjunto de empresas que ganharam o concurso dessas mesmas estradas, onde tem a A32. É um método que o Governo está a utilizar, assim como outras Câmaras também estão a utilizar. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para dar mais explicações. =====*

*===== Como o Senhor Presidente disse, de facto, foram várias as intervenções, o rol de questões foi também considerável, eu consegui registar algumas, aquelas que me pareceram também mais pertinentes, peço-vos desculpa desde já se porventura alguma me passar em claro, de qualquer forma estaremos, naturalmente, disponíveis para esclarecer. Se porventura não for capaz de vos esclarecer também, atendendo a alguma particularidade de algumas das questões colocadas, naturalmente que pediremos então ao nosso apoio para que dê os esclarecimentos necessários. O que é que eu gostava de começar por dizer? Em primeiro lugar, relativamente à observação feita pelo Senhor Óscar Oliveira, naturalmente que este meu esclarecimento não pretende de modo algum contribuir para que mude o seu conceito e o seu princípio relativamente a esta temática. No entanto, faz uma afirmação que o Município de Oliveira de Azeméis se encontra a entregar a sua gestão a privados, não é de todo este o propósito desta parceria. É antes disso, em vez de entregar a gestão a privados, aquilo que pretendemos fazer é juntar esforços com esses privados e tirar partido também daquilo que eles são mais especializados em fazer e que podem naturalmente ser um contributo útil à Autarquia. Obviamente que temos a noção da relevância da definição clara das regras desta relação e é aqui, de facto, que está a pertinência desta matéria. O Dr. Fernando Pais fez uma intervenção absolutamente sensata e ponderada relativamente à análise que fez dos documentos. Obviamente que fez aí algumas notas relativamente a modelos alternativos, digamos assim, de abrir ou fechar um pouco mais aquilo que é a definição do procedimento para a adjudicação. De facto, a perspectiva do Município de Oliveira de Azeméis com estas peças foi ter aqui um modelo suficientemente aberto, digamos assim, mas também suficientemente trilhado, no sentido de salvaguardar aquilo que para nós é essencial que venha a ser contemplado no âmbito desta parceria. Agora há aqui uma questão também que é importante referir e que fique bem claro e eu penso que isto mata alguns dos receios, nomeadamente os que o Senhor Óscar apontou há pouco, é que nós não estamos aqui a fazer uma proposta para adjudicar uma parceria, nós estamos aqui a aprovar os documentos para lançar o concurso. Portanto, a adjudicação há-de vir aqui em devido tempo, se Deus quiser dentro de não muito tempo, e aí sim a pertinência de algumas das questões hoje levantadas terá uma pertinência adicional, na medida em que terá havido um júri que apreciou e que viu se foi de encontro ou não aquilo que foram as propostas apresentados pelos privados aos melhores interesses do Município. Agora, respondendo um pouco àquilo que disse o Dr. Fernando Pais, aquilo que foi de facto, ou que foram de facto as grandes linhas mestras traçadas pelo Município, que de algum modo condicionam e são exclusivas relativamente às candidaturas dos privados, foram essencialmente estas: que relativamente ao acordo de accionistas e cooperação técnica e financeira terão que ficar consagradas claramente as regras de repartição de riscos do projecto entre o Município e os parceiros privados. Dizendo mais ainda, que este acordo tem de salvaguardar claramente que a maioria dos riscos contratuais recaia sobre o parceiro privado, nomeadamente os riscos de*

construção, os riscos de financiamento e os riscos de disponibilização dos equipamentos. Ao parceiro privado caberá ainda, naturalmente, negociar as condições bancárias, que o Eng.º Joaquim Jorge há pouco também referiu e portanto não estou a dizer nada de novo relativamente a todo este processo. Agora há aqui uma última questão, que sendo se calhar aparentemente muito abrangente, é ela em si a mais importante de todas relativamente a todo este processo: é que o acordo de accionistas e de cooperação técnica e financeira assegurará ainda, forçosamente, que a actividade desenvolvida pela sociedade anónima constituída respeitará o interesse público municipal que presidiu à sua constituição. Esta é uma afirmação que sendo genérica ela própria encerra em si uma garantia, ou melhor uma condução das propostas que naturalmente condicionará muito no júri que venha a fazer a apreciação deste processo. O Dr. fez ainda aí uma outra proposta que eu retive, aliás ainda de chegar à proposta, enfim estou de facto a saltar algumas das questões mas eu penso que de algum modo algumas delas já se vão respondendo. A questão dos quinze dias diz que é curto, de facto, mas a nossa experiência e o aconselhamento que temos aponta para que assim seja, isto tem sido a prática, de facto tivemos a possibilidade de consultar um conjunto de processos publicados em Diário da República, e esta tem sido a prática generalizada ao longo do País. Foi tão somente isto a indicação para os quinze dias que utilizamos, portanto acreditamos que seja, até porque temos aqui também um benefício em relação a outros processos em que o Município do Oliveira de Azeméis tem sido pioneiro, de facto, neste não é pioneiro e estamos aqui humildemente a ir atrás de outras práticas que também já fizeram. Agora aquilo que eu queria referir e que, naturalmente, eu penso que a Assembleia Municipal, e a Câmara Municipal nomeadamente, estará perfeitamente sensível a isso, a bem da transparência também, é de facto a possibilidade de se equacionar a constituição de uma comissão de acompanhamento da actividade da sociedade. Acho perfeitamente normal, para que haja total transparência, total clareza e que haja de facto aqui a apaziguação dos espíritos relativamente a este modelo que venha a ser constituído. Portanto, naturalmente, neste momento será precoce estarmos a discutir esta matéria, no entanto é uma oportunidade e uma proposta que terá pertinência com certeza no futuro. Já agora enfim aqui um reparo do Senhor Óscar, eu vi que analisou muito detalhadamente o processo e identificou precisamente, então é um homem de sorte tem de jogar no euromilhões hoje porque acertou precisamente numa parte do processo onde, de facto, há um lapso, embora um lapso que não é relevante. Diz aí que há uma referência no que diz respeito aos loteamentos, ao lote oito penso eu, uma ponta que está junto ao Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho. De qualquer forma é um lapso irrelevante, diria eu, do ponto de vista processual, uma vez que é uma peça que faz parte do relatório de avaliação do perito avaliador, enfim é uma planta apenas que tem lá essa marca que não tinha sido apagada, mas nas peças processuais que serão entregues aos concorrentes esse lapso está corrigido, portanto essa disparidade que identificou, e bem, está corrigida, esse aí é que não está, exactamente. Foi só para não ficar a dúvida no ar relativamente à questão que colocou. O Dr. Fernando Ferreira disse há pouco também, isto não estando expresso nestas peças, e finda a sociedade o que é que acontece aos bens? Eu penso que embora neste momento seja extemporâneo na generalidade dos bens definirmos isso, mas eu penso que na defesa da prossecução do interesse público só serão admissíveis, embora isto não seja dito expressamente neste momento, só serão admissíveis propostas que garantam ao Município que findo o prazo da licença de direito de superfície, naturalmente, revertam integralmente os equipamentos para o Município. Aquilo que eu queria dizer é que, de facto, aquilo que será um critério de avaliação, ou seja, que é defesa do interesse do Município, é que findo o prazo desta vigência, ou seja, que nas propostas dos parceiros privados que se candidatem que tenha forçosamente essa cláusula ter que ser salvaguardada, portanto para salvaguardar o interesse público do Município e para que não haja essa dúvida.

*O Eng.º Joaquim Jorge fez um conjunto de questões, seguramente pertinentes, enfim eu tive alguma dificuldade pela celeridade com que ele as apresentou, em as anotar a todas, peço desculpa. Impacto na economia regional: obviamente que nós não podemos fazer uma análise do impacto na economia regional neste momento, porque não sabemos a quem vai ser adjudicado. Se for adjudicado a empresas locais, a um consórcio de empresas locais, o impacto será naturalmente excepcional; se as empresas que forem adjudicadas subcontratarem, esse seria um cenário hipotético que teríamos que fazer e que seria descabido. Relativamente às garantias de capacidade financeira do Município, esta era outra questão que eu gostava também de dizer de enquadramento, porque não tem tanto a ver com formatação deste processo mas com o seu conceito. O Município de Oliveira de Azeméis, independentemente das circunstâncias financeiras em que se encontrasse, como qualquer outro no País, este processo tem sempre pertinência, na medida em que visa dotar o Município, qualquer que seja, de um conjunto de equipamentos que entende estratégicos e o Município entendeu que estes equipamentos são estratégicos e naturalmente diminuir o seu esforço financeiro do seu pagamento ao longo da vida útil. Fazemos as nossas casas, independentemente se temos dívidas ou não temos, se temos mais ou menos vencimento, naturalmente que temos que ter a nossa capacidade de cumprir o nosso pagamento, mas vamos ao nosso Banco pedir dinheiro para fazer a casa, enfim a regra e o raciocínio é um pouco este. Portanto, a capacidade financeira do Município para fazer face aos compromissos, em primeiro lugar temos que saber quais são esses compromissos que decorrerão naturalmente das propostas, nomeadamente da proposta vencedora, mas obviamente que temos, de acordo com os estudos que temos feito, aqui a perspectiva, aliás se assim não fosse não avançaríamos para este processo, de que o Município terá a garantia da capacidade para fazer face a estes compromissos, tanto mais que uma parte substancial dos compromissos que passará a ter não são mais do que uma transferência de compromissos que já tem actualmente. Recordo, e isso não está expresso aqui, mas penso que poderei aqui referi-lo, e peço desculpa de me estar a alongar, mas referi-lo, é que para além dos Paços dos Concelhos e dos estaleiros municipais que eles próprios em si encerram aqui uma transferência de esforço financeiro, é a perspectiva da Câmara Municipal também no que diz respeito à Biblioteca Municipal, aí seja instalado o Centro de Línguas, que actualmente está num espaço externo à Câmara Municipal e que a Câmara está também a pagar. Por outro lado, teremos aqui um impacto não financeiro, que é a atracção de um conjunto de jovens diariamente para um espaço que pretendemos dinamizar no centro da cidade. A questão da contagem ou não para o endividamento municipal, esta parceria nos termos em que é constituída e sendo sustentável, é que de facto não consolida nas dívidas do Município. Portanto, é claro isso, temos perfeita convicção relativamente a isso, se assim não fosse obviamente não seríamos irresponsáveis ao ponto de aprovar ou de apresentar a esta Assembleia o que quer que fosse, que fosse contra aquilo que a Lei nos obriga. Penso que eram estas essencialmente as questões que colocaram. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== É uma matéria, como disse há pouco, interessante, há mais pedidos de palavra, pelo que apelava à capacidade de síntese. =====*

*===== Aberto novo período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição do Dr. Fernando Pais Ferreira, Senhor Óscar Oliveira, Senhor Helder Simões e Dra. Helena Terra. =*

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS.* =====

===== *Apenas como intróito desta minha segunda intervenção, só queria alertar e que o Dr. António Rosa me explique qual é o pensamento do Município, na pessoa da Câmara Municipal, no que respeita à questão das entradas em espécie, referentes às transmissões onerosas do direito de propriedade plena e do direito de superfície. Só aqui uma achega, na constituição da sociedade anónima, aliás como resulta da própria Lei, estabelece que o Município será representado na Assembleia Geral a constituir por indicação da Câmara Municipal. Eu entendo que neste aspecto, neste aspecto, se deveria também da mesma forma que eu referi há bocado de ter ido mais longe, porque parece-me que uma representação simples na Assembleia Municipal é o que cada accionista tem, quer dizer isto não versa qualquer direito especial que seja constituído. Portanto, neste aspecto e no aspecto das parcerias também a Câmara Municipal, mesmo no decurso deste lançamento desta proposta devia ser mais exaustivo quanto à intervenção. A outra situação que cria, que também não é de toda uma situação a desprezar e que ainda ninguém falou aqui, é o facto das negociações estabelecidas relativamente aos terrenos que não são propriedade do Município. E esta questão para mim, é uma questão importante. Desde logo, porque se nós virmos aqui, estabelece duas distinções entre o que é sociedade e o que é o Município, ou seja, pela leitura deste depoimento resulta que a sociedade tem obrigações e o Município tem outras obrigações distintas. Eu entendo isso como uma verdadeira parceria público-privada, ou seja, nós não vamos distinguir o que é competência da sociedade e o que é competência pública. Aliás, aqui está referido o seguinte “caso a sociedade não consiga obter dos proprietários o acordo necessário para aquisição dos imóveis mencionados no número anterior, caberá ao Município proceder à sua aquisição, mediante a correspondente compensação pela sociedade ao Município”, ou seja, dito de outro modo, se a sociedade não fizer o negócio, faz o negócio a Câmara e depois debita-o à sociedade. Não me parece claro, parece-me que de facto isto merece alguma explicação. E depois há uma outra situação que também aqui ninguém referiu, que é referente à instalação do equipamento social na Vila de Cucujães. O terreno dado em direito de superfície, jugo que não estarei aqui a enganar-me, serão à volta de trinta mil metros, vinte e cinco ou vinte e seis mil metros e o terreno para a instalação da infra-estrutura é um terreno substancialmente inferior, são quatro mil metros. A pergunta que se impõe numa situação destas é a seguinte: aquele terreno vai ficar desaproveitado durante vinte e cinco anos, eu digo desaproveitado a não ser que conste também na proposta a entregar pelas entidades privadas algum destino, só que acho que a Câmara Municipal também devia prever a utilização dessa parte sobrance, no sentido de dinamizar, porque vinte e cinco anos são no mínimo duas gerações, ou isso. Portanto deverá haver também algum cuidado na análise desta situação. Entretanto, e uma última situação, mas que é se calhar uma dúvida de mim próprio, se calhar ninguém tem, é relativamente à realização dos loteamentos no concelho de Oliveira de Azeméis, ou seja, segundo eu percebi pela leitura, a sociedade a constituir compra os terrenos, a Câmara loteia-os e depois a sociedade vende. Não é rigorosamente assim. Eu depois também queria ver e queria ver se há algum critério na alienação posterior dos lotes. Muito obrigado.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV.* =====

===== *É muito rápido, Senhor Presidente. É evidente Senhor Vereador que nós temos concepções diferentes na gestão do Município, porque se não seria muito mal, é perfeitamente*

*natural. Agora, nós sabemos o que é o privatizar, aliás há afirmações recentes do Senhor Presidente da Câmara em relação à possível privatização da água e nós daqui a algum tempo iremos fazer as ilações, porque nós temos aqui um concelho aqui ao lado, que é Santa Maria da Feira, que há meia dúzia de anos privatizou a INDÁQUA a água e viu-se quanto é que os Municípios estão a pagar de água, deve ser das mais caras aí das redondezas. Agora, nós sabemos o que é isto de privatizar e há formas de privatizar, mas eu penso que este negócio, e digo que eu li mais ou menos, não li com atenção, porque ao abrigo do Regimento o tempo que nós temos para os documentos, aquilo é um processo muito complexo, são “n” de documentos, muito complexos, que necessitam de uma leitura muito mais atenta. Nesse aspecto e na nossa óptica, há algumas incongruências e como tal coloquei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal um requerimento que gostaria que lesse em relação à retirada deste ponto e da qual o Senhor Vereador não me respondeu, que é em relação ao que está no documento, nos termos de referência, no ponto 3.2, que “não dá a cara com a careta”. Em relação a outro ponto, que é aquele ponto, e só aí se faz referência, não à biblioteca e à Casa de Monterroso, mas a equipamentos culturais, de interesse histórico e patrimonial e também a edifícios multifuncionais e não a um edifício e faz referência não só a dois loteamentos mas faz referência a loteamentos. Dois loteamentos são dois loteamentos; loteamentos podem ser dois como podem ser vinte. Por isso é que pergunto em que é que ficamos e nesse aspecto acho que o Senhor Vereador não respondeu, porque achamos que há uma incongruência em relação ao aspecto do anúncio e em relação ao aspecto dos termos de referência. Eu gostaria que o Senhor Vereador me respondesse. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====*

*===== Tentando ser sintético, Senhor Presidente, duas ou três questões muito claras. Uma delas já foi aqui levantada pelo meu Colega Fernando Pais relativamente ao terreno excedente em Cucujães, portanto os tais vinte e dois mil metros que não é definido em lado nenhum qual é a sua utilização, se está em condições de garantir a esta Assembleia que não vai lotear aquele espaço, que não vai ser loteado e não vai ser cedido à especulação imobiliária. É um espaço privilegiadíssimo em Cucujães e de um terreno do Município, para que seja canalizado para esse fim. Outra questão que eu gostava de colocar, também posso estar errado, mas tenho a ideia que este é o terreno onde estava previsto durante dez anos a construção do Centro Cívico em Cucujães. Essa ideia caiu por terra ou não caiu por terra? Posso estar equivocado, mas tenho a ideia de que é o terreno que estava previsto para esse local. Outra questão que eu gostava de lhe colocar também muito claramente, também estou ciente que o terreno onde vão ser implantados os estaleiros é onde hoje em dia estão os caulinos, portanto o terreno que a Câmara Municipal vai supostamente adquirir são vinte e tal mil metros quadrados e se vai adquirir os caulinos e em que condições, porque adquirir os caulinos e repor aquele terreno todo nas suas condições naturais é uma despesa muito onerosa se for a cargo do Município. O terreno até pode ser dado, porque a sociedade liberta-se do custo da requalificação do espaço, portanto, o terreno barato sai caro, portanto é bom que tenhamos, e não temos, isto acautelado. São estas as três questões que gostava que o Senhor Presidente, ou Senhor Vereador, respondesse. Em relação às parcerias público-privadas isto está previsto na Lei, não é necessariamente nem bom nem mau. Está previsto na Lei, mas podem ser bem usadas ou mal usadas, e há bocado o Prof. Isidro Figueiredo falou de Braga, isto é previsível, eu já me documentei sobre Braga e também lhe vou dizer o que é que penso disso em Braga. Braga tem saneamento quase a cem por cento e tem uma série de coisas a cem por cento. É completamente*

*diferente, mas eu vou ler “Face aos graves condicionalismos financeiros que resultam dos desmandes recentes, de que os Presidentes de Junta são as principais testemunhas (aqui também), a maioria do PS na Câmara Municipal de Braga achou que não havia melhor alternativa para fazer obra sem pagar a conta e deixar a factura para os Autarcas e as gerações vindouras. Vai daí resolveu aderir ao modelo de parcerias que outras Autarquias já estão a implementar e que se traduzem num mero endividamento encapotado em que crescem outros condicionalismos pouco abonatórios que oportunamente denunciámos e transmitimos às entidades competentes, nomeadamente à Comissão Europeia, Ministério das Finanças e Tribunal de Contas (nós não queremos fazer nada disso). Hoje, dia 12 de Novembro de 2007 nos noticiários da Antena 1, começamos por ouvir os duros reparos de Saldanha Sanches e Medina Carreira ao modelo em questão, para se ficar depois a saber que o próprio Governo do PS decidiu alterar de imediato a Lei das Finanças para impedir a proliferação desta fraude à Lei em vigor”. Isto é o que o PSD diz em Braga. Depois ainda vai mais longe, é que a coligação “Juntos por Braga”, porque lá é PSD/ PP e PPM, considera a parceria público-privada aprovada pelos Socialistas com vista à construção de equipamentos de interesse municipal, mais do que uma cambalhota, mais do que questões partidárias e políticas há nesta parceria aspectos económicos preocupantes saídos de uma Autarquia que viu o terreno fugir-lhe dos pés, que viu os erros que fez no passado e tenta remediar de supetão o vazio de um mandato. Eu quase que dizia que o Ricardo Rio aplica-se claramente aqui em Oliveira de Azeméis. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS. =====*

*===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu também tenho alguma dificuldade em ser sintética em alguns assuntos, mas vou fazer todo o esforço ao meu alcance. Primeiro, não estou preocupada com as parcerias público-privadas em mais lado nenhum se não em Oliveira de Azeméis. Este é o meu ponto de partida e, portanto, não vou falar de mais nenhum exemplo. Em primeiro lugar: parcerias público-privadas é uma previsão legal, portanto perfeitamente possível. Se me perguntarem a mim, a minha opinião sobre a bondade deste modelo em termos abstractos, eu tenho para dizer previamente o seguinte e que pode funcionar como a minha declaração de interesses se quisermos: eu acho que este sistema é o único que permite que no nosso País, não só ao nível estatal, mas também ao nível autárquico, suprir a incapacidade orçamental geral para se conseguir fazer investimento neste momento, porque se é certo que o Orçamento de Estado tem uma coisa que é chamado Pacto de Estabilidade e Crescimento que tem que cumprir, se não está “à pega” com a Comissão Europeia. Os Municípios têm uma coisa que é chamada Lei das Finanças Locais que têm que cumprir, se não estão “à pega” com o Orçamento de Estado. E, portanto, esta é a minha declaração de interesses do ponto de vista abstracto. Acho que esta é a única forma de se obstar à incapacidade orçamental geral para se fazer algum tipo de investimentos. Portanto, quero que sobre isto não reste nenhuma dúvida. Mas como digo, só estou preocupada com o caso de Oliveira de Azeméis. Outra declaração de interesses prévia ao que vou dizer, e isto só relativamente a Oliveira de Azeméis, quanto às obras públicas elencadas por esta via, estou perfeitamente de acordo com todas elas, aliás elas são objecto dos programas eleitorais sucessivos dos vários Partidos aliás, e portanto não é só do PSD. Se algum comentário teria a fazer a esse propósito, é que pecam por tardias. Portanto, estou de acordo com todas elas. Não vou lembrar uma série de coisas passadas, nomeadamente de propostas e contrapropostas neste e noutros Executivos, do qual ambos, eu e o Senhor Presidente fizemos parte. Não vale a pena. É uma questão de consultar as actas e toda a gente averiguará o que se passou no que toca a propostas e contrapostas a propósito de algumas*

*destas obras, mormente Paços do Concelho, mas não tenho tempo para isso, só tenho dois minutos e meio. Quero referir o seguinte: esta proposta que hoje estamos a avaliar, é certo que nós hoje só estamos chamados a decidir, a deliberar sobre a constituição ou não de uma sociedade anónima com vista ao fim parcerias público-privadas. Todavia, nós temos que pensar onde é que determinado caminho nos conduz quando o vamos iniciar, e este é de facto o primeiro passo para iniciar este caminho. Ora bom, nós não nos podemos esquecer que daqui a três, quatro, pontos da Ordem de Trabalhos, vamos discutir uma coisa que se chama situação financeira do Município de Oliveira de Azeméis. E há pouco o Helder Simões referiu uma coisa importante, é que as Leis são todas intrinsecamente boas, a sua aplicação é que pode ser boa ou má, consoante a aplicação e o caso concreto a que se aplica. E no caso de Oliveira de Azeméis pode vir, e eu quero referir que vou fazer uma intervenção absolutamente sensata e o mais cautelosa possível, pode vir a transformar-se num mal, e eu passo a explicar porquê: toda a gente sabe qual é a situação financeira do Município de Oliveira de Azeméis actualmente, é que até agora era só o PS que dizia que o Município de Oliveira de Azeméis estava numa situação financeiramente estrutural gravíssima, mas hoje não é só o PS que diz, hoje são pessoas e entidades que nos merecem credibilidade. É um relatório de uma entidade externa, que foi pedida pela Câmara, que o afirma claramente e é o Tribunal de Contas que o afirma claramente. E, portanto, não pode restar na mente de qualquer um de nós nenhuma sombra de dúvida sobre isto. Ora bom, eu temo, até por uma série de coisas que foram referidas, nomeadamente a forma de participação no capital social desta sociedade e o facto do capital social desta sociedade ser só o mínimo que a Lei exige para a constituição de uma sociedade anónima, pode levar algumas mentes a pensar, e eu confesso que não quero ver na mente de nenhum dos Senhores que integram este Executivo esta intenção, mas pode-se chegar lá. Pode parecer este o plano B para conseguirmos o que não conseguimos com o plano A, ou seja, embolsar dinheiro, porque vamos transferir património para uma sociedade anónima. - Eu prometo, Senhor Presidente, vou já acabar. - O que é que acontece? Nós podíamos optar por incluir isso, todo o património que vamos transferir, em realização de capital. E eu pergunto, porque é que não? Até podíamos começar pelo capital mínimo. O Dr. Fernando Pais já deixou uma sugestão, eu deixo outra, nós no dia a seguir, podíamos transformar aquilo que é o excesso do valor dos bens que vamos transferir em prestações suplementares de capital, que no futuro iriam garantir aquilo que são as rendas que nós temos que pagar, e isto porque não é possível, como sabemos, a consignação de receitas num Orçamento neste País. Portanto, esta era uma das possibilidades. Quero chamar a atenção do seguinte: já se percebeu que esta Lei pode-se transformar num enorme monstro e só por isso, provavelmente, é que foi alterada a Lei do Orçamento de Estado no que toca à alínea b) do n.º 2 do art.º 36.º. Meus caros senhores, eu penso que temos que ter atenção, porque o n.º 3 do art.º 31.º da Lei n.º 53-F, implica obrigações para o Município, no caso de resultados económicos com prejuízo e isso contribui fortemente para o nosso endividamento e é calculado nos termos da última alteração feita à Lei do Orçamento Geral do Estado. E eu queria ainda referir um outro pormenor para acabar, que é o seguinte: há muita nuvem a este propósito. Quando nós vemos nos anexos que constituem esta proposta algumas coisas tais como o Dr. Fernando Pais já referiu aqui e muito bem, e ninguém lhe respondeu sobre isto, que é forma de contabilizar um projecto de estatutos adequado ou não adequado, quando não se diz o que é adequado ou não adequado, com uma ponderação de zero ou dez e com uma ponderação final para efeitos de resultado de concurso de 0,15%, meus caros senhores tenho a certeza que não será, mas pode parecer a fotografia do concorrente que nós podemos ver escolhido no final do concurso. Quero acabar dizendo o seguinte: parece-me sensato que possamos votar favoravelmente a moção apresentada pelo Senhor Óscar Oliveira. Há muita coisa por esclarecer a propósito daquilo que nos é transmitido hoje e que eu acho que*

*é importante que seja esclarecido. Eu não quero uma vez mais, daqui a um ano, dois anos, ou mais, voltar a relembrar como em situações anteriores, eu lembrei que isto podia acontecer. Eu aprendi que as cadelas apressadas parem os cachorros cegos e, portanto, acho que esta é a altura para nós ponderarmos todos os obstáculos que podemos encontrar neste caminho que iniciamos hoje a trilhar. O dizer-se que já existe um esforço financeiro para isto, não nos sossega, por duas ordens de motivos: porque há um equipamento que ainda não tem nenhum esforço financeiro, que são as piscinas municipais de Cucujães, que são tão necessárias; e, o esforço financeiro dos equipamentos financeiros que já existem, nem de longe, nem de perto, se assemelha àquele que é necessário pagar em termos de rendas futuras. Eu só queria lembrar que nós para ficarmos sossegados quanto ao que dispõe o n.º 3 da Lei 53-F e o art.º 36 da Lei do Orçamento Geral do Estado, no mínimo era prudente que para o Executivo e para todos nós que temos, que somos chamados a votar sobre isto, tivéssemos no mínimo um estudo de sustentabilidade financeira, ainda que não seja para o período de vinte e cinco anos, pelo menos para metade desse período. Com isto repensado, com alguns aspectos esclarecidos, no mínimo com um estudo de viabilidade financeira que no garanta isto que acabei de referir, o PS está disponível para votar favoravelmente a esta proposta. Se o PSD quiser chumbar a moção apresentada pelo Senhor Óscar Oliveira, que nós estamos disponíveis para viabilizar, nós lamentavelmente e porque somos favoráveis ao princípio, mas reconhecemos que este é um momento financeiramente inadequado para entrarmos neste caminho sem mais, abster-nos-emos na votação que se seguirá. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Deixem-me dizer o seguinte: eu entendo que é uma completa falta de respeito pelo Presidente da Assembleia Municipal aquilo que se está aqui a passar. Peço imensa desculpa de o dizer, lamento, tenho-me esforçado ao máximo para o não dizer, mas tenho que o registar. Tenho que o registar. Porquê? Porque tem sido várias vezes que algumas Bancadas têm acusado o Presidente da Assembleia Municipal na condução dos trabalhos e isto tudo tem limites, tudo tem limites. Eu disse que cada Senhor Membro da Assembleia Municipal tinha dois minutos e meio e a Senhora Deputada Helena Terra acabou de usar da palavra durante treze minutos, treze minutos, e nem um pedido de desculpa ao Senhor Presidente, nem nada. Daqui a um minuto está a dizer que o Senhor Presidente é tendencioso, que é o não sei quê. Meus Senhores, tenham paciência isto é uma falta de respeito, é uma falta de respeito, porque estão aqui Senhores que são Presidentes de Junta que nem nas suas Assembleias de Freguesia deixam que estas coisas aconteçam. Sinceramente, e como eu não quero cortar a palavra a ninguém, a ninguém, porque não tem a ver com o meu princípio, não tem a ver com a minha forma de estar na política, mas também peço o seguinte: ou querem ajudar, ou então se não querem ajudar passamos a cumprir escrupulosamente o Regimento. - Não sei se a Câmara Municipal tem algo a adiantar relativamente às questões que foram colocadas, às dúvidas que estão para esclarecer. Senhora Deputada, acha que eu tenho algum gosto em dizer o que eu estou a dizer? Não tenho gosto nenhum. Senhora Deputada, agora a única coisa que eu lhe peço é o seguinte: é que se veja aquilo que muitas vezes é dito relativamente à tolerância, ou ao excesso de tolerância, que a Mesa da Assembleia Municipal tem dito. É só isso para as pessoas de vez em quando se lembrarem. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar explicações. =====*

===== *Eu acho que não são necessários mais esclarecimentos, depois de tudo o que foi debatido.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Está na Mesa um requerimento que foi apresentado pelo Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV, que eu vou passar a ler: “Estando a Assembleia Municipal reunida para apreciar a “Constituição de uma sociedade comercial para a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção de edifício multifuncional, estaleiros municipais, piscinas coberta de Cucujães e arranjos exteriores envolventes, requalificação da Biblioteca Municipal da Casa Sequeira Monterroso e realização de dois loteamentos no concelho de Oliveira de Azeméis”; Considerando existirem nos documentos em apreciação dúvidas e incongruências; Tendo em conta que a mais importante das quais está no conteúdo do Objecto Social da empresa a constituir que prevê “a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, requalificação, instalação, equipamento, conservação e manutenção de edifícios multifuncionais, estaleiros, piscinas cobertas de Cucujães, e arranjos exteriores envolventes, equipamentos culturais, de interesse histórico e patrimonial e loteamentos no concelho de Oliveira de Azeméis”; Considerando a importância das decisões a tomar que implicarão com a vida do Município, pelo menos nos próximos 25 anos; A Assembleia Municipal delibera: 1. Adiar a discussão destas matérias para a próxima Sessão; 2. Recomendar à Câmara Municipal que estude outras formas de prosseguir os mesmos objectivos sem alienar as responsabilidades municipais”. -- A Mesa aceitou esta proposta e vai colocar à votação esta proposta. Portanto, a proposta aponta para o adiamento para a próxima Sessão e faz uma recomendação à Câmara, para procurar encontrar outras formas para prosseguir os mesmos objectivos. Estão todos conscientes daquilo que vão votar? Muito bem. O proponente é o Senhor Óscar Oliveira e o Senhor Óscar Oliveira é que pode mudar a proposta. A Mesa aceitou esta e é esta que vai colocar à votação, que tem o ponto um e o ponto dois.* =====

===== *Ausentou-se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== *Colocada à votação a proposta apresentada pelo Senhor Óscar Oliveira, foi a mesma rejeitada por maioria, com os seguintes votos: contra – vinte e seis do PSD, um do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; a favor – quinze do PS e um do PCP-PEV e abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, sendo autorizada por maioria a constituição da sociedade comercial acima referida, com os seguintes votos: a favor - vinte e seis do PSD, um do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra - um do PCP-PEV; abstenções- dezasseis do PS.* =====

===== *Entrou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== **Ponto quinze:** *Empréstimo de curto prazo para o ano económico de 2008 – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada uma proposta acompanhada dos elementos comprovativos das condições praticadas pelas diversas Instituições de Crédito, para*

*contratação de empréstimo de curto prazo para o ano de 2008, no montante até € 1.100.000,00 (um milhão e cem mil euros) destinado a ocorrer a dificuldades de tesouraria. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*===== Trata-se de um empréstimo de curto prazo, no valor de € 1.100.000,00 (um milhão e cem mil euros), que já foi aprovado e que aponta para adjudicar ao Banco Santander Totta. =*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Óscar Oliveira. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====*

*===== É só para perguntar para que efeito é este empréstimo, porque não tem aqui. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu: =====*

*===== Nós normalmente todos os anos fazemos este empréstimo de curto prazo, porque ele tem de ser pago dentro do ano económico em que é feito, e é para desafogo de tesouraria no início do ano. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, sendo deliberado por unanimidade autorizar a contratação do referido empréstimo. =*

*===== **Ponto dezasseis:** Orçamento e Opções do Plano do Município para o ano de 2008 – Aprovação. =====*

*===== Presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficar arquivados em pasta anexa ao livro de actas, elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*===== O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2008 definem claramente a estratégia adoptada pela gestão do Executivo Municipal. Os documentos previsionais apresentados deixam vincadas, a continuidade de uma gestão que prima pela coerência e pelo rigor, e as políticas seguidas nas diferentes esferas de actuação. Os arrojados níveis de investimento conseguidos ao longo dos últimos anos, e que agora vão sendo merecidamente colocados ao serviço dos Oliveirenses, foram possíveis porque apoiados em critérios rigorosos no plano da previsão e controlo da execução orçamental. Deste esforço resultou uma tendência crescente para a sustentabilidade económica e estabilidade financeira, permitindo promover o crescimento equilibrado do município, com a aposta em equipamentos de carácter infraestrutural, social, cultural e desportivo de grande qualidade e inovação. À elaboração do Orçamento e Plano para 2008, presidiram preocupações de equilíbrio orçamental, redução da*

*despesa corrente, redução da dívida global do município bem como, e acima de tudo, a gestão dos níveis de endividamento líquido municipal em conformidade com o novo enquadramento estabelecido pela Lei das Finanças Locais de Janeiro de 2007. A aparente desaceleração dos níveis de investimento reflectidos no Plano Plurianual de Investimentos, não é mais do que o resultado de uma abordagem de programação política e financeira assente em critérios de prudência face ao período conjuntural em que este orçamento é elaborado: - A conclusão de um conjunto de projectos cujo financiamento assentou substancialmente numa lógica de aproveitamento de um Quadro Comunitário de Apoio que se encontra numa fase de encerramento; - A fase de aquecimento para o arranque de um novo Quadro de Referência Estratégico Nacional que, pese embora nos alimente boas perspectivas de vir a engrossar os níveis de investimento municipais no decurso de 2008, não permite, ainda nesta fase, dotar financeiramente os projectos que o município tem em carteira. Na esfera da receita, constata-se a capacidade resultante de um esforço continuado de aumento das receitas próprias da autarquia muito por força de uma maior eficácia na sua arrecadação. Na vertente da Organização da gestão municipal, permanece a aposta na redução da burocracia, no aproveitamento das novas tecnologias da informação e comunicação com vista à simplificação de processos e decisões, e à melhoria da qualidade dos serviços, do relacionamento e da aproximação dos nossos clientes e munícipes à autarquia. Nesse sentido, já a partir de Janeiro, todo o atendimento ao munícipe será concentrado num único ponto reforçando assim, o Gabinete de Atendimento ao Munícipe, o seu papel de facilitador e de apoio ao relacionamento do munícipe com o município. Porque a aposta na implementação estruturada de um Sistema de Gestão de Qualidade na autarquia é, já não um projecto mas antes uma realidade (que, aliás, tem sido constatada por tantos outros municípios deste país que temos acolhido) continuaremos a consolidação dessa aposta com a certificação de mais serviços. Também o desempenho dos nossos colaboradores continuará a ser alvo de um processo de avaliação, encarado com grande seriedade e profissionalismo por todos os intervenientes. A definição de objectivos constitui uma estratégia de gestão que visa a melhoria contínua dos serviços e um cada vez maior nível de organização interna. Os documentos aqui presentes representam, na sua essência, a visão e estratégia do Executivo que lidero, perante as circunstâncias conjunturais que envolvem a sua acção. Certamente, sem que essas, visão e estratégia, fossem beliscadas, outras propostas poderiam ter visto o acolhimento nestas peças, não fosse a total ausência de apresentação de propostas por todos os partidos da oposição que foram, em devido tempo, chamados a pronunciar-se. Nestes documentos, reforçamos o nosso orgulho no presente e a nossa confiança no futuro. Esta firme confiança assenta, igualmente, na convicção de que, reconhecendo humildemente a importância de unirmos os esforços e a ambição da Autarquia às de outros com conhecimentos e capacidades complementares aos nossos, reforçaremos a capacidade para continuarmos a fazer mais e melhor por um concelho que acredita nas nossas capacidades e que aprova as nossas políticas. Tenho dito. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Óscar Oliveira, Armindo Nunes, Ilídio Lopes, Nuno Jesus, Dr. Isidro Figueiredo e Helder Simões. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====*

*===== Senhor Presidente, nos documentos que vamos hoje discutir, Orçamento e Grandes Opções do Plano, dizemos já discordar das prioridades estabelecidas, tendo em conta*

*a nossa lista de carências para o nosso concelho. Entendemos que o Município não pode estar orgulhoso das taxas de cobertura em matéria de abastecimento de água e de saneamento. Achamos mesmo, e dizemos com a frontalidade que nos caracteriza, que actualmente, sete anos depois de entramos no século XXI, que um concelho com taxas de cobertura de abastecimento de água e de saneamento, na ordem dos 53% e 45%, não pode sentir-se bem. Não é próprio de um País desenvolvido tais coberturas de abastecimento de água e saneamento. Achamos mesmo que é próprio de um País subdesenvolvido fixar como é feito no Plano Plurianual de Investimentos as verbas de € 700.580,00 (setecentos mil quinhentos e oitenta euros), ou seja, aproximadamente cento e quarenta mil contos para abastecimento de água, e € 1.783.000,00 (um milhão setecentos e oitenta e três mil euros), aproximadamente trezentos e cinquenta e sete mil contos para saneamento, não nos parece ser uma medida acertada, no sentido de resolver o problema. São verbas muito baixas para sairmos do marasmo em que nos encontramos. Abastecimento de água e saneamento para nós, CDU, ou se quiserem PCP, deveria ser contemplado com um plano realista e ambicioso, para no curto prazo deixar de ser um problema. Não se justifica que trinta e um anos de gestão democrática no Poder Local, não tenham sido suficientes para resolver esta necessidade básica. Em nosso entender o PSD, que tem conduzido os destinos do nosso concelho, não pode ter orgulho desta realidade, achamos mesmo que é uma vergonha. Por outro lado, vemos com muita atenção a resolução dos problemas básicos como os que falamos e outros, por várias razões. Sabemos da situação financeira e não temos confiança no rigor orçamental deste Executivo. Vemos, por exemplo, que em 2006 a taxa de execução financeira anual do Plano Plurianual de Investimentos foi de 53% e que em termos de receitas de capital se verificaram grandes diferenças entre o previsto e o arrecadado, pois a taxa de execução foi de 41%, a previsão era de cerca de vinte e dois milhões e ficou-se por pouco mais de nove milhões de euros. Este ano, nesta matéria de receitas de capital, parece-nos que continuamos na mesma, ou seja, estas receitas continuam empoladas e novamente não rigorosas. Por fim, voltamos ao saneamento, não queremos voltar a maçar-vos com o saneamento de fluidos, antes com o saneamento financeiro. A dívida do Município é um garrote que impede o desenvolvimento harmonioso do nosso concelho. Não sei se serão cinquenta e sete milhões, aliás é o que está aqui neste estudo da autoria deste grupo, em Junho de 2007, há pouco tempo eram cinquenta e três milhões, agora o Senhor Vereador ainda há pouco tempo disse-nos aqui que eram quarenta e três milhões, não sabemos concretamente qual é a dívida, é um valor exagerado para a nossa dimensão. Tentamos ver no Orçamento para 2007 sinais de preocupação quanto a este flamejado problema e não o encontramos. Pensamos ser urgente ter um plano de saneamento financeiro adequado às realidades do concelho, não um plano obcecado no défice, cego às necessidades de desenvolvimento equilibrado, mas um plano que permita diminuir as dívidas de curto prazo de modo significativo, recorrendo a financiamentos, naturalmente, mas que garanta a diminuição gradual da dívida e permita que o Município tenha um relacionamento saudável com os seus fornecedores. Sem isto não vemos um grande futuro para Oliveira de Azeméis. Obrigado. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, do PS, que interveio da seguinte forma: =====*

*===== Temos em discussão o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2008. Li atentamente o Relatório que acompanha estes documentos, na expectativa de apreender a estratégia do Município para sair da crise financeira em que está mergulhado. Li e retive algumas frases, elaboradas e tranquilizadoras, como por exemplo: “a continuidade de uma gestão que prima pela coerência e pelo rigor”, ou outra: “À elaboração do Orçamento e Plano*

para 2008, presidiram preocupações de equilíbrio orçamental, redução da despesa corrente...etc”, ou ainda: “A aparente desaceleração dos níveis de investimento reflectidos no Plano Plurianual de Investimento, não é mais do que o resultado de uma abordagem de programação política e financeira assente em critérios de prudência face ao período conjuntural em que este orçamento é elaborado”. Citei algumas frases do Relatório. Mas passando à análise das peças apresentadas, cedo concluí que afinal estas bonitas frases não correspondem ao que está plasmado nos diversos mapas previsionais que temos na nossa frente, não passando de exercício de retórica. Façamos então uma breve análise comparativa dos Orçamentos dos últimos quatro anos: 1 – Valor do Orçamento - É o mais modesto de todos os orçamentos deste período. De € 42.052.000,00 (quarenta e dois milhões e cinquenta e dois mil euros) em 2005, fica-se pelos € 40.689.000,00 (quarenta milhões seiscentos e oitenta e nove mil euros) em 2008. 2 – Despesa corrente - A despesa corrente, ao contrário do que diz o Relatório, sobe gradualmente, passando de € 20.223.000,00 (vinte milhões duzentos e vinte e três mil euros) em 2005, ano em que representava 48% do Orçamento, para € 22.397.000,00 (vinte e dois milhões trezentos e noventa e sete mil euros) em 2008, absorvendo a impensável fatia de 55% do Orçamento. E desta rubrica, importa destacar o seguintes verbas, pelo seu peso e pela sua natureza: A Despesa de Pessoal cresce continuamente em valores absolutos e em peso relativo. Em 2005 era de € 9.226.000,00 (nove milhões duzentos e vinte e seis mil euros), representando 46% da despesa corrente. Em 2008 previsione-se de € 10.443.000,00 (dez milhões quatrocentos e quarenta e três mil euros), o que corresponde a 47% da despesa corrente. 3 – Despesas de Capital - O investimento desce continuamente, passando de € 21.830.000,00 (vinte e um milhões oitocentos e trinta mil euros) em 2005, para € 18.292.000,00 (dezoito milhões duzentos e noventa e dois mil euros) em 2008. Em termos percentuais, significa que em 2005 o Investimento representava 52% do Orçamento, hoje representa uns modestos 45%. 4 – Fornecimentos e Serviços Externos - Também não reflecte o invocado esforço de contenção da Câmara. Na verdade, mantêm-se ao nível do ano anterior, na casa dos € 9.200.000,00 (nove milhões e duzentos mil euros), constituído com as despesas do pessoal a quase totalidade das despesas correntes. 5 – Juros - Qual bola de neve e tal como se previa, os malfadados juros quase que duplicaram nestes quatro anos, elevando-se agora a € 1.043.000,00 (um milhão e quarenta e três mil euros). Evidencio estes valores, maçando-vos com a frieza dos números, porque só com eles na nossa frente, estamos em condições de tirar conclusões sérias e fundamentadas sobre a gestão orçamental e em última análise como componente importante sobre o desempenho da gestão municipal. A primeira conclusão é evidente: gastamos de cada vez mais e investimos de cada vez menos, continuando adiadas e comprometidas as obras fundamentais. E não tenhamos dúvida de que se continuarmos a gastar aquilo que não temos, mais tarde ou mais cedo, receberemos a factura, letal e contundente. A Câmara continua a não tomar medidas de fundo, de verdadeira reforma, capazes de a fazer descolar da filosofia despesista de que enfermam os seus Orçamentos desde há vários anos. Mesmo perante a situação de desequilíbrio financeiro estrutural que resultou deste modelo, desequilíbrio que hoje todos reconhecem, desde os Técnicos da Câmara ao Tribunal de Contas e ao Auditor Externo. Qualquer que seja a solução que se encontre para resolver a situação financeira da Câmara – e desejo que encontre em breve, para que possa solver as suas dívidas, especialmente aos pequenos fornecedores e prestadores de serviço, a quem esta situação anormal causa por vezes situações dramáticas e irreparáveis – tem de passar sempre pela aplicação corajosa de reformas que permitam o necessário equilíbrio financeiro, equilíbrio que para ser saudável, tem de ser conseguido do lado da despesa. Quando às GOP's/PPI, da análise da documentação apresentada, para o ano que vem e dos anos passados, ressalta o seguinte: 1 – Foram inscritos em PPI's diversas obras, com dotação devidamente escalonada para anos anteriores, que não

*chegaram a sair do papel. A título de exemplo: - Centro Coordenador de Transportes – Previstos € 20.000,00 (vinte mil euros) em 2006 e € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros) em 2007. Construção de Novas Oficinas e Armazéns na cidade – Previstos € 15.000,00 (quinze mil euros) em 2006 e € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros) em 2007. Nada foi feito. Continuamos a pagar renda aos actuais proprietários, a quem vendemos os estaleiros, no que foi um ruinoso negócio do Município. Edifício para a Pousada da Juventude – Previstos € 73.610,00 (setenta e três mil seiscentos e dez euros) para 2006 e € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) para 2007. Construção da Pista de Atletismo – Previstos € 20.000,00 (vinte mil euros) para 2006 e €200.000,00 (duzentos mil euros) para 2007. 2 – O PPI, que devia ser o instrumento estrutural do investimento, transformou-se assim numa mera relação de obras a executar, sem rigor e sem credibilidade. Por tudo, não pode a minha bancada aceitar estes documentos, pelo que vamos votar contra. Tenho dito. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ilídio Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. =====*

*===== Boa noite a todos. O Orçamento e as Opções do Plano para o ano de 2008 do Município de Oliveira de Azeméis, como instrumento orientador das políticas a implementar, retrata a visão estratégica do Executivo, em função dos recursos disponíveis e a perspectiva dos que possam vir a ser disponibilizados no decurso do ano. O resultado final só pode ser avaliado, decorrido o tempo para que foi programado. Caros colegas, gerir hoje um Município é uma das tarefas mais difíceis da governação. É que: - Perante a acentuada escassez de recursos financeiros provenientes dos fundos estruturais da União Europeia; - Perante a política do Governo em transferir cada vez mais competências para a alçada dos Municípios, não sendo afectados os correspondentes apoios financeiros; - Perante um controlo cada vez mais apertado e exigente da acção dos Municípios por parte da Administração Central, em nome do cumprimento das metas orçamentais a que o país está obrigado (o famoso défice!) .... A imaginação não basta! À imaginação, terá que ser associada a competência e o estabelecimento de rigorosas prioridades, como forma de assegurar os melhores investimentos e não comprometer o futuro. No que toca ao Orçamento para o ano de 2008, da análise global efectuada aos Mapas Orçamentais constata-se, em termos absolutos, uma ligeira redução de 0,14% face ao ano de 2007, prevendo-se uma arrecadação de receita no montante de €40.688.670,00 (quarenta milhões seiscentos e oitenta e oito mil seiscentos e setenta euros). Em termos de equilíbrio orçamental, verifica-se a utilização de 7,97% da receita corrente para a realização de investimento, qualquer coisa como € 1.939.440,00 (um milhão novecentos e trinta e nove mil quatrocentos e quarenta euros). Isto significa que, graças às medidas de rigor e racionalização de despesas levadas a cabo nos últimos anos, o nosso Município prepara-se para em 2008 canalizar receitas na ordem dos € 2.000.000,00 (dois milhões de euros), que naturalmente poderiam suportar despesas de funcionamento da sua actividade, para realizar investimentos. Na arrecadação de receita, verifica-se um crescimento de 11,1 % nas Correntes, já nas de Capital constata-se uma redução de 13%. Destaco que apesar da forte redução na previsão de Receitas de Capital (-13%), a mesma não é acompanhada de uma redução nos níveis de investimento de igual grandeza. As Despesas de Capital sofrem apenas uma redução de 3,5%. Pela leitura atenta da informação prestada pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, na introdução aos documentos em apreciação, compreende-se que esta aparente desaceleração dos níveis de investimento, reflecte o momento de viragem entre dois Quadros Comunitários de Apoio. É boa a perspectiva de que estes montantes venham a ser ampliados no decurso do ano de 2008, com a aprovação de candidaturas a apresentar pelo Município ao Quadro de*

*Referência Estratégico Nacional. Centrando agora a minha análise nos Mapas da Receita, gostaria de fazer três ou quatro comentários. Destaco, ao nível de transferências para o município dois aspectos: - Por um lado as Transferências Correntes prevêem um acréscimo de 20%, essencialmente por via do impacto dos Fundos transferidos pela Administração Central. - Por outro, as Transferências de Capital verificam igualmente uma alteração assinalável mas em sentido contrário com uma redução de cerca de 17%. Esta quebra, prende-se quer com a redução das transferências do Estado para a Autarquia, quer com a desaceleração dos montantes provenientes da União Europeia, matéria que já oportunamente referi. Numa análise mais atenta e focalizada, verifica-se o seguinte: da soma das Transferências Correntes e de Capital provenientes da Administração Central para a autarquia verifica-se, em termos globais, um acréscimo de cerca de € 600.000,00 (seiscentos mil euros) em favor do Município o que, naturalmente, se saúda. Verifico que na rubrica referente à Derrama, o Município prevê uma redução de 32%. Questiono o Senhor Presidente da Câmara, se esta previsão reflecte alguma projecção feita pelos serviços da Câmara Municipal a respeito dos resultados estimados das empresas para o próximo ano, ou se tal impacto se deve à alteração dos critérios de cálculo deste imposto, prevista na nova lei das Finanças locais, cuja taxa foi aqui aprovada nesta Assembleia há uns meses atrás? É que se por ventura esta redução se verificar por consequência daquela alteração, não deixa de ser curiosa a coincidência. Por um lado, o Município vê-se bafejado por um acréscimo de transferências da Administração Central, na ordem dos €600.000,00 (seiscentos mil euros); por outro lado, vê-se igualmente subtraído de um montante de grandeza equivalente, em resultado de uma medida governamental. Resultado: Soma nula! Passando agora à minha análise para a componente da Despesa, quase me atrevia a dizer aos senhores deputados que nada de substancial se me oferece comentar. Atendendo a uma taxa de inflação na ordem dos 3%, uma taxa de juro de 4% com tendência para subir, quem estiver com um propósito de fazer uma análise séria e objectiva não pode afirmar que a despesa corrente do Município não para de crescer. A rubrica de Despesas com o Pessoal apresenta a previsão de um acréscimo de 3,5% relativamente ao orçamento do ano anterior. Atente-se, no entanto, ao detalhe desta conta: - Nas Remunerações Certas e Permanentes, isto é, aquelas que o Município tem forçosamente que suportar de um modo fixo, verifica-se um acréscimo de 1%, quando os aumentos já aprovados para a função pública são de 2,1%. Isto só é possível com uma redução do efectivo. - Nos Abonos Variáveis e Eventuais, isto é, aqueles encargos de que o Município se pode socorrer, com um carácter variável, por exemplo horas extraordinárias, verifica-se uma redução de 12%, confirmando a continuidade de uma política de rigor e contenção na utilização dos recursos. A rubrica onde verdadeiramente se verifica um acréscimo assinalável é a que respeita à Segurança Social, nomeadamente aos Encargos com a Saúde, que regista um aumento de 19,2%!!! Esta despesa sendo, naturalmente, uma responsabilidade da Autarquia para com os seus colaboradores, não é controlável, sendo no entanto aquela que contribui mais fortemente para o acréscimo global das despesas com o pessoal na ordem dos 3,5%. Quanto à Aquisição de Bens e Serviços, o Município prevê manter o valor de 2007 estável. Na Aquisição de Bens, pese embora o reforço substancial dos encargos com a aquisição de mercadorias para a venda (Água e Electricidade), que aumentam 38,4% e 55,5% respectivamente, o seu montante global vê-se reduzir na ordem dos 4,7%. No que respeita à Aquisição de Serviços a sua evolução apresenta um acréscimo de 3,3%. Os grandes contributos para este acréscimo provêm das seguintes rubricas, para as quais pedia à Ex.ma Câmara Municipal que nos prestasse esclarecimentos: - Vigilância e Segurança, o motivo porque vê o seu valor aumentar em 105,8%? - Outros Trabalhos Especializados, com um aumento de 132,5%? Para além de outras rubricas referentes à aquisição de serviços que merecem destaque pela sua evolução estimativa, e que dizem respeito a encargos com outros serviços,*

nomeadamente *Transferência e Tratamento de Lixos*, com um acréscimo de 40,9% e a *Recolha de Lixo, Limpeza e Desinfecção de Ruas* que prevê também um aumento de 8,7%. E que juntos totalizam a módica quantia de €1.246.370,00 (um milhão duzentos e quarenta e seis mil trezentos e setenta euros). Perante tais valores já percebi Senhor Presidente, a sua preocupação em fazer chegar este encargo a todos os municípios que, solidária e justamente, o deverão suportar como seus beneficiários. Verifico também uma dotação sem precedente nas *Transferências Correntes para as Freguesias*, no montante de € 385.700,00 (trezentos e oitenta e cinco mil e setecentos euros). Questiono a Câmara Municipal sobre a razão para este montante? Passando à análise das *Aquisições de Bens de Capital*, e não obstante as considerações já por mim proferidas no início desta intervenção, deixo aqui uma questão substancial que, como o Senhor Presidente compreenderá, me preocupa particularmente enquanto Presidente de Junta de uma Freguesia, onde os serviços básicos de abastecimento de Água e de Saneamento ainda não são uma realidade. Sabendo de antemão que os volumes de investimento em causa são demasiadamente elevados para uma resolução individual e por recurso aos meios de financiamento tradicionais das autarquias, o Executivo terá certamente uma estratégia para a resolução definitiva desta necessidade. Pergunto: para quando, e em que termos se verá resolvido este assunto que muito preocupa e condiciona o dia-a-dia das nossas populações? Um último destaque para as verbas orçamentadas na rubrica *Transferências de Capital para as Freguesias*, onde verifico um acréscimo de 58,8% nesta rubrica, para o montante de € 805.360,00 (oitocentos e cinco mil trezentos e sessenta euros). Em anos anteriores, num contexto algo diferente, usei da palavra para manifestar a minha solidariedade para com a Câmara Municipal, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, face à necessidade conjuntural de redução do apoio que a mesma vinha atribuindo às Freguesias para fazer face aos seus investimentos. Na altura, manifestei a minha confiança, que penso ter representado o sentimento da grande maioria dos meus colegas, na convicção de que, ultrapassadas que fossem as dificuldades esta nossa compreensão viesse a ser recompensada e repostado aquilo a que julgamos ter direito. A pergunta que deixo à Câmara Municipal é a seguinte: representa, este acréscimo, o iniciar da retoma dos valores anteriormente atribuídos às Juntas de Freguesia? Se sim, significa isso que o esforço solidário das dezanove freguesias para com o município, foi conseqüente e atingiu os objectivos propostos? Creio que, a ser como acabo de afirmar, terá valido a pena o esforço conjunto de contenção, rigor e disciplina que permitiu ao Município reequilibrar as suas contas para um equilíbrio sustentado e estrutural. Formulo os votos de que o ano de 2008 seja um ano de continuidade de uma franca e produtiva cooperação entre a Câmara Municipal e as dezanove freguesias, numa união de esforços que tenha por único objectivo o desenvolvimento conjunto. Termino desejando a todos bom resto de ano e que o Novo Ano de 2008 vos traga tudo de bom. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Fiz questão de não interromper nem o Senhor Armindo Nunes, nem o Senhor Ilídio Lopes, porque sabia que eram intervenções de fundo, relativamente à matéria em questão.

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedida a palavra ao Senhor Nuno de Jesus, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca. =====

===== Senhor Presidente da Câmara, a minha intervenção prende-se com o seguinte: por uma questão de coerência eu também vou votar contra este Orçamento e Plano, mas apenas e só pelas mesmas razões que evoquei no final do ano passado para votar contra o Plano e

*Orçamento para 2007, porque volto a constatar que o tratamento dado à minha freguesia por parte da Câmara Municipal durante 2007, não foi aquele que eu entendo que seria justo, embora diga que se calhar em algumas situações compreendo os motivos, em algumas nem por isso. Na análise aos documentos, e nomeadamente relativamente ao Plano, registo com desagrado que todas as obras relativas a Travanca estão previstas só para 2009, nada para 2008. Relativamente ao plano de obras por administração directa, a listagem é menor do que o previsto em 2007, porque algumas dessas foram transferidas para o plano e previstas agora para 2009, é menor, no entanto espero que a taxa seja melhor. Eu é que prometo aqui que o meu sentido de voto daqui por um ano será diferente se a situação também for diferente. De que forma vão ser feitas as transferências, quer correntes, quer de capital para as Juntas de Freguesia, se vai haver aumento de transferências para as Juntas de Freguesia? Atendendo ao facto de no início do mandato a Câmara cortado 42,5%, questiono se vai repor novamente os 42,5%? E, independentemente da percentagem, mesmo que seja menor, quero deixar aqui claro que todas e quaisquer verbas que a Câmara, e relativamente à Junta de Freguesia de Travanca, decida aumentar em termos de transferências, em termos de execução por parte da Junta de Freguesia de Travanca relativamente a essas verbas, será em investimento, em investimento de capital e seguramente, se calhar, em algumas obras que são da competência da Câmara Municipal. Vou votar contra o Plano e Orçamento pelas mesmas razões que evoquei há um ano atrás, embora, e para terminar, registo com agrado o facto de estar previsto o aumento de verbas para as Juntas de Freguesia e volto a prometer que alterarei o meu sentido de voto daqui por um ano, se o nível de execução de obras por parte da Câmara em Travanca for bem melhor e se realmente essas receitas, ou essas transferências, aumentarem. Obrigado. =====*

*===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====*

*===== Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, ponto dezasseis, o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos, eu creio que já foi aqui suficientemente esmiuçado e escalpelizado, quer pelo Senhor Armindo, quer pelo Senhor Ilídio Lopes, e naturalmente que não me vou deter em detalhes, pese embora criar alguma confusão, sobretudo de quem está do outro lado da Bancada, de perceber se, de facto, se está a falar do mesmo documento já que as leituras são tão diferentes e tão contraditórias quase, na medida em que se faz uma visão dos números de acordo com uma estratégia que me parece diferente do lado da Oposição e do meu ponto de vista realista, do lado do Partido que lidero nesta Bancada. Quanto à orientação política deste Orçamento, e é sobre isso que eu iria referir, e muito sumariamente já que o tempo vai bastante adiantado, dizer apenas que não é o Orçamento que nós desejaríamos, na medida em que o contexto económico continua a não ser aquele que era o desejável, é um contexto económico que não é o mais desejável e, portanto, exige algumas medidas de continuação de rigor. Também encontram-nos numa fase de transição, na medida em que se conclui um Quadro Comunitário de Apoio, o III Quadro Comunitário, e se transita, ainda sem saber muito em detalhe quais são as linhas orientadores, do Quadro Estratégico Nacional e que provavelmente farão com que, sobretudo no que diz respeito à conclusão de algumas obras estruturantes e importantes para o concelho de Oliveira de Azeméis, como é o caso desta obra onde estamos e como a que se encontra ao lado, o Auditório da Escola Secundária Soares de Basto que já hoje aqui foi evocado, bem como outras obras que entretanto serão concluídas, deixarão, espero eu e esperamos todos nós, de fazer parte deste plano, na medida em que estarão concluídas e ao serviço de Oliveira de Azeméis e dos Oliveirenses. Por outro lado, da leitura dos documentos, vê-se que é um compromisso da Câmara, espelhado neste Orçamento e*

*Plano, e que nós apoiamos como referi, o prosseguimento das linhas traçadas em anteriores orçamentos, tendo em vista o rigor orçamental, sem menosprezar as intervenções necessárias na cidade e nas freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis, e a implementação das medidas de saneamento financeiro que permitiram, como é sabido, já em 2006 inverter a tendência do endividamento e que sustentam a nossa evolução crescente para a sustentabilidade económica e estabilidade financeira, permitindo promover o crescimento equilibrado do Município, com a aposta em equipamentos de carácter infraestrutural, social, cultural e desportivo de grande qualidade e inovação. Este documento, como referi, merece a nossa aprovação e concordância, pois permitirá que Oliveira de Azeméis continue a consolidar o seu desenvolvimento, continue na senda do progresso e apesar das contingências e dificuldades financeiras conhecidas de todos, com rigor e exigência, permitirá o investimento no concelho e também das suas dezanove freguesias como já aqui foi referido por alguns intervenientes neste ponto. Investimento tão necessário, mas com certeza nunca será suficiente para abranger uma área geográfica tão extensa como é o caso do concelho de Oliveira de Azeméis. Naturalmente o nosso sentido de voto, como eu disse, é um sentido de voto favorável. Não queremos com isso, nem pelas leituras que já foram feitas, quer pelo Senhor Ilídio Lopes, quer por mim, inverter ou convencer o sentido de voto do Partido Socialista. Nós assistimos desde o início deste mandato, que independentemente da forma como é programado estes documentos, como são elaborados, o sentido e os argumentos são sempre quase os mesmos, que é votar contra. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====*

*===== Mais uma vez, Senhor Presidente, algumas considerações sobre estes documentos e eu não era para intervir, mas as primeiras intervenções, a do Senhor Ilídio Lopes nomeadamente, fizeram-me tomar aqui algumas notas. E queria colocar logo uma questão: isto foi dito pelo Senhor Presidente na sua intervenção inicial, a falta de propostas da Oposição. Senhor Presidente, se me disser que vale a pena fazer chegar propostas, nós fá-la-emos chegar. Acontece é que nos anos anteriores fizemos chegar essas propostas e nenhuma delas foi aceite e, portanto, entendemos que poupa-nos o facto de enviar para lá as propostas. O Senhor Presidente já disse várias vezes que quer é seguir o seu caminho. Agora também não diga, quando nós não as apresentamos, devia era ter dito no ano passado, que nós apresentamos várias e não seguiu nenhuma. Uma questão também muito clara e concreta, que foi falada pelo Senhor Ilídio Lopes e foi falada pelo Nuno de Jesus, essa dotação, a tal dotação que é falada, o aumento das Transferências de Capital para as Juntas de Freguesia, gostava de lhe perguntar se podia informar a Assembleia de quando é que tem condições a minuta do protocolo de colaboração financeira que reponha os tais 42,5% que cortou em 2005 ou 2006, salvo erro. Portanto, só assim, não basta prever, basta trazer aqui à Assembleia e repor pelo menos os valores que cortou em 2006. Não basta prever, porque, creio eu, este aumento da dotação vai significar tão somente o pagamento de dívidas de capital em atraso e não o aumento do protocolo de colaboração financeira que a Câmara transfere para as Juntas de Freguesia. Agora, também gostava e esta é uma nota para o Senhor Ilídio Lopes, eu confesso e já sabia de antemão que viria aqui defender este plano, agora não o ouvi. Permita-me esta interpretação. Você vai votar a favor de um PPI que na rubrica de Transportes Rodoviários, das dezoito obras que prevê para S. Martinho da Gândara, não tem nenhuma para o próximo ano. Portanto, o Senhor tem consciência que vai um plano que não prevê nenhuma obra, nestas dezoito rubricas, para S. Martinho da Gândara? É só para ter essa noção. Agora, genericamente, acho e gostava Senhor Presidente, e esta é a questão mais fulcral que me trás aqui, tem a ver com um*

*documento que foi submetido ao Tribunal de Contas, e que das duas uma, ou a Câmara Municipal enganou o Tribunal de Contas, ou a Câmara Municipal vai enganar os Oliveirenses. É impossível estarmos todos correctos, porque aquilo que aqui está claramente e que foi dito ao Tribunal de Contas é que em 2008, uma estimativa económico-financeira, obviamente que não podíamos querer que isto fosse 100% rigoroso, mas uma estimativa diz que em investimento a Câmara Municipal tem, ou prevê gastar em 2008 € 4.130.000,00 (quatro milhões cento e trinta mil euros). Foi isto que foi enviado ao Tribunal de Contas, não estou a inventar nenhum número. E aquilo que a Câmara Municipal tem no PPI é uma previsão total de investimento de €19.966.000,00 (dezanove milhões novecentos e sessenta e seis mil euros). Acontece que, pela interpretação que eu faço, só há uma explicação possível: a Câmara Municipal vai limitar-se a pagar dívidas, porque de novos investimentos das duas uma: alguém fica enganado com estes dois documentos, porque se em termos de despesa corrente e naquilo que foi indicado ao Tribunal, os valores coincidem com o que é orçamentado para 2008, já na despesa de investimento há uma verba que é cinco vezes superior e que é uma mera ilusão. Mais uma vez, e como disse o Senhor Armindo, estes orçamentos e planos plurianuais carecem de credibilidade, até porque acabamos de aprovar há bocado, vocês acabaram de aprovar há bocado a constituição de uma sociedade anónima que vai promover uma série de investimentos. Escusome de estar agora a enumerá-los, mas todos eles também estão contemplados agora aqui no Orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos. Portanto, nota-se bem por aqui um certo desnorte, ou seja, se por um lado colocamos estas despesas em termos de investimento camarário, também as colocamos em sede de sociedade anónima. Portanto, é só essa questão que queria deixar e gostava que às primeiras questões esclarecesse, porque há bocado as que coloquei não esclareceu. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Acho que as posições estão claras relativamente às divergências que foram apresentadas, mas há algumas questões em concreto e por isso dava a palavra ao Senhor Presidente, para esclarecer. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====*

*===== Eu ia começar por esta última intervenção, a do Helder Simões. Eu quero-lhe dizer que as transferências para as Juntas de Freguesia vão ser aumentadas, mas não vão recuperar já aquilo que tinham anteriormente, com isto eu também respondo ao Senhor Ilídio. Portanto, nós vamos aumentar as transferências para investimento. Vamos também alterar o sistema, porque nós tínhamos um sistema de divisão pelas Juntas de Freguesia pelo cálculo feito pelo FEF antigo, e nós vamos fazer agora tal qual conforme o Governo está a fazer pelo Fundo de Financiamento das Freguesias. Vamos utilizar os mesmos índices deles e fazer reflectir o que calha a cada Junta de Freguesia, será aumentada no protocolo que tem. Isso é ponto assente. Aquilo que eu queria dizer também, e há bocado ouvi relativamente ao plano, estes documentos são previsionais que a Câmara Municipal tem antes do início do ano, e com as regras que existem, elabora-os e faz o cálculo daquilo que tem previsto. A questão do que está no Orçamento, que tem que ter forçosamente compromissos assumidos, ou seja, obras por pagar e depois soma-se o novo investimento, logicamente que não estamos a enganar ninguém. Nós para o Tribunal de Contas mandamos o plano económico, onde tem o investimento e só tem os €4.000.000,00 (quatro milhões de euros), não mandamos junto e eles também sabem ler lá os*

documentos. Relativamente ao Nuno, já dei a resposta relativamente às transferências e queria-lhe dizer que vamos procurar gerir de forma a satisfazer as Juntas de Freguesia, não como anteriormente, mas vamos procurar fazer mais obras nas freguesias, não até por administração directa, mas com certeza por empreitada, mas vamos fazer mais. Relativamente a algumas questões que o Ilídio colocou, da Vigilância e Segurança, é a Biblioteca, é um equipamento novo que temos e temos que ter aqui segurança, se não qualquer dia assaltam isto, e sabem como é, já assaltaram uma vez quando não tínhamos, esta despesa sobe. Outros trabalhos especializados, há um aumento de 132%, para os projectos e estudos que temos que ter com vista ao aproveitamento do QREN, isto são, portanto, despesas que temos que ter que efectivamente fazer. Transferências correntes para as freguesias, são as transferências que nós vamos fazer para as refeições no pré-escolar e rendas do ATL. Relativamente a uma análise que se pode fazer global ao Orçamento de 2008, apresenta um valor muito aproximado, isto é mais directamente ao Armindo, à análise que o Armindo fez, muito aproximado dos últimos dois anos, as regras previsionais assim o ditaram, assim o ditam, o Orçamento da Receita revela um reforço das receitas correntes totais face ao ano anterior em cerca de 12%, muito à custa do aumento das receitas próprias da Autarquia, aqui no caso do aumento das receitas correntes. No que diz respeito às despesas, temos um aumento de despesa corrente de 2,8%, perfeitamente justificada como se pode demonstrar a seguir, com uma diminuição da despesa de capital na ordem dos 13,5% face ao ano anterior. O crescimento da despesa corrente ocorre devido ao aumento previsto de 2,1% das despesas com o Pessoal e ao aumento das despesas com transferências de capital que cresce 94% relativamente ao ano anterior. O Programa PARES tem aqui muita influência, nós estamos a suportar muito dinheiro do Programa PARES. Refiro ainda que existe uma diminuição real das remunerações certas e permanentes face à taxa de inflação prevista para 2008, que é de 2,1%. Em relação à aquisição de bens e serviços aumenta apenas 0,2%, com um decréscimo real e uma forte redução em quase todas as rubricas da despesa. Apenas algumas despesas de natureza imprescindível e incontornável, aparecem com os maiores aumentos neste capítulo. Temos o caso, por exemplo, da compra de água, que a água é mais cara neste momento, compramo-la por mais dinheiro, também vendemos mais e também a energia eléctrica que cresceu, tanto na parte da iluminação pública como no custo da própria energia, acrescentou 46,2%, representando € 600.000,00 (seiscentos mil euros). Em relação ao ano anterior, a despesa relacionada com a recolha de lixo, que aumenta também € 120.000,00 (cento e vinte mil euros) e a despesa com transportes com um aumento de 9,3%. Reforço a ideia de que estas despesas relacionam-se directamente com a prestação de serviços aos nossos clientes e munícipes, por conseguinte de uma matéria inerente ao aumento da qualidade de vida dos Oliveirenses e a um alargamento dos nossos serviços a um maior número de cidadãos. Devido a um esforço de consolidação orçamental e controle do endividamento, e fruto de uma diminuição de apoios ao investimento, o Plano Plurianual de Investimentos revela uma diminuição de 10% face ao ano anterior. No entanto, estou convicto que durante o exercício de 2008, o nível de investimento crescerá significativamente com a homologação das novas candidaturas. Quero-vos dizer que recebemos a programação da entrada das novas candidaturas precisamente no fim da semana passada e que vai umas até ao fim de Março de 2008 e outras já têm o prazo até Abril. Mas há outros programas, isto são alguns eixos, há outros eixos que ainda que não conhecemos quais são as datas de abertura das candidaturas. Mas eu também, de uma forma rápida, queria-vos falar sobre, não é só de dívidas nem é só miséria, da relação de empreitadas com valor significativo, concluídas ou em execução: o Arranjo Urbanístico do Largo do Gemini, que tem um investimento, sem IVA, de €3.850.748,00 (três milhões oitocentos e cinquenta mil setecentos e quarenta e oito euros); o Arquivo Municipal, que retomou e vai acabar brevemente, € 1.169.090,00 (um milhão cento e sessenta e

nove mil e noventa euros), sem IVA; o Troço que temos que acabar, e que aprovamos aqui assim a aquisição da Quinta da Cachana, tem um investimento neste momento de € 1.017.693,00 (um milhão e dezassete mil seiscentos e noventa e três euros), está em execução; a Biblioteca, que está terminada, está concluída, com um investimento de € 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil euros), que está calculado em termos de obra; as Vias Estruturantes da Cidade, Troço 04, € 298.267,00 (duzentos e noventa e oito mil duzentos e sessenta e sete euros), sem IVA; o Centro de Recursos, o auditório da Escola Soares de Basto, ficou-nos por € 566.857,48 (quinhentos e sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos); o Centro Escolar de Azagães está em obra, está em execução, ainda tem uma execução baixa, porque o empreiteiro abandonou mas já voltou, mas é uma obra que nos vai custar € 874.443,00 (oitocentos e setenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e três euros); a construção das Piscinas, em que o contrato final será de € 2.571.000,00 (dois milhões quinhentos e setenta e um mil euros), que está quase pronta, penso que durante Fevereiro ficarão prontas, talvez precisarão depois dos arranjos exteriores; infra-estruturas eléctricas e iluminação pública da Via do Nordeste, € 46.000,00 (quarenta e seis mil euros); Ligações Estruturantes da Zona Industrial, Troço 07, vai-nos ficar por € 801.000,00 (oitocentos e um mil euros), isto também se vai acabar dentro dos próximos quatro meses; Ludoteca, que muita gente não conhece, mas é uma obra que vai para € 783.000,00 (setecentos e oitenta e três mil euros), que está quase também a acabar esta fase da Ludoteca; Abastecimento de Água e Rede de Águas Residuais e Pluviais em Vila Cova, Santiago de Riba-Ul, que está em curso, mas é uma obra para ficar muito perto dos € 300.000,00 (trezentos mil euros), neste momento está com uma execução mais baixa, mas tem que se acabar esta obra, por causa do prazo do III Quadro Comunitário de Apoio, até Abril; temos a requalificação dos arruamentos da Zona Industrial de Monte-Meão, de € 189.141,00 (cento e oitenta e nove mil cento e quarenta e um euros), esta obra já está recepcionada. Podia falar mais de outras, tinha mais duas folhas, mas não quero estar a maçarvos muito com isto. Quer dizer, falamos de despesa, falamos de dívida, mas é bom que também se fale de obras. =====

===== Encontravam-se ausentes os Senhores Helder Simões e Dr. Fernando Pais Ferreira. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, sendo deliberado por maioria aprovar os referidos documentos, com os seguintes votos: a favor - vinte e seis do PSD, um do Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, um do Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul, um do Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes e um do CDS/PP; contra: doze do PS e um do PCP-PEV. =====

===== Entraram os Senhores Helder Simões e Dr. Fernando Pais Ferreira. =====

===== **Ponto dezassete:** Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1.º semestre de 2007 – Conhecimento e tomada de posição. =====

===== Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1.º semestre de 2007, para conhecimento e tomada de posição. =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal.*=====

===== *Não temos nada a acrescentar ao relatório, o relatório é feito pelo Revisor Oficial de Contas, que fez a análise à conta e inclusive acompanhou todo o trabalho desenvolvido por causa da conta do fim do ano, andou a acompanhar os inventários, tudo isso. Este relatório é do 1.º semestre.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS.*=====

===== *Sintam-se todos cumprimentados e a todos os meus desejos de Boas Festas. “Entendemos que o enquadramento do Município ao nível do endividamento se caracteriza por um desequilíbrio financeiro conjuntural”. Palavras do Senhor Presidente do Executivo, na Assembleia Municipal de 21 de Setembro de 2007, realizada em Nogueira do Cravo, ao que acrescentou ainda, com a segurança e tranquilidade que lhe são reconhecidas nestas questões de finanças e tesouraria: “nós estudamos bem a matéria”. Para que não só ele estivesse tranquilo, mas também todos os que eram chamados à votação, ainda pudemos ouvir: “queremos dizer, a quem votar a proposta, que estejam tranquilos porque é legal”. E, em colectiva solidariedade, o seu Vereador para o Pelouro fez ainda questão de colocar o Executivo em peso, afirmando: “a Câmara Municipal [...] está convicta relativamente a este processo”. Estou certo que V. Exas. recordarão estas palavras, senão mais, pela convicção com que as proferiram. Mas não fiquemos por aqui. Porque os prudentes avisos lançados foram entendidos, naturalmente, como alarmismos, vaticínios, prognósticos infundados. Sempre os mesmos do costume. Os tais, os da Oposição. Sempre a fazerem crer que o que parece realmente é, que conjuntural é de facto estrutural ou que estrutural não tem nada de conjuntural. Como teria dito noutros tempos Raul Solnado: malandrice. Depois de tudo isto, pergunto. Deveremos encarar com surpresa o que se lê no relatório de auditoria, e que passo a citar: “O somatório das dívidas a fornecedores de conta corrente e a fornecedores de imobilizado a 30.06.2007, é de € 28.153.156,00 (vinte e oito milhões cento e cinquenta e três mil cento e cinquenta e seis euros), excedendo em € 12.622.475,00 (doze milhões seiscentos e vinte e dois mil quatrocentos e setenta e cinco euros), 50% das receitas totais de 2006, circunstância que configura uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural”. Repito, “circunstância que configura uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural”. Surpresa? Só para alguns. Só para aqueles que votaram contra a proposta do PS apresentada na tal Assembleia e que propunha, sucintamente, que se pedisse um parecer sobre a validade da proposta do Executivo. Como devemos entender agora as palavras do Senhor Presidente do Executivo quando afirmava que “as linhas orientadoras que presidirão à utilização do empréstimo salvaguardarão os interesses e o bom-nome do Município”. Os interesses, esses, há muito que não são acautelados e escuso-me a referências, porque todos sabem ao que me refiro. Quanto ao bom-nome, que poderei dizer? Que deixamos os fornecedores em dívida durante vários meses, que deixamos obras paradas durante vários anos, que somos alvo de referência nacional pelas piores razões. Não sei, contudo, o que será mais preocupante. Se o caos financeiro em que estamos mergulhados e que já hipotecou o futuro de Oliveira de Azeméis se a teimosia, para não dizer irresponsabilidade, passo a redundância,*

*dos seus responsáveis, que continuam ainda assim a considerar tudo muito natural numa terra de progresso em que a obra fala por si ainda que ninguém a ouça, em que a obra germina por geração espontânea mesmo que ninguém a veja, e que qualquer comparação com outro município seja pura coincidência, porque ou têm menor área, ou se não têm menor área têm menor população, e se não têm menor área nem menor população, terão com certeza um Governo que não os maltrata como acontece, ao que parece, em Oliveira de Azeméis. Pois é, mas como se pode ainda ler no relatório de auditoria, esse Governo que maltrata, em sede de Orçamento de Estado, comparticipa em mais de 50% o Orçamento Municipal. Agora, como prova de pujança económica e de boas práticas governativas, leia-se a linha seguinte e conclua-se de onde provêm grande parte dos 50 % restantes, pois é, de taxas e impostos municipais. Que mais dizer? Que a situação é preocupante como o era no início do mandato, em que o PS pediu uma auditoria, recusada com pejo e indiferença pela maioria. A grande diferença, aliás o dobro da diferença, é que a dívida na altura “ rondava os trinta milhões” e hoje, todos sabemos, é de sessenta milhões. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar explicações. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa. =====*

*===== Eu peço desculpa, de facto não queria tomar muito tempo, mas só para dizer uma nota muito breve. Enfim o Bruno que me perdoe a brincadeira, mas também estamos cansados já, escreve muito bem se é o Bruno que escreve, lê bastante bem também e acaba até por ser agradável ouvi-lo a esta hora a ler. Agora, não lê até ao fim e era só esta ressalva que eu gostava de fazer. Quando diz, e como diz grande satisfação, enfim eu não percebo a satisfação que alguém possa sentir em afirmar que o seu Município está em desequilíbrio financeiro estrutural. Não percebo, independentemente das motivações. Agora, eu só queria ler, para todos os outros não tenham tido oportunidade, ler o resto do relatório do Senhor Revisor Oficial de Contas. Não fui eu que o escrevi, nem nenhum dos funcionários da Câmara, portanto ele está a falar na nova Lei das Finanças Locais e diz: “O somatório das dívidas a fornecedores de conta corrente e a fornecedores de imobilizado a 30 de Junho, é de € 28.158.166,00 (vinte e oito milhões cento e cinquenta e oito mil cento e sessenta e seis euros), excedendo em € 12.622.475.00 (doze milhões seiscientos e vinte e dois mil quatrocentos e setenta e cinco euros), 50 % das receitas totais de 2006, circunstância que (isto na continuidade do enquadramento legal) configura uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural”. Esta foi uma matéria já muito discutida, não a quero discutir mais aqui, enfim, só tentar passar aquilo que é uma afirmação com um carácter conjectural, ou seja, em cenário hipotético o que é que aconteceria, porque se não ele não diria o que vem a seguir “Perante esta situação o Executivo Municipal procedeu à formulação e aprovação de plano de saneamento financeiro, para o período de 2007/2020. Da análise deste plano decorre que o Município atinge as metas do equilíbrio financeiro de 2007 a 2020, tendo como referência as exigências legais instituídas na Lei das Finanças Locais, em matéria de endividamento autárquico”. Faltava só dizer esta parte e a conclusão, que naturalmente é essencial também, do Senhor Revisor Oficial de Contas, só para que não fique aqui a dúvida de que há aqui uma concordância com o papel que tem vindo a ser defendido pelo Partido Socialista. “A situação económica medida pelas grandezas de custos e perdas e de proveitos e ganhos, conforme o explicitado, revela-se favorável (não é ruinoso, aqueles termos, é favorável), com a salvaguarda de que ainda não está considerado (estamos a*

*falar a meio do ano), do efeito das amortizações, etc... A situação financeira face à aprovação do Plano de Saneamento Financeiro (ele não confirmaria se de facto entendesse que o Município estaria em estrutural), e a sua execução perspectiva-se que se revele adequada já no final do exercício de 2007". Era só isto que queria clarificar. =====*

*===== Aberto novo período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== Desde já agradeço. De facto sou eu que escrevo, porque senão não faria sentido vir aqui ler. Mas há aqui que distinguir duas coisas e li o documento todo até ao fim, naturalmente. Claro que li. E falamos de "condições de facto" e "condições de vontade". E um plano é uma vontade. Eu referi-me e comecei exactamente com palavras proferidas, situações de facto. Referi depois contas arrumadas, situações de facto. Quanto aos planos, poderemos aqui discutir, mas se há coisa que não reconheço é credibilidade sobre planos e conjunturas e aquilo que se faz e se fará, e é isso que diz o relatório. O que diz o relatório e que se pronuncia, é que se aquele plano for executado. "Se". =====*

*===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento do referido relatório. ==*

*===== **Ponto dezoito:** Análise e discussão da situação de facto criada com a recusa de visto pelo Tribunal de Contas ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Caixa Geral de Depósitos no valor de € 16.000.000,00 (dezassex milhões de euros). =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*===== Relativamente a este ponto, o que nos apraz dizer é que a recusa do visto do Tribunal de Contas nos levou a intentar o recurso. Já nos munimos de pareceres juriconsultos, de renome, para suportar a nossa posição a defender o que foi aprovado nesta Assembleia. Para além desta consequência da recusa do visto, o que lamento é também a impossibilidade de proporcionar a cerca de duzentos fornecedores do Município um cabaz de Natal mais recheado. Como sabem, o exercício do direito de recorrer é um poder autónomo da Câmara Municipal, tal como os fundamentos para a apresentação do mesmo. É desnecessário estarmos aqui nesta Assembleia Municipal a discutir matéria que vai ser apreciada no Tribunal de Contas, pelos Juízes competentes, e, portanto, afigura-se-nos uma discussão estéril sobre uma matéria que não está fechada e que já foi alvo de um amplo debate nesta mesma Assembleia. Tal como respeitamos o direito dos Senhores Deputados de exigirem explicações ou esclarecimentos à Câmara Municipal sobre assuntos da alçada da Assembleia Municipal, peço que respeitem igualmente a autonomia da Câmara Municipal no exercício das suas funções. Discutir hoje esta matéria só se justificaria se a Câmara Municipal aceitasse definitivamente a recusa do visto e não pretendesse exercer o seu direito de recurso. O bom-senso e a sensatez mandam que não se alimentem discussões estéreis, com base em cenários hipotéticos. Comprometo-me e manifesto a*

*disponibilidade do Executivo para, numa próxima Sessão da Assembleia Municipal, debatermos esta questão, uma vez proferida a decisão definitiva do Tribunal de Contas. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara, pela informação que nos transmitiu, da possibilidade do recurso que foi intentado pela Câmara Municipal, relativamente à decisão do Tribunal de Contas, mas evidentemente que o ponto está agendado e compete agora aos Membros da Assembleia Municipal proferirem as suas intervenções relativamente à matéria, partindo do pressuposto que a informação que nos dá é importante e tendo também em conta a responsabilidade daquilo que aqui for dito, porque não vamos estar a dar tiros nos próprios pés, relativamente a uma matéria que ainda não está decidida. Mas, como é evidente, os Membros são todos eleitos e têm todos a competência dos Oliveirenses, e saberão seguramente assumir as suas responsabilidades. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição da Dra. Helena Terra e Dr. Isidro Figueiredo. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS. =====*

*===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Peço uma vez mais a amabilidade de me avisar aos três minutos, por favor. Eu acabei de ouvir a intervenção do Senhor Presidente da Câmara. Não me causa nenhum tipo de surpresa a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, mas nem por isso eu deixo de a lamentar, porque eu acho que ela é a todos os níveis lamentável. Em primeiro lugar, porque o Senhor Presidente de Câmara até tem o direito a seguir de ficar calado, agora não tem é o direito de dizer o que se pode ou não pode, o que se deve ou não deve discutir nesta Assembleia Municipal. Esse é um poder dever que cabe a cada um de nós, de acordo com aquilo que são as competências que a Lei atribui a este Órgão. Eu lamento ter que dizer uma vez mais; tenho pena de ter avisado; tenho pena de não ter valido coisa nenhuma e tenho pena de que aquilo que propus. Não foi deste púlpito, foi de um semelhante a este na freguesia de Nogueira do Cravo, em que se discutiu convenientemente esta matéria, ninguém me tenha dado ouvidos, porque uma das coisas que eu sugeri, depois de me ter sido dito que eu aqui nem era jurista, nem ninguém me tinha solicitado um parecer jurídico, era que fosse retirado o ponto e fosse pedido um parecer jurídico a quem pudesse ter reconhecida competência para o emitir, para nos impedir de chegar até aqui. E confesso uma coisa: esta é uma das situações em que eu tenho imensa pena, lamento imenso, o facto de ter tido razão, que era uma coisa que não podia ignorar. É curioso que chamei a atenção para todos os pressupostos que o Tribunal de Contas acabou por aludir no fundamento da sua decisão. É curioso, que avisei de que o pedido formulado pela Câmara não cumpria os requisitos legais e, portanto, tinha que ser chumbado pelo Tribunal de Contas, porque este País rege-se e continua a ser um Estado de Direito Democrático. É evidente que a Lei confere o poder, a esta como a todas as outras Autarquias num caso igual a este, de usar a faculdade de recorrer. Mas o facto de a Lei atribuir ao Município a faculdade de recorrer, não lhe implica, nem lhe impõe esse dever. E eu quero salientar com a mesma convicção, com as mesmas horas aturadas de trabalho e de estudo nesta matéria, até por uma questão de brio profissional e por uma questão de rigor e formação técnica, com a mesma convicção que afirmei que aquela proposta não estava em condições de obter visto do Tribunal de Contas, com a mesmíssima convicção afirmo hoje que*

recorrer nesta matéria é o segundo erro que a Câmara vai cometer a este propósito. E quero referir porquê? O Acórdão do Tribunal de Contas podia não ser, porque já li muitos acórdãos de muitos tribunais que nem sequer são muito claros. Não é o caso deste na matéria que para o caso importa. Li, reli e voltei a ler e a dissecar, e quero só reler em voz alta para todos os presentes o seguinte: é uma das conclusões do Tribunal de Contas “Os Municípios têm latitude para, de acordo com indicadores económico-financeiros, avaliar e demonstrar a natureza conjuntural ou estrutural do seu desequilíbrio financeiro, embora condicionada aos princípios e limitações legais”. E agora, por favor, tenha-se muita atenção: “Mas essa latitude (ou seja essa faculdade de poder fazer essa demonstração) cessa (significa acaba) no caso das circunstâncias referenciadas no n.º 3 do artigo 41.º da Lei n.º 2/2007, em que é a própria Lei a considerar que elas caracterizam objectivamente (e os dados objectivos, como dizia há pouco o Bruno, são factos, e os factos são incontornáveis, e o facto continua a manter-se o mesmo e o Tribunal de Contas não pode, não há nenhum argumento de que o recorrente se possa socorrer que possa invalidar este facto) uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou ruptura financeira”. E é isto que consta daquilo que foram os documentos, é aquilo que consta a informação financeira que foi levada ao Tribunal de Contas. Meus caros amigos, a situação é mais grave e acho que é tão grave que quem devia ter percebido ainda não percebeu ou quer tapar o sol com uma peneira. É que a decisão do Tribunal de Contas acaba nos seguintes termos: “Mais acordam em determinar (significa ordenar) ao Município de Oliveira de Azeméis, que, até 15 de Janeiro de 2008, remeta (e isto não tem a ver com o recurso, foi aproveitando aquilo que a Câmara lá foi dar a conhecer por via disto) à 1.ª Secção do Tribunal de Contas a informação necessária ao apuramento do seu endividamento líquido em 31 de Dezembro de 2007, (com que finalidade, passo a citar) a fim de que seja avaliada a eventual responsabilidade financeira a que possa haver lugar”. Meus caros amigos, é disto que nós estamos a falar e isto é um facto, é absolutamente incontornável. Eu lamento que tivéssemos que chegar até aqui. Eu lamento que ninguém tenha dado ouvidos a algo que podia ser perfeitamente evitado e eu lamento que ainda hoje continue a fazer-se vista grossa para uma situação que é absolutamente incontornável e que vai levar a que os poderes públicos tenham que lançar mão sobre o nosso Município. Meus caros amigos, é disto que nós estamos a falar e é disto que o Acórdão do Tribunal de Contas fala. Independentemente daquilo que nós podemos pensar sobre o assunto, há uma coisa que nós não podemos esquecer, a responsabilidade por inteiro de termos chegado até aqui, nomeadamente do Tribunal de Contas ir avaliar a existência de responsabilidade financeira de quem vai ter que responder por isso. É por inteiro deste Executivo, que fez “orelhas moucas” a tudo aquilo que foi sendo dito. E eu quero ressaltar um outro aspecto, não fui eu que disse, foi o Senhor Presidente da Câmara, que nessa mesma Sessão de Nogueira do Cravo disse o seguinte, e passo a citar: “Se nós não fizermos este pedido em 31 de Dezembro, no final deste ano, aí sim estamos de facto numa situação estrutural financeiramente grave”. Faço minhas as palavras do Senhor Presidente da Câmara, com muita pena minha. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, relativamente a este assunto eu acho que há alguns aspectos que deveriam também ter sido salientados. É certo que a Dra. Helena Terra, na intervenção que fez, na célebre Assembleia Municipal de Nogueira do Cravo, referiu alguns dos aspectos que aqui foram invocados. É certo que o Tribunal não concedeu o visto e também é certo que, neste momento, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis talvez esteja a pagar o preço de ter sido pioneira neste assunto, numa Lei que é nova, que é recente. Não percebo, ainda que possa ter

*razão, não percebo porquê tanta pressa por parte do Partido Socialista em insistir num assunto cuja decisão não é definitiva e não é final. Aguardamos também, naturalmente, a decisão sobre esta matéria naquilo que se passa noutros Municípios do País. Escuso naturalmente de citar, porque o Partido Socialista não gosta que se cite os exemplos que vêm de outro lado. Mas é pena, mas é pena, porque às vezes dá a ideia de que conferem a Lisboa apenas o sentido daquela expressão de que “Lisboa é Lisboa e o resto é paisagem”, ou então que “Lisboa é considerado um filho e os outros são enteados” e que “de entre os enteados há ainda uns que são mais enteados do que outros”. Aguardemos serenamente que as decisões sejam proferidas, que as decisões sejam tomadas e que a Câmara Municipal, naturalmente como aqui já o proferiu, assuma as suas responsabilidades. No seu tempo iremos discuti-las e serão tomadas as medidas que tiverem de ser tomadas, pela Lei que está em vigor, por decisões que venham a ser tomadas. E só lembrar que sobre esta matéria, e ao contrário daquilo que a Dra. Helena Terra aqui referiu, há juriconsultos de renome, constitucionalistas de renome que têm opinião completamente diferente daquilo que aqui foi expresso. E posso lhe citar, podia-lhe citar eventualmente na parte que é pública do parecer do Professor Doutor Vital Moreira, que provavelmente foi seu professor na Universidade de Coimbra, mas poderia ter sido, que tem uma opinião em relação a esta matéria completamente diferente daquilo que expressou aqui. Felizmente, mas não é o único. E vamos aguardar, vamos aguardar o veredicto e depois cá estaremos para assumirmos as nossas responsabilidades. Não vejo, sinceramente, e vou terminar só dizendo que não vejo de modo nenhum qual é o objectivo do Partido Socialista nesta matéria, a não ser criar um clima de catástrofe, de desastre, de pouca credibilidade em relação à Câmara Municipal, mas, sobretudo, percebo que com esta atitude muitos, ou alguns, dos Oliveirenses podiam ter tido, como o Senhor Presidente da Câmara referiu, um Natal muito mais recheado se porventura as pretensões da Câmara fossem tidas em consideração. É evidente que a responsabilidade não é do Partido Socialista, com certeza. Portanto, digo apenas que estamos convencidos de que a razão está do nosso lado, que vamos até ao fim com o processo e no fim faremos as contas, sejam elas boas ou más. As que são boas para nós, pelos vistos podem não ser boas para vocês. =====*

*===== A Assembleia Municipal analisou e apreciou o assunto em epígrafe. =====*

*===== **Ponto dezanove:** Comissão de Acompanhamento da Central de Biomassa – Designação de dois representantes da Assembleia Municipal. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== A Junta de Freguesia de Carregosa, já indicou à Assembleia Municipal que fazem parte desta Comissão o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, pela Assembleia de Freguesia a Dra. Maria João Aguiar Valente e o Prof. Rogério Pinho Bastos e pela população os Senhores José Ferreira Correia e Manuel Vieira Ferreira. Segundo aquilo que chegou aqui à Mesa, se estiverem de acordo, estão dois nomes em cima da Mesa, um da Bancada do PSD e outro da Bancada do Partido Socialista: José Maria Pinho Silva, por parte do PSD, e o Dr. Fernando Pais Ferreira, por parte do PS. Eu julgo que isto não precisa de eleição, é uma designação. Portanto, se calhar poupam a que se distribua os votos e que se proceda à votação, uma vez que julgo que o termo é designação. Já agora Senhor Presidente da Junta, em Carregosa foram eleitos por voto secreto ou foram designados? Designados. Então pronto, para não alterar o procedimento, se estiverem todos de acordo. Estão todos de acordo? As Bancadas estão de acordo relativamente a esta matéria? =====*

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, sendo designados por unanimidade os Senhores José Maria de Pinho Silva (PSD) e Dr. Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira (PS), para integrar a Comissão de Acompanhamento da Central de Biomassa. =====

===== **Ponto vinte:** Junta de Freguesia de Travanca - Proposta de atribuição de voto de louvor ao Sr. Manuel Simão de Freitas Correia. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== É uma sugestão, foi uma proposta que chegou à Mesa por parte da Junta de Freguesia de Travanca, relativamente a um voto de louvor ao cidadão Manuel Simão de Freitas Correia e por ter ido assim na convocatória houve muitos Membros da Assembleia Municipal que me telefonaram a perguntar quem era. Portanto não se justificou na altura e eu passo a justificar. Estamos a falar do Manuel Simão Freitas Correia, que se sagrou pelo terceiro ano consecutivo Campeão Nacional de Todo-o-Terreno, em Quads, na classe Q1, que muito honra a freguesia de Travanca em particular e o concelho de Oliveira de Azeméis em geral. Eu julgo que isto não tem discussão. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e um:** Atribuição da Medalha de Ouro a Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva – Ratificação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que no dia 14 de Dezembro, Oliveira de Azeméis terá a honra de receber Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, que gentilmente aceitou presidir à inauguração da Biblioteca Municipal; Todo o seu percurso de vida, enquanto académico e homem político, que levou ao reconhecimento como um dos estadistas que mais influenciou Portugal, provocando grandes transformações económicas, sociais e de modernização do País, através das implementações de um grande conjunto de reformas estruturais que fomentaram a democratização e a liberalização da nossa sociedade e da nossa economia. Como Presidente da República, assumiu uma atitude de consenso alargado, em defesa da promoção da estabilidade política e da cooperação estratégica entre os vários poderes, a bem de Portugal e dos portugueses. Ser este o momento apropriado para que o Município lhe reconheça todo o mérito e o homenageie ao mais alto nível; O cumprimento dos requisitos do Regulamento Municipal de Distinções Honoríficas, designadamente o estabelecido na secção II do referido regulamento, propõe-se: A atribuição da Medalha de Ouro do Município de Oliveira de Azeméis a Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva e o título de Cidadão Honorário de Oliveira de Azeméis correspondente. Esta distinção será entregue em sessão pública e solene a realizar no dia 14 de Dezembro, por ocasião da sua deslocação ao Município para presidir à inauguração da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Estamos a falar da atribuição da medalha de ouro a Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva e a respectiva ratificação, uma vez que a medalha já foi entregue e estamos a ratificar.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Eng.º Joaquim Jorge Ferreira e Nuno Pires.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, do PS.* =====

===== *Senhor Presidente, é apenas uma mera recomendação e uma mera opinião pessoal. Não querendo aqui discutir os critérios que levaram o Executivo a atribuir esta medalha de ouro, não posso contudo deixar de dizer que todos os eleitos remunerados, e bem remunerados, com vários salários mínimos, têm a obrigação de fazer o desempenho de serviço público com o máximo de capacidade de desempenho. Agora, esta recomendação vai no sentido de que o Executivo ao atribuir estas caras condecorações, posso dizer assim, privilegie ilustres Oliveirenses que de uma forma absolutamente abnegada e altruísta muito têm contribuído para o desenvolvimento do nosso concelho, e hoje, por exemplo, já falamos aqui num ou noutro nome. Portanto, gostaria de dar esta mera recomendação, no sentido de que estas condecorações se orientassem sobretudo para Oliveirenses. Muito obrigado.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Pires, do PSD.* =====

===== *Boa noite a todos novamente. É com agrado e satisfação que a Bancada Parlamentar do PSD, votará favoravelmente este ponto. A atribuição da medalha de ouro do Município de Oliveira de Azeméis a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva é, e nada mais do que, o reconhecimento por toda a dedicação que teve no desenvolvimento de Portugal. Quero apenas focar as palavras de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que atribuiu um papel importante do nosso Município ao longo da sua vida, reconhecendo que este ocupa uma parte especial no seu coração. Obrigado.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, sendo ratificada por maioria a atribuição da Medalha de Ouro a Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, com cinco abstenções: CDS/PP, PCP-PEV, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca e Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Terminamos a nossa Ordem de Trabalhos, peço ainda atenção, ainda não terminou a Assembleia Municipal, já vai longa e ainda temos um compromisso todos. Vamos entrar no período destinado ao Público.* =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Albertino Bastos, Eng.º Paulo Alegria, José António Martins, Prof. Leonel Martins e Altino Valente. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Albertino Bastos, que disse: =====

===== Não vou perder tempo com cumprimentos, que é para ir aproveitarndo o tempo que me dão. Em primeiro lugar, tenho que agradecer à Câmara Municipal, muito embora alguém não estivesse muito de acordo, por nos dar este conforto, porque se fosse lá em cima, com certeza já estávamos todos com comprimidos para a gripe. Graças a Deus que estamos aqui. Bom, mas eu vou falar daquilo que mais me interessa, e como todos devem saber a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, está a construir um Lar, Centro de Dia, Centro de Convívio, é uma coisa que vai dignificar o nosso concelho e se calhar até o nosso País. Acontece que concorreremos ao PARES, eu gostaria mais de lhe chamar ÍMPARES, porque de PARES não tem nada. Concorremos, sim senhora, aceitaram a nossa candidatura, andamos a pôr paredes abaixo e paredes acima por imposição do PARES, e qual não é o meu espanto quando agora vêm recusar, ou vêm anular, um subsídio que nos tinham concedido no valor, falando em contos que eu sou velho e não sei falar em euros ainda, de sessenta mil contos. Quer dizer, além de termos muito mais despesas em fazer alterações nos projectos, devem saber o que isso custa, e agora estão-nos a querer recusar, porque dizem que nós já estamos a ser contemplados com o PIDDAC. É verdade, porque nós andamos para aí há dez anos para construir lá um Centro de Dia, que depois chegamos à conclusão que podíamos também transformar em Lar, e concorreremos ao PARES para o Centro de Dia. Depois do Centro de Dia, acabamos por fazer um Lar, um Centro Convívio e um Centro para Trabalhos Manuais. E é uma obra, como digo, que deve ser orgulho para todos os Oliveirenses. Acontece que para concorrer ao PARES tivemos de responder a um questionário, entre os quais, e lá não se mente, pelo menos naquela casa enquanto eu lá estiver não se mente a ninguém, concorreremos ao PARES onde eles diziam se tínhamos concorrido a alguma instituição, nós dissemos que sim senhora, que tínhamos concorrido ao PIDDAC para o Centro de Dia. Depois recebemos vários documentos, a pedirmos mais isto e mais aquilo, e tal, e também temos documentos em que eles justificavam que realmente estávamos à altura de recebermos o dito subsídio, e foi com muita alegria, eu estava na Segurança Social e recebi um telefonema do Senhor Presidente que fez o favor de me dizer que nós tínhamos sido contemplados com aquela verba. Agora eu pergunto: se realmente não nos queriam dar nada, ou se nos estavam a dar com a mão esquerda para ir buscar com a mão direita, ou vice-versa, por que é que é que aprovaram que sim senhora? Temos documentos em que dizem que se justifica. De tal forma, que na própria Segurança Social de Aveiro, não sei se poderei até dizer isso, mas digo-o com toda a franqueza, “senhores fulanos vão para frente que se for preciso agir nós vamos convosco”. Portanto, nós ouvimos a qualquer momento os nossos Governantes a dizerem que há muito dinheiro para os velhinhos, coitadinhos, e para as criancinhas, mas também chego à conclusão que para eles darem um alfinete tem que se lhe dar um porco. Portanto, eu aproveitando o bom ambiente que vivi aqui durante algum tempo, agora nem por isso, o Senhor Dr. Hermínio Loureiro, o Senhor Presidente da Câmara, a Dra. Helena Terra, eu fornece-vos um dossier de tudo, a nível de Lisboa que possam tocar lá aquilo, porque nós não podemos, nós temos um financiamento de cem mil contos, falando sempre em contos, mas eu sei que são € 500.000,00 (quinhentos mil euros), mas a obra vai-nos para mais de duzentos mil e a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro não tem um tostão de despesas, porque o Presidente onde vai é a expensas suas e temos feito, como se costuma dizer, “das

*tripas coração” para conseguirmos, e vamos conseguir porque eu ainda disse nem que tenha que ir para as Igrejas com bandejas pedir para o Centro de Dia e Lar. Era isso que eu queria pedir Dr. Hermínio Loureiro, Dra. Helena Terra e Senhor Presidente da Câmara, eu peço a toda a gente e disse que até que pedia ao Nosso Senhor ou ao diabo, pedia a toda a gente a ver se nos conseguem desbloquear esta situação. Eu faço-vos depois chegar um dossier disso, está bem? Obrigadinho, e antes de tudo desejo a todos um Bom Ano 2008, infelizmente se calhar muita gente não teve Natal neste País. Desejo-vos um Bom Ano 2008, e pedia-vos uma coisa: por aquilo que me apercebi hoje, acho, e penso que isto tem sido em todas as Assembleias, entendo que a Oposição deveria colaboração e às vezes da vez de entrar nestas discussõeszinhas, dêem a mãozinha, a mão de todos. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Eng.º Paulo Alegria. =====*

*===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, eu hoje fiquei surpreendido porque na realidade não estava à espera do voto de louvor que a Assembleia Municipal me concedeu. Sem dúvida nenhuma, é um momento de satisfação e de orgulho para mim, mas vai-me perdoar o Senhor Presidente da nossa Câmara de Oliveira de Azeméis e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu muitas vezes tenho o coração na ponta da língua, sou muito franco, e como já tinha pedido aqui há alguns anos que estes louvores feitos, desportivos, deviam passar por um crivo, falei até em tempos com o Senhor Vereador do Desporto, na altura solicitei isso, porque muito francamente eu fiquei muito satisfeito, muito orgulhoso pelo louvor que a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis me concedeu. Contudo, lamento, tenho de dizer, ser muito franco, que tenha sido através de um jornal “Mais Alerta”, que endereçou a esta Assembleia, e que nunca viesse na realidade pelo meio que eu achava que deveria ter vindo, pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, pela própria Assembleia ou, principalmente, pelo Vereador do Desporto da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, porque durante estes últimos seis anos, como público quatro anos assisti, e dois anos aqui como Membro da Assembleia, tenho visto e tenho verificado, vão-me desculpar este termo “por dá cá aquela palha” se tem dado louvores merecidos, porque todos eles são com esforço próprio que se consegue alguma coisa, e tem sido sempre através de uma proposta da Junta de Freguesia, ou pela própria Câmara Municipal, ou Assembleia Municipal. Não é que os feitos tenham sido meus, foram na realidade, custaram-me muito, não é fácil, apesar de amador como sempre fui e posso comunicar a todos aqui, talvez alguma vez já o tenha dito em algum meio de comunicação de Oliveira de Azeméis, levei o nome de Oliveira de Azeméis através das minhas brincadeiras desportivas, através dos pombos correio com duas medalhas de ouro ganhas nas Olimpíadas de Tóquio, é no canto do outro mundo, até chegar ao Emirados Árabes, a Dubai, com o nome de Oliveira de Azeméis sempre no Ténis. A brincadeira agora é os canarinhos, posso dizer de que na realidade através deles, um pouco da minha parte, um pouco de Oliveira de Azeméis, chegam às Américas Latinas e chegam a toda a Europa. E acho que o Eng.º Joaquim Jorge, há bocado veio aqui dizer por causa da medalha de ouro da cidade dada ao Senhor Professor Aníbal Cavaco Silva, eu muito francamente, como sou, sempre fui, um grande admirador do Professor Aníbal Cavaco Silva, concordei e concordo como Oliveirense que lhe tenha sido atribuída tal condecoração, mas julgo que aquilo que disse o Eng.º Joaquim Jorge é uma verdade, nós temos também de olhar para as pessoas da nossa casa, porque é triste nós muitas vezes sermos louvados, e eu posso dizer que esta honra que me deram em Oliveira de Azeméis, foi-me dada na nossa capital de distrito, em Aveiro há talvez oito ou nove anos atrás, e é triste ter sido dado primeiro em Aveiro e depois ter chegado só hoje a Oliveira de Azeméis.*

*Desculpem este desabafo, eu hoje quero ser mais Pai Natal do que vos aborrecer, já vai longe o dia e a noite. Aproveito para desejar a todos um Bom Ano 2008. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Eu tenho por princípio não fazer sequer nenhum comentário, mas permitam-me, eu procurei o proprietário do “Mais Alerta Jornal”, quando me entregou esta proposta, aliás podem verificar que esta proposta está subscrita pelos Grupos Parlamentares, porque não é um órgão de comunicação social ou um cidadão qualquer, que pode propor um voto de louvor a aprovar pela Assembleia Municipal. Foi subscrito por todos os Grupos Parlamentares, incluindo o Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, o PCP, o CDS, o PS e o PSD. Também Senhor Eng.º Paulo Alegria, permita-me dizer-lhe o seguinte: eu posso estar enganado, todos nós falhamos, mas os votos de louvor que são aqui aprovados na Sessão da Assembleia Municipal são propostos por Membros da Assembleia Municipal, nunca aqui votamos nenhum voto de louvor proposto pela Câmara, isso é no Executivo Camarário, são Órgãos diferentes. Os da Assembleia Municipal têm sido por iniciativa dos Deputados da Assembleia Municipal, dos Presidentes de Junta e, portanto, eu julgo que mais do que manifestar esse seu desagrado, que eu compreendo, eu compreendo, e posso dizer que compreendo de que maneira, mas isso é para outras conversas, dizer-lhe que hoje deve-se sentir feliz, porque para além do mais ficamos a saber que a sua nova especialidade tem a ver com os canários, que eu pessoalmente desconhecia e, portanto, temos é que lhe dar os parabéns. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José António Martins, que interveio da seguinte forma: =====*

*===== Eu antes de mais, antes de ter entregue esse voto de louvor, para que não haja qualquer dúvida, tive o cuidado de ligar para o Senhor António Grifo, que ele está aqui e não me pode dizer o contrário, se era possível um órgão de comunicação ou um cidadão como eu, normal, Oliveirense, propor esse voto de louvor. Isso vem em sequência de uma entrevista que eu fiz ao Eng.º Paulo Alegria, e achei que realmente, com tudo aquilo que ele me disse, que estava na hora de nós propormos algo como isso. Foi devido a isso que eu trouxe à Assembleia este voto de louvor, aqui não houve qualquer intenção, eu sou espontâneo, eu sou assim e serei sempre até morrer. E como independente que sou, eu quero falar sobre a Assembleia. Para mim a Assembleia Municipal, e aquelas que eu tenho acompanhado, é sinónimo de aprendizagem, cultura, aprende-se aqui muito, e é devido a isso que eu queria também chamar a atenção a dois Deputados que estão aqui, Hermínio Loureiro e Helena Terra, o que eu tenho visto, tenho analisado, é que existem aqui votações que não tem qualquer sentido, eu vou-lhes dar o exemplo do ponto da sociedade anónima. Sem pensarem, sem repensarem, sem meditarem, a Bancada do PSD votou logo a favor, quando houve aqui vários elementos que dá para pensar, porque como este Executivo já cometeu alguns erros, porque não poderiam pensar ou repensar que esta sociedade anónima é benéfica para a Câmara Municipal ou para o concelho de Oliveira de Azeméis. Eu estou a falar aquilo que estou a sentir, todos que estão aqui nesta sala eu conheço-os praticamente a todos, não tenho nada contra a ninguém, mas tenho os meus direitos e também tenho as minhas obrigações, porque se todos os Membros daqui da Assembleia se também tivessem regras, e se tivessem coimas, e se tivessem, além de coimas, penalizações, de certeza que já não votavam de ânimo leve. Portanto, é isso que me entristece. Agora, cada qual é quem é, eu sou assim, não sou partidário, não sou militante, sou Oliveirense e já está mais provado e que comprovado que o Executivo tem feito asneiras, eu tenho-as acompanhado, e*

*agora está a vir tudo à ribalta, não é preciso ser muito inteligente para chegar a essa conclusão. Se todos os Oliveirenses assistissem a estas Assembleias, viam que realmente isto aqui são duas assembleias, ou praticamente duas bancadas, quando é a favor tudo vota a favor, quando é a oposição vota tudo contra e algumas abstenções, portanto é aquilo que eu sinto. Eu gostaria também de mencionar, não agora como Oliveirense, mas como comerciante, para terminar. Eu vim a esta Assembleia para agradecer à Câmara Municipal, por causa das taxas e licenças, mas vou retirar esses agradecimentos devido às palavras do Dr. Ricardo Tavares, em que não foi sobre qualquer ameaça, porque nós nunca viemos cá ameaçar ninguém, nem com nenhuma pressão, que foram retiradas as licenças e taxas. O que é certo é que em Setembro de 2006, foi apresentado aqui um abaixo-assinado, e se esse abaixo-assinado não fosse apresentado eu tenho as minhas dúvidas que hoje aqui nesta Assembleia as taxas e licenças fossem isentas. Eu não sou vidente e de certeza absoluta que também o Dr. Ricardo Tavares não o é, mas não pode dizer de que não houve um trabalho, tanto dos comerciantes que se sentiam lesados, como também da própria Oposição. Portanto, quero que realmente isso fique bem esclarecido. E há uma outra coisa: eu tenho conhecimento, porque ando em todo o concelho, de que continuam a receber notificações por causa dos reclames luminosos. Portanto, eu gostava que realmente o Dr. Ricardo Tavares verificasse e há um caso que é flagrante de um estabelecimento que recebeu uma carta no valor de quinhentos e tal euros e a Junta Autónoma de Estradas, através de um fiscal, dirigiu-se também a esse estabelecimento a exigir a mesma quantia que ele teria que pagar à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Portanto, algo não está bem. Em termos do horário de funcionamento, o Senhor Presidente Ápio Assunção, também já tinha dito que isso ia ser abolido e nós, comerciantes, estamos à espera e conforme a Dra. Gracinda tinha referido, de que na próxima Assembleia que iria haver um ponto para determinar o que iria acontecer às renovações do horário de funcionamento. Quero relembrar que o Dr. Ricardo Tavares, quando analisamos o horário de funcionamento, tinha dito que também não achava bem, mas como havia muitos estabelecimentos que não tinham licença de utilização, que os horários estavam a ser renovados anualmente. E aqueles que agora têm licença de utilização como é que vão ficar? Nós comerciantes vamos esperar pelos resultados e quero desde já desejar-vos a todos um Bom Ano e espero que 2008 seja muito melhor do que 2007. Tenho dito. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Prof. Leonel Martins. =====*

*===== Boa noite a todos os presentes. Um dos assuntos que me trás aqui, eu já o trouxe aqui, portanto não é novo, mas infelizmente mantém-se actual e que tem a ver com a questão da segurança dos peões. Eu já trouxe este assunto cá se estão recordados e infelizmente não houve qualquer tipo de actuação por parte da Câmara para salvaguardar a integridade física dos peões. Primeiro um aviso que eu gosto de fazer, eu venho aqui pura e simplesmente como Oliveirense, que fique bem registado isto, eu não venho aqui atacar ninguém, nem por questões político-partidárias, nem pretendo ter qualquer tipo de protagonismo. Venho apenas aqui como Oliveirense e peço que encarem a minha intervenção nesse sentido. Está bem? É com a melhor das intenções que eu venho aqui. Em relação aos peões, eu já vim cá e falei e vou citar as situações mais gravosas. A zona designada pedonal, ela chama-se pedonal, mas na prática não funciona como pedonal, continuam a passar carros lá, como toda a gente sabe, e então em frente à Igreja é demais. É um comodismo das pessoas que não são capazes de dar a volta pela Igreja e vão em frente e cortam à esquerda. Soluções, eu não sou técnico mas vou propor algumas soluções, vou propor e se quiserem atender muito bem: em frente à Igreja, coimas não vale a pena, desculpem-me e eu vou dar um exemplo, num destes dia estava um carro*

*estacionado em frente aos Correios no passeio, e os carros estacionam ali sistematicamente o que obriga as pessoas irem para o meio da estrada, e eu há tempos estava lá e estava um carro da GNR estacionado em cima do passeio, e eu fui ter com a senhora e disse “a senhora sabe onde está estacionada” e ela disse-me “sim, sei”, “a senhora sabe que está em cima do passeio e obriga os peões irem pelo meio” e ela perguntou-me “o que é que quer que eu faça? Se o senhor estivesse aqui estacionado gostava que eu o autuasse?” e eu disse “por que não? Se eu estou a transgredir a Lei, pois que me autuasse”. Isto só mostra que esse dizer que tem que ser a GNR não serve de nada, tem de ser a Câmara a ter a coragem, tal e qual como a Câmara teve a coragem de fechar e criar o espaço pedonal, contra a vontade eventualmente de alguns comerciantes, tem também de ter a coragem de ir para a frente, porque neste momento a zona pedonal não é peixe nem é carne. Ou então que acabe com a zona pedonal e as pessoas sabem que não podem ir pelo meio da estrada. Eu proponha que em frente à Igreja colocassem ali um vaso, uma floreira, e automaticamente ficava o problema resolvido, porque ali não é zona de cargas e descargas, inclusivamente quando há funerais são feitos por trás e não mora ali ninguém em frente à Igreja e o problema ficava resolvido. A zona a seguir, eu propunha que fosse colocado um obstáculo amovível, que fosse deslocado quando fosse criado um horário de cargas e descargas, seria retirado esse obstáculo, por exemplo um cadeado ou então um meco no solo, e depois seria dada uma chave aos moradores da rua no caso de precisarem ir lá e o problema estava resolvido. Essa na zona pedonal. Em relação ao passeio em frente aos correios, tem de ser mesmo a colocação dos mecos, é um mal menor, para evitar o estacionamento de lado. Depois, uma outra zona, é o passeio na entrada norte do mercado, em que as pessoas já se habituaram a que aquilo funcionasse como estacionamento, mas aquilo é um passeio, mas também hão-de reparar que há lá uma placa que diz que é só permitido o estacionamento para cargas e descargas. No entanto, os carros estão ali estacionados de manhã à noite. Solução que eu proponho, que fosse colocado novamente, dado que há o problema de estacionamento na altura dos mercados, para estacionar, para cargas e descargas, eu propunha que fosse colocado também ali um obstáculo amovível, que seria deslocado nos dias de mercado, e então nos dias de mercado, excepcionalmente, seria permitido estacionamento em toda aquela área. Nos outros dias, seria vedado e só naquela zona onde estão pintadas no chão umas listas amarelas, que é a proibir o estacionamento, é que seria permitido estacionamento nos outros dias da semana. Outra zona de perigo, é uma zona nova, uma nova situação, que é esta rua aqui assim em frente ao Gemini, onde tem os cafés. Era uma zona antigamente segura, onde os miúdos até podiam andar à vontade. E o que é que está a acontecer? Agora, passam diariamente carros de um lado para o outro, inclusivamente hão-de reparar, quem vem do lado do Gemini, do lado do stand, nem sequer tem lá limitação a dizer que é só para moradores ou para cargas e descargas, não tem absolutamente nada. Portanto, as pessoas agora passam de um lado para o outro. O que é que iria propor? Que fosse fechado um dos lados, eventualmente o lado do stand, com um obstáculo fixo e quando houvesse cargas e descargas, ou moradores, eles entrariam pelo outro lado do Centro de Saúde. Outra zona, são os acessos à parte norte da cidade. Eu, infelizmente passo lá todos os dias e passo a pé, eu sei que o Senhor Presidente da Câmara passa lá muitas vezes mas de carro, e há muita gente que passa, ou vai para a La-Salette ou vem de La-Salette, como é o meu caso, e outras pessoas que vivem lá para cima para a zona do bairro e ali não há o mínimo de segurança. Inclusivamente antigamente haviam lá duas lombas limitadoras de velocidade, uma delas desapareceu e infelizmente está lá outra. E eu digo infelizmente porquê? Porque as tirinhas das pontas desapareceram e então os carros quando passam encostam cada vez mais às bermas. Solução que eu proponho: no sentido ascendente é possível fazer um passeio de metro e meio, no mínimo. Como? Tem lá um fosso onde corre a água, seriam ali colocadas umas lajes de pedra e seria perfeitamente passeio. Depois naquela curva, tem ali uma*

curva que é de uns terrenos baldios, acho que não será difícil chegar a um acordo com os proprietários, adquirir uma parcela da terra e fazer um passeio por ali acima. Portanto, isto é a questão da segurança. Agora, a Câmara estará realmente sensível para isto? Eu acho que o problema está aí. Senão vejamos: desculpem lá esta observação, o Senhor Presidente da Câmara mora no Pinheiro da Bemposta, vem para a Câmara de carro e depois o único percurso em que faz a pé geralmente é Câmara estacionamento e não se apercebe, o Senhor Prof. Albino mora em Loureiro, vem de carro, a mesma situação, o Dr. Ricardo mora na Feira dos Onze mas também vem de carro, portanto não anda a pé, o Dr. Rosa também mora nesta zona mas também anda de carro. Quer dizer, passa-lhes um bocadinho ao lado o perigo por que passam os peões. Continuando, uma outra questão que eu vinha cá trazer, eu sei que os Senhores estão cansados mas eu acho que nós merecemos também um bocado de consideração, porque nós também aguentamos, e tal e qual como há bocado davam dois minutos para falarem e falavam cinco, seis e sete e tudo bem, eu acho que também devem ter consideração connosco. Agora se acham que eu estou aqui a dizer parvoíces, tudo bem eu vou-me embora e nunca mais cá venho, estejam à vontade. É que por vezes eu vejo a reacção das pessoas. Uma outra questão, é a questão do nosso património histórico. Há tempos, aqui o Senhor Hermínio tem um exclusivo na rádio, que é um programa só dele, e o programa ganhava muito mais se fosse dada a possibilidade às pessoas de intervir, e há tempos falava que Oliveira de Azeméis já se tinha afirmado do ponto de vista industrial, recorda-se, e do ponto de vista desportivo e que só faltava agora afirmar-se do ponto de vista turístico. Recorda-se. Depois dizia que eventualmente o que iria atrair pessoas seria o Parque de La-Salette e o Parque Museológico de Ul. Ora, eu acho que isto é muito pouco. A nós o que é que nos interessa? Interessa-nos haver uma atracção turística que leve as pessoas a ficarem aqui em Azeméis pelo menos um dia, que é para dar um movimento ao sector terciário, restauração, etc. E só oferecer só o Parque de La-Salette e oferecer só o Parque Museológico é muito pouco, as pessoas não vêm cá só por essas duas coisas. E qual seria a aposta? Para mim, seria na preservação do nosso património histórico, se alguma pessoa vai ao Porto, o que é que lhe chama a atenção no Porto é a parte histórica, se vamos a Braga é a parte histórica, porque as pessoas não vão aqui ou além só para ver paredes novas. Portanto, o que eu propunha era a defesa do património histórico. No PDM, já tive acesso mais ou menos ao PDM, e vejo que é proposta lá a classificação de um ou dois imóveis. O que eu propunha, era que fosse criado, em vez de se estar a propor a classificação de um ou dois prédios, fosse proposta a criação de uma vasta área que abrangesse a parte central de Oliveira de Azeméis, por exemplo a zona de Santo António, aquela zona que vai do jardim para a Junta de Freguesia, toda a zona de cima, que fosse tudo preservado. Ainda estamos a localizar este ou aquele prédio, fosse criada uma vasta zona que fosse preservada. E aqui aparece-nos o caso da Casa dos Monteiros, que tem que ser vista não isoladamente mas integrada neste todo. E quando nós defendemos a Casa dos Monteiros, desculpem lá, não é numa posição fundamentalista, que é não mexe, não, quando defendemos a preservação da Casa dos Monteiros é para preservar o traço exterior, porque interiormente a casa não terá valor, preservar o exterior. E agora que se fala tanto em criar sociedades mistas, Câmara com privados, porque não criar ali, aquela Casa dos Monteiros é uma forma de captar pessoas, isto é um exemplo, transformar aquilo num Lar Universitário, porque quando criar o Pólo Universitário da Universidade de Aveiro, ficar situado fora de Azeméis os estudantes vão para lá. Então, seria uma forma de captar os estudantes cá em Azeméis se criar ali um Lar Universitário, ou se centralizar ali os serviços administrativos da Universidade de Aveiro, ou se o próprio particular criar ali escritórios. Portanto, isso seria uma forma de preservar a traça exterior arquitectónico, embora alterando o interior. Sensibilidade da Câmara, será que a Câmara está sensibilizada para isso ou não? Não sei. Eu vou dar um exemplo, desculpem lá,

também nesta situação que me põe um bocado de dúvidas, é dois atentados que se fizeram recentemente: o primeiro, é naquela casa que agora vão propor a classificação, que é daquela senhora que faleceu, em cuja porta colocaram lá duas chapas, na rua de cima, de folheta, é um atentado ao património; depois tem outra situação, que é o caso do Xá-Xá Bar que tinha lá aquele portão século XIX e deitaram agora lá um portão, não sei se podem fazer aquilo. Se for feito interiormente tudo bem, mas na via pública será que se pode fazer isso, a Câmara não pode intervir, fazer alguma coisa? Não sei. Pronto, para finalizar, vou ser rápido, é também a questão ambiental, tem a ver com a criação dos espaços verdes e no PDM verifiquei que infelizmente não está programada a criação de um novo pulmão, porque reparem nós no centro de Oliveira de Azeméis não temos nenhum pulmão verde. Temos apenas La-Salette, mas está descentralizado, nós cá no centro não temos nada, temos aqui um cantozitos, este cantinho aqui assim em cima que faz esquina com as duas escolas, o jardim lá em cima já deu o que tinha dar, a Feira dos Onze transformou-se num parque de estacionamento, e nada mais. Era importante que nós criássemos um novo pulmão e a única zona que ainda aparece aqui e que é viável é aqui a Rua D. Maria I, onde vão fazer aquele novo espaço comercial. Eu acho que neste momento ainda é possível, se a Câmara tiver vontade política, inviabilizar a construção desse espaço comercial e fazer ali o pulmão de Oliveira de Azeméis. É a única hipótese que temos. Será que a Câmara Municipal está sensibilizada para a questão ambiental? Tenho dúvidas, e vou dar por exemplo o caso da La-Salette e a La-Salette, desculpem lá, é um pouco como aquelas pessoas de idade, uma pessoa olha ao longe e diz “eh pá, aquele indivíduo apesar da idade manda ali um cabeleirão do caneco”, mas vai-se aproximando e diz “eh pá, afinal o indivíduo até está a ficar com umas entradazitas” e depois quando chega à beira diz “eh pá, o gajo está completamente careca”. Eu estou a falar com conhecimento de causa porque passo lá todos os dias, o Parque de La-Salette, embora tenha sido entregue a uma Fundação, é ministrado de certa maneira pela Câmara Municipal e o Parque de La-Salette está a ficar completamente calvo, as árvores estão a cair, ou pela velhice ou porque partem, etc., e não estão a utilizar a técnica que é cai uma, plantam-se duas. Não, cai uma e nem uma se planta. Portanto, eu tenho umas certas dúvidas se realmente a Câmara está também sensibilizada para as questões ambientais. Eu vou terminar apenas, desde já pedindo desculpa por ter tomado um bocado mais de tempo, mas quero felicitar o Senhor Presidente da Câmara, não são só más notícias, por nos ter oferecido este espaço excelente, demorou um bocadinho mas valeu a pena. Termino desejando a todos os presentes um Bom Ano 2008. Boa noite. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Altino Valente, que disse: =====

===== É a primeira vez que eu estou aqui, ou que estou em frente a pessoas, e é um bocado complicado. A minha vinda a esta Assembleia está relacionada com o meu pedido de ajuda ao Senhor Presidente da Mesa, e de todos que de alguma forma me possam elucidar e que me possam dar resposta ao seguinte: É possível autorizar a construção de um prédio encravado, que não possui em qualquer uma das suas confrontações um caminho público? Para quando o Espaço Internet de Utilidade Pública nos Bombeiros, orçado em € 81.000,00 (oitenta e um mil euros)? Pelo menos ainda não me apercebi de qualquer tipo de evolução neste campo. O que vou expor a seguir é um desabafo quanto às expectativas que os comerciantes esperavam das vendas de Natal e que foram um desastre, porquanto não se viu viva alma nas nossas ruas pedonais. A meu ver com a falta de imaginação e criatividade nos eventos que fizeram e, principalmente, na falta de informação dos mesmos, levou e levará à desertificação do comércio e das pessoas que são Oliveirenses e que vão para outras paragens. Finalizando e para que

*fique bem claro para hoje e para o futuro das minhas possíveis intervenções nesta Assembleia, de que em democracia a solução não é cortar a cabeça ao mensageiro, porque é meu dever revelar as injustiças e lutar contra elas, com a consciência absoluta do respeito pelo bom nome das pessoas, mas com a certeza inabalável de que a crítica a actos profissionais não pode ser confundida com ataques pessoais. É só. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Dar nota que as questões que aqui são colocadas, são respondidas posteriormente e chegarão, tem aqui a morada, junto da sua residência. =====*

*===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar esta Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia disse: =====*

*===== Como sabem, na última Assembleia Municipal de cada ano, temos sempre o nosso habitual jantar de Natal, que hoje se transformou em ceia de Natal e, portanto, as pessoas do restaurante ainda estarão à nossa espera. Convido os Senhores Jornalistas que acompanham a Assembleia Municipal, também o favor de nos acompanharem. =====*

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 24h e 45m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====*